Edvanir Maia da Silveira
João Batista Teófilo Silva
(Organizadores)

A ditadura civil-militar em Sobral-CE

aliança, "subversão" e repressão

Edições UVA

SER TÃO CULT

Edvanir Maia da Silveira
João Batista Teófilo Silva
(Organizadores)

A ditadura civil-militar em Sobral-CE

aliança, "subversão" e repressão

Edições UVA

SER TÃO CULT

Edvanir Maia da Silveira
João Batista Teófilo Silva
(Organizadores)

A ditadura civil-militar em Sobral-CE

aliança, "subversão" e repressão

Sobral/CE
2017

A Ditadura Civil-Militar em Sobral-CE: aliança, "subversão" e repressão

Impresso no Brasil/Printed in Brasil
Efetuado depósito legal na Biblioteca Nacional

Av. da Universidade, 850 - Campus da Betânia - Sobral - CE
CEP 62040-370 - Telefone: (88) 3611.6613

Filiada à

Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1328
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) TIM 9 9784.2222 / 9 9846.8222
sertaocult@gmail.com / mammarco@gmail.com

Foto de capa
Registro fotografico do Correio da Semana da visita a Sobral do Presidente Humberto Castelo Branco

D615 A ditadura civil-militar em Sobral-CE: aliança, subversão e repressão / Edvanir Maia da Silveira, João Batista Teófilo Silva (Orgs.). - Sobral: Edições UVA; Editora SertãoCult, 2017.
204 p.

ISBN: 978-85-9539-004-1

Editora SertãoCult:
ISBN (Versão impressa): 978-85-67960-12-8
ISBN (Ebook): 978-85-67960-13-5

1. Ditadura – Sobral. 2. Ditadura civil-militar. 3. Repressão. I. Silveira, Edvanir Maia da. II. Silva, João Batista Teófilo. III. Título.

CDD 320.981

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos depoentes e profissionais dos diversos centros de pesquisa pelos quais passamos na busca de fontes para o nosso trabalho.

A profa. Lúcia Alencar, pelo esforço, mesmo sem sucesso, de divulgar este livro desde 2013.

A todos aqueles que de algum modo contribuíram para a realização deste projeto.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

A ditadura civil-militar instalada no Brasil com o golpe de 1964 atingiu os mais longínquos municípios brasileiros, modificando o cotidiano citadino. Na cidade de Sobral, localizada a 235km de Fortaleza-CE, o novo regime político foi sentido por diversos setores da sociedade local: religiosos, estudantes, professores, líderes políticos, artistas, entre outros. Muitos aplaudiram, comemoraram, celebraram a instalação do novo regime como uma revolução democrática, e diversos investimentos públicos foram feitos na cidade graças à aliança das lideranças locais com o governo "revolucionário".

Entretanto, nem todos saudaram aquele momento. Parte daquela mesma sociedade considerou a tomada de poder de 1964 como golpe à democracia, e reagiram. Panfletos, pichações, passeatas, reuniões secretas, grupos de estudos, celebrações, festivais de música e de teatro compuseram o conjunto de práticas políticas desses sujeitos que se opunham ao que consideravam um regime de exceção.

A repressão não tardou. Todos os atos e sujeitos considerados subversivos foram prontamente reprimidos. Por meio de delações e vigilância policial, houve censura a programas de rádio, textos e eventos, recolhimento de materiais considerados subversivos, prisões e exílios.

Há alguns anos um grupo de pesquisadores do curso de História da UVA vem estudando o tema em Sobral com o propósito de contribuir com a historiografia brasileira sobre esse período, que ainda tem muito a ser compreendido. Esta obra traz ao público uma coletânea de textos que constituem os primeiros resultados de uma longa jornada que só está começando.

No primeiro texto, *A aliança desenvolvimentista*, Edvanir Silveira investiga o apoio do governo municipal ao regime militar, os conflitos entre os próprios aliados em nível local e os resultados dessa aliança para o desenvolvimento do município.

No segundo, *O mito da resistência e os desafios para o estudo da ditadura civil-militar em Sobral,* Valdenir Rabelo Filho problematiza história e memórias da resistência. O pesquisador referencia a importância de se observar os tempos de ditadura a partir das relações de consenso e consentimento estabelecidas entre a sociedade civil sobralense e o Estado autoritário.

No terceiro, *A Igreja Católica de Sobral e sua ação pastoral durante a ditadura militar no Brasil,* Viviane Bezerra analisa os diversos projetos em disputa dentro da Igreja Católica em relação à ditadura militar.

No quarto, *Legitimação, "resistência" e silêncio: o jornal católico Correio da Semana e a ditadura civil-militar (1964-70)*, João Teófilo discute como os embates dos primeiros anos do regime foram expressos nas páginas do jornal católico *Correio da Semana,* já que era o veículo de maior circulação na cidade e região.

No quinto, *O Centro Estudantal Sobralense e a "revolução"*, Tancredo Brito analisa o papel desempenhado pelo movimento estudantil, representado pelo Centro Estudantal Sobralense, que ora colaborou, ora consentiu e ora questionou o regime de exceção.

No sexto e último texto, *"Subversão" e repressão na Princesa do Norte*, Edvanir Silveira conclui a obra discutindo as ideias e práticas de diversos setores da sociedade local que não colaboraram, não consentiram e até resistiram à ditadura civil-militar, suscitando a vigilância e a repressão às suas práticas, consideradas subversivas.

Esperamos que este trabalho possa instigar memórias, reflexões e consequentemente outras histórias a somar-se a historiografia cearense.

Os organizadores.

A ALIANÇA DESENVOLVIMENTISTA

Edvanir Maia da Silveira[1]

O golpe civil-militar de 1964 trouxe interferência ao cotidiano sobralense. As agremiações políticas se adaptaram ao bipartidarismo. Prado, Barreto e Ferreira Gomes, grupos que se revezaram no poder local na vigência do regime ditatorial, foram para Aliança Renovadora Nacional (ARENA), fragmentada em três sublegendas: Arena I, Arena II e Arena III, respectivamente. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) congregou as outras agremiações com menos expressão política.

A falta de divergência ideológica entre as diferentes facções que ocuparam o governo municipal não garantiu tranquilidade à consolidação do regime militar em Sobral. As eleições para o Executivo e o Legislativo foram marcadas por muitos conflitos, já que era muito equilibrada a relação de poder dessas elites políticas com os governos estadual e federal. Mesmo assim, os arenistas conseguiram fazer essa aliança gerar frutos econômicos para o desenvolvimento local.

O objetivo deste artigo é investigar o apoio do governo municipal ao regime militar, os conflitos entre os próprios aliados em nível local e os resultados dessa aliança para o desenvolvimento do município.

Cultura política na década de 1960

A segunda metade do século XX constitui um divisor de águas em diversos aspectos da disciplina de História e da vida social. Depois de duas grandes guerras e muitas outras tragédias, a humani-

1 Professora adjunta do curso de História de Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: didisilveira@bol.com.br

dade é chamada a repensar sua história e seu futuro. Na ciência histórica, a noção de razão e de progresso era posta em cheque. Para os questionadores do paradigma clássico (herança iluminista), as teorias e métodos históricos em voga não davam conta de explicar a problemática contemporânea; era preciso pensar outra ética para uma sociedade pós-moderna. Para outros, como os marxistas, era necessário apenas construir uma nova modernidade.[2]

George Iggers, em *Historiografia e século XX*, examina as profundas mudanças nas ideias em torno da natureza da História e da historiografia. Traça a hipótese de que a pesquisa e a escrita histórica sentiram a emergência das Ciências Sociais que transformou a historiografia a partir da Segunda Guerra Mundial, quando as ideias pós-modernas forçaram uma reavaliação do relacionamento dos historiadores com seus temas e maior questionamento sobre a possibilidade de uma história objetiva. A tese de Iggers é que a História é uma ciência, e a realidade existe para além do texto. Nesse sentido, embora interprete, o historiador o faz com base em fontes documentais e com o compromisso de chegar o mais próximo possível da realidade (verdade). Contudo, ele defende que é preciso considerar as novas proposições como contribuição a uma maior aproximação entre texto e realidade. A narrativa, as micro-histórias, a história oral, o cotidiano são alternativas que podem iluminar o trabalho do historiador, trazendo à tona sujeitos e práticas muitas vezes obscurecidas pelas análises clássicas, e que podem explicar muito da história.[3]

Nessa conjuntura, a história política experimenta a volta da fortuna, trazendo perspectivas promissoras com o conceito de cultura política, que para René Rémond não é apenas um elemento entre outros na paisagem política, "é um poderoso revelador do *ethos* de uma nação e do gênio de um povo".[4] Do mesmo modo, Pierre Rosawallon defende que o político "é o lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica na qual a experiência coletiva tem suas raízes e ao mesmo tempo reflete sobre si mesma".[5]

---

2 Cf. MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Petrópolis:Vozes, 1996; ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras,1987.

3 IGGERS, George. History and the challenge of postmodernism. In: ______, *Historiography in the Twenty Century*: From Scientific to the Postmodern Challenge. Hanover; London: Wesleyan University Press, 1997, p. 97-146.

4 REMOND, René. Do político. In: *Por uma história política.* Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 450.

5 ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. p.12. *Revista Brasileira*

Para Marcelo Ridente, as revoluções de libertação nacional, tais como: a Revolução Cubana (1959), a Independência da Argélia (1962) e a Guerra do Vietnã foram exemplos de povos subdesenvolvidos que se rebelaram contra grandes potências e são fundamentais para a compreensão dos episódios que marcaram o ano de 1968: manifestações contra a Guerra do Vietnã; a Primavera de Praga; o maio libertário dos estudantes e trabalhadores; a alternativa pacifista dos hippies, a luta armada, lutas radicais de negros, mulheres e outras minorias. "Enfim, os sentimentos e as práticas de rebeldia contra a ordem e de revolução por uma nova ordem fundiam-se criativamente".[6]

Apesar da influência internacional, o Brasil tem especificidades que antecipam o ano de 1968. Há um consenso entre os analistas de que quando foi impetrado o golpe civil-militar de 1964, um processo de democratização (liberal) política e social se desenrolava no país. Trabalhadores urbanos e rurais, estudantes, intelectuais e militares de baixa patente mobilizavam-se em busca das reformas de base, constituindo-se em ameaça à ordem vigente.

No campo institucional, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) foi a oposição consentida pela imposição do bipartidarismo. Mas fora dessa esfera, vários grupos se organizaram para combater o regime: o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B), a Ação Popular (AP), a Política Operária (Polop), a Ação Libertadora Nacional (ALN) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Para Ridente, a principal fonte de recrutamento de militantes estava no meio estudantil, berço do único movimento de massas que se rearticulou nacionalmente nos primeiros anos após o golpe.[7]

O ano de 1968, no Brasil, foi marcado por uma série de manifestações nas ruas, nas universidades, no meio operário. *A Passeata dos Cem Mil,* no Rio de Janeiro, constituiu a mobilização de maior alcance social, reunindo estudantes, artistas, intelectuais, religiosos

---

de História, v. 15, nº 30, p. 9-22, São Paulo, 1995.

6 RIDENTE, Marcelo. 1968: rebeliões e utopias. In: REIS FILHO, D. A.; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. *O século XX*, o tempo das dúvidas. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 135-6.

7 *Ibid*. p. 150.

e populares, como resposta à crescente repressão política. A reação ao regime difundia-se também na música popular, na literatura, no teatro, no cinema e nas artes plásticas, mas o Ato Institucional Nº 5 (AI-5) deu um duro golpe e o "o *ano rebelde* de 1968 foi sucedido pelos assim chamados *anos de chumbo*".[8]

Ao analisar o significado desta geração, o jornalista Zuenir Ventura assevera:

> [...] os nossos "heróis" são os jovens que cresceram deixando o cabelo e a imaginação crescer. Eles amavam os Beatles e os Rolling Stones, protestavam ao som de Caetano, Chico ou Vandré, viam Glauber e Godard, andavam com a alma incendiada de paixão revolucionária e não perdoavam os pais – reais ou ideológicos – por não terem evitado o golpe de 1964. Era uma juventude que se acreditava política e achava que tudo devia se submeter ao político: o amor, o sexo, a cultura, o comportamento.
>
> Uma simples arqueologia dos fatos pode dar a impressão de que esta é uma geração falida, pois ambicionou uma revolução total e não conseguiu mais do que uma revolução cultural. Arriscando a vida pela política, ela não sabia, porém, que estava sendo salva historicamente pela ética.[9]

A década que testemunhou os projetos de revolução terminou com ditaduras militares em diversos países do Cone Sul. Nas décadas seguintes, presenciou-se a luta entre esses dois projetos, um conservador e outro que se pretendia revolucionário, que apesar de desigual foi contínua.

---

8 *Ibid.* p. 153.

9 VENTURA, Zuenir. *1968* - o ano que não acabou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p. 16.

Historiografia do golpe de 1964

De acordo com o historiador Carlos Fico, a abordagem propriamente histórica da ditadura é recente. A maioria dos trabalhos é de cientistas políticos, sociólogos e dos próprios participantes do episódio. Na primeira fase, a literatura sobre o golpe teria sido marcada por dois gêneros: a *Politologia* – inspirado na vertente norte-americana da ciência política –, e a *Memorialística* – oficial e de esquerda.[10] Já essa produção recente, ele ressalta, levada a cabo pelos historiadores, tem valorizado a subjetividade, o cotidiano, as mentalidades; daí vários trabalhos sobre cultura no período.[11]

Ao selecionar o que considera os trabalhos mais sólidos sobre as causas do golpe, Carlos Fico os classifica em três correntes: *tentativas de teorização da ciência política, as análises marxistas e a valorização do papel dos militares.* Fico cita dois autores, que são referência no uso da análise da ciência política: Alfred Stepan, em *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*, e Wanderley G. dos Santos, em *Os cálculos dos conflitos – impasses nas políticas brasileiras e crises de 1964.* Para esses autores, a causa do golpe é de natureza política. O golpe civil-militar tornou-se possível pela inabilidade de João Goulart em reequilibrar o jogo político entre civis e militares ou entre os partidos políticos[12].

A respeito das análises marxistas, Fico destaca Jacob Gorender, em *Combate nas trevas,* e René Armand Dreifuss, em *1964 – a conquista do Estado. Ação política e golpe de classe.* Aqui a causa seria de natureza econômica. O golpe teria sido uma reação da burguesia industrial e multinacional às reformas de base previstas por Goulart.[13]

Quanto à valorização do papel dos militares no processo golpista, Fico cita os autores Daniel Aarão R. Filho, em *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*, e Gláucio Ary D. Soares, em *O golpe de 64.* Embora reconheçam a contribuição do capital inter-

---

10 FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH. nº 47. Jan.-Jun. 2004. p. 32.

11 *Ibid*. p. 39.

12 *Ibid*. p. 42-5.

13 *Ibid*. p. 50-1.

nacional e da classe média brasileira, os autores citados defendem que o golpe foi determinado pela ação dos militares, que se sentiram incitados a intervir contra o governo Goulart.

A tese de Fico, com a qual concorda este trabalho, é que todas as proposições acima devem ser consideradas na explicação sobre as causas do golpe:

> As transformações estruturais do capitalismo brasileiro, a fragilidade institucional do país, as incertezas que marcaram o governo João Goulart, a propaganda política do Ipês, a índole golpista dos conspiradores, especialmente dos militares – todos são causas, macroestruturais ou micrológicas, que devem ser levadas em conta, não havendo nenhuma fragilidade teórica considerarmos todas razões do golpe tanto os condicionantes estruturais quantos os processos conjunturais ou os episódios imediatos. Que uma tal conjunção de fatores adversos – esperamos todos – jamais se repita. [14]

No Ceará, não há estudos aprofundados que ajudem a compreender esse momento de uma forma mais detalhada. Pelas poucas fontes a que se teve acesso, constatou-se que na maioria dos municípios houve adesão à ditadura. Com a decretação do Ato Institucional Nº 2 (AI-2), que extinguia os partidos políticos, foram criadas duas agremiações: o *Bloco Democrático Renovador* e a *União Parlamentar Revolucionária no Ceará,* que mais tarde se denominariam MDB (registrado em 17 de maio de 1965) e ARENA (fundada em 8 de julho de 1966),[15] respectivamente. Contudo, pelo menos neste momento, as duas legendas divergiam apenas na esfera local, pois ambas apoiavam o golpe e a instalação do regime militar.[16]

---

14 FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH. nº 47. Jan.-Jun. 2004, p. 56.

15 MOTA, Aroldo. *História Política do Ceará*. 1947-1966. Rio-São Paulo. Fortaleza: ABC Editora, 2005. p. 235-6.

16 ESTADO DO CEARÁ. Arquivo Público do Estado do Ceará. *Acervo Virgílio Távora*. Organização Partidária. Arena. Fortaleza, 1967/78. No caso de Tabuleiro do Norte, na região leste do estado, o MDB, apesar de ocupar o poder municipal durante toda a vigência do bipartidarismo, não se constituiu em oposição ao regime.

Entre 1962 e 1982 o poder político no estado foi revezado por três coronéis com patentes do exército, período que a historiografia denominaria mais tarde de "ciclo dos coronéis". O primeiro e mais representativo deles foi o coronel Virgílio Távora, que ficou no governo estadual nos períodos 1962-1966 e 1979-1982. Segundo o sociólogo Josênio Parente, a eleição de Virgílio Távora em 1962 foi resultado de um grande pacto político chamado de *União pelo Ceará, através do qual*, a partir de acordo urdido pelo governador Parsifal Barroso, os maiores partidos do período, PSD e UDN, uniram-se para derrotar Carlos Jereissati, um forte nome que disputava a liderança do PTB com o governador. Ele acrescenta ainda que Távora, eleito governador, e Carlos Jereissati, senador, se tornariam as duas grandes lideranças da transição para a ideologia da modernidade no Ceará.[17]

Com o golpe civil-militar de 1964, Virgílio Távora, antigo aliado de João Goulart, teve dificuldade de ser aceito pelo novo regime. Mas não tardou a sua adesão ao golpe de 64, dada a sua condição de militar e a intermediação do seu tio Juarez Távora.[18] Durante a ditadura, três militares cearenses assumiram altos postos na nação: o marechal Castelo Branco, na Presidência da República; o marechal Juarez Távora, no Ministério da Viação e Obras Públicas e o general Juraci Magalhães, no Ministério das Minas e Energia.[19] Os governos posteriores, Plácido Castelo, Adauto Bezerra e César Cals mantiveram a aliança com o novo regime.

Segundo Airton de Farias, a Assembleia Legislativa do Ceará foi a primeira do país a cassar Deputados por razões políticas (10 de abril de 1964, antes do primeiro Ato Institucional), e muitos deles foram presos logo em seguida.[20] O autor acredita que foi uma forma de limpar a imagem de Távora junto ao novo regime, e apesar de apoiá-lo, continuou merecendo muitas desconfianças por parte do presidente Castelo Branco.

---

17 PARENTE, Francisco J. O Ceará dos "coronéis" (1945-1986). In: SOUZA, S. (Org.) *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. p. 392-6.

18 Juarez Távora é um líder político cearense e foi ministro da Viação e Obras Públicas no governo de Castelo Branco. Disponível em www.cpdoc.fgv.br/produçao/dossiês/aeravargas1/biografias. Acesso em 14 de janeiro de 2013.

19 Três cearenses no governo. *Correio da Semana*, 18 de abril de 1964.

20 FARIAS, Airton de. *Além das armas*. Guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-72). Fortaleza: Livro Técnico, 2007. p. 52.

Farias acrescenta que os fatores que contribuíram para as perseguições foram as atitudes dos empresários locais que remeteram à Assembleia e à Câmara Municipal de Fortaleza um memorando pedindo a cassação de parlamentares "subversivos"; a imprensa, como os jornais *O Povo* e *Correio do Ceará,* que publicaram editoriais exaltando a ação das Forças Armadas; a Igreja Católica, que realizou missa em ação de graças em homenagem aos "revolucionários"; setores do movimento estudantil, intitulados de "democratas" e outros segmentos da sociedade, que promoveram em 16 de abril de 1964 a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade,* com participação estimada em 70 mil pessoas.[21]

Com a adoção do bipartidarismo em 1965, o governador Virgílio Távora foi para a ARENA, que congregava militantes dos antigos e recentemente extintos UDN, PSD, PSP e PTB, enquanto o seu vice, Figueiredo Correia, foi para o MDB, que reunia membros do PSD, PTB e algumas lideranças de esquerda, ainda não cassadas. O principal interlocutor cearense com a ditadura foi o deputado Paulo Sarasate, que conseguiu eleger o obscuro deputado federal Plácido Aderaldo Castelo (1966-1971) para o Governo do Estado nas eleições de 1966.

Apesar de certo isolamento do Governo Federal, Távora mantinha-se como importante líder político no estado. Com as mortes de Castelo Branco e Sarasate, Távora, aliado aos coronéis César Cals e Adauto Bezerra, constituiria o que ficou conhecido como *ciclo dos coronéis* no Ceará. César Cals de Oliveira Filho ascendeu ao posto de líder político por pertencer ao IV Exército, em Recife, onde fez carreira militar, e pelos vínculos que mantinha com o chefe do Sistema Nacional de Informação (SNI), João Batista Figueiredo. Embora considerado pouco hábil na capacidade de articulação política, o seu governo foi marcado pela extensão do autoritarismo no Ceará, criando em 1971 o Sistema Estadual de Informações (SEI), para colher informações dos "subversivos" e até mesmo dos seus aliados coronéis.[22]

---

21 *Ibid*. p. 52-3.

22 FARIAS, Airton de. *Além das armas*. Guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-72). Fortaleza: Livro Técnico, 2007. p. 52.

A ascensão de Adauto Bezerra (1974-1978) foi articulada por Humberto Esmeraldo, um amigo da região do Cariri, muito influente junto a Ernesto Geisel, que o considerava quase um filho.[23] A capacidade de aliar economia e política fez do coronel uma grande liderança que surpreendeu até seus aliados. No *pacto dos coronéis,*[24] a ARENA dividia-se em três sublegendas, cada sublegenda liderada por um dos coronéis, que constituíram a força política hegemônica no estado, revezando-se no poder de acordo com alianças que cada coronel estabelecia com o poder federal: ora governo, ora deputado, ora senador. Este era o lema: aliados na cúpula, divididos na base,[25] um modelo que se estenderia à política sobralense.

Para Rejane Carvalho, a ditadura inverteu drasticamente o pêndulo das relações entre governo estadual e os chefes políticos municipais, com a nítida "estadualização" de todos os pleitos eleitorais, antecedidos à indicação dos governadores pelo regime militar. A consequência disso foi a redução da importância das chefias políticas regionais. O ápice da força política de cada chefe era atingido no momento de exercício do seu mandato como governador. O governismo, ou seja, a centralização do poder nas mãos do governo do Estado, para autora foi, portanto, aguçado pelo regime militar alterando as regras de disputa eleitoral vigentes até então.[26]

O fim dos anos 1970 e início dos 1980, no Ceará, foi marcado por uma crise da ditadura e do acordo dos coronéis. Virgílio assumiu mais uma vez o governo (1979-1982), mas os coronéis não conseguiram um consenso quanto à indicação do próximo governador, e a decisão foi tomada à mesa do Governo Federal no *acordo de Brasília,* que escolheu o tecnocrata Luiz Gonzaga Mota para concorrer às eleições de 1982. Bezerra seria o vice, Távora concorreria ao Senado e Cals ficaria com a prefeitura de Fortaleza, tendo como candidato seu filho César Cals Neto.

---

23 Informação prestada por uma historiadora da Universidade Regional do Cariri (URCA), Crato, sul do Ceará.

24 MOTA, Aroldo. História política do Ceará, a*pud* CARVALHO, R. V. A.. Virgílio, Adauto e César Cals: a política como arte da chefia. *In*: PARENTE, J.; ARRUDA, J. M.(Org.). *A Era Jereissati* – modernidade e mito. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002. p. 21.

25 CARVALHO, Rejane V. A. Virgílio, Adauto e César Cals: a política como arte da chefia. In: PARENTE, J.; ARRUDA, J. M.(Org.). *A Era Jereissati* – modernidade e mito. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002. p. 10.

26 *Ibid*. p. 12.

Embora começasse o governo como um burocrata, Mota mudou sua postura, pois visava ao título de "quarto" coronel, com sua própria facção, "os gonzaguistas;" migrando para o PMDB, partido que neste momento já recebia muita influência dos inimigos do regime. Contudo Mota não se diferenciava dos seus antecessores: clientelismo, empreguismo e desorganização da máquina pública eram características marcantes do seu governo.[27]

Mas os ventos das diretas começaram a soprar no Ceará. Em 1985, foi eleita prefeita de Fortaleza a petista Maria Luíza Fontenele, fato considerado um marco na história política do estado. No governo do Estado, a nova liderança vinha da burguesia industrial cearense. Paradoxalmente, "o governo das mudanças" nasceu da estrutura econômica montada pelos coronéis e da campanha política pela redemocratização.[28] A competência técnica, probidade administrativa e o personalismo seriam marcas dessas novas lideranças que atualmente ainda se sucedem no poder estadual.

A "Revolução" em Sobral

No período do golpe civil-militar de 1964, o prefeito de Sobral era Cesário Barreto Lima, do PTN. O seu principal opositor era Jerônimo Medeiros Prado, da UDN, apoiado por José Euclides Ferreira Gomes. Com o bipartidarismo, ambos foram para a ARENA, criando duas sublegendas: ARENA I, de Prado, e a ARENA II, de Barreto. Os outros partidos se reagruparam no MDB, embora não constituíssem propriamente uma oposição, já que os membros do MDB se aliavam ora a Prado, ora a Barreto.

A postura de alguns setores da sociedade local também foi de apoio à "revolução". A Igreja Católica, por exemplo, publicou esta mensagem poucos dias após o golpe:

27 FARIAS, Airton de. *História da Sociedade Cearense*. Fortaleza: Livro Técnico, 2004. p. 450.

28 Tasso Jereissati e Ciro Gomes, sucessivamente governos do Ceará, participaram dos comitês pró-diretas no Ceará.

> **Mensagem de Paz**
>
> Dom João Mota
>
> [...]
> A revolução vitoriosa que o Brasil está festejando hoje, é o resultado do grande desejo de Paz, anseio profundo de cada brasileiro, em tôda a história do Brasil.
> Nas noites escuras das ameaças e da destruição, vê-se com maior clareza o sinal da vitória, deixado pelo Criador no Céu da Pátria. [...]. Que especial privilégio esse do Brasil, de fazer revolução sem sangue!
> Creio que até os que ameaçam a ordem, reconhecem depois que erravam o caminho. [...].[29]

Dom Mota era bispo de Sobral durante o golpe, o que significa que o apoio ao golpe era uma postura oficial da Igreja Católica em Sobral. O argumento de *revolução sem sangue* aparece em vários artigos de colunistas locais do jornal *Correio da Semana*, quando das comemorações do aniversário da "Revolução" nos anos seguintes.

> Foi instalado no Brasil um Governo Revolucionário de uma sensatez e de equilíbrio notáveis, que não deixou se levar pelos justos clamores de vingança que ecoavam de um extremo a outro da Nação, clamores que não poderiam ser atendidos porque lançariam ao solo pátrio sangue brasileiro, ainda que, de maus irmãos. A Revolução que foi feita **sem efusão de sangue**, continua a ser consolidada **sem sangue**.[30] (Grifos nossos).

A principal organização estudantil da cidade, o Centro Estudantal Sobralense, também manifestou sua aliança ao novo regime, pelo menos nos primeiros anos:

> **Movimento estudantil**
>
> Vitória no âmbito nacional das forças armadas.
> Vitória no âmbito estudantil da **Linha Nova.**

29 *Correio da Semana*. Sobral, 4 de abril de 1964.
30 MARTINS, Aurélio. Revolução e o Brasil (I). *Correio da Semana*. Sobral, 1º de maio de 1965.

> Aprovada *in totum* a nova diretoria do CES [Centro Estudantal Sobralense] [...]
> Estudantes **democratas** assumiram a direção do Centro dos Estudantes Secundaristas do Ceará (CESC). [31] (Grifos nossos)

Em várias gestões do CES fica muito evidente, senão o apoio à ditadura, a indiferença da diretoria à realidade política.

O Presidente Castelo Branco veio a Sobral duas vezes durante a gestão de Cesário Barreto. Na primeira vez, em 1965, ele visitou a Companhia de Eletrificação do Norte Cearense (CENORTE), as obras da fábrica de cimento do grupo Antônio Ermírio de Morais, do Centro Social que homenageia a esposa falecida, Argentina Castelo Branco e as obras do Hotel Municipal, oportunidade em que recebeu o título de cidadão sobralense:

> Sobral viveu das 10 às 14 horas, no dia 28, os maiores momentos de alegria e vibração, com a visita do eminente Presidente da República Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. O prefeito Cesário Barreto Lima, marcou mais um grande tento para sua profícua administração, trazendo pela primeira vez na história do município, um chefe de nação em pleno exercício de suas elevadas funções. Dois pronunciamentos foram feitos pelo presidente Castelo Branco, na Princesa do Norte. O primeiro por ocasião do lançamento da pedra fundamental do "Centro Social Dona Argentina Castelo Branco", justa homenagem, da prefeitura a saudosa memória da esposa do Marechal Castelo Branco. [...] o ilustre visitante, em brilhante discurso falou sobre os objetivos da Revolução, finalidade dos Atos Institucionais, da necessidade das reformas constitucionais, terminando a sua oração com as seguintes palavras: *"O título de Cidadão Sobralense, que agora recebo enobrecido me identifica com a tradição deste município e com a permanente aspiração de Sobral, que é a de todo Brasil, de viver a democracia. Uma democracia na base da realidade brasileira, em*

31 *Correio da Semana*. Sobral, 11 de abril de 1964. *Democratas* eram como os estudantes aliados do golpe se intitulavam.

> *cuja prática as lideranças atuais proporcionem o surgimento nas gerações que seguem de líderes autênticos e renovadores. [...]".* [32] (Grifo nosso).

As atas da Câmara nos anos seguintes dão sinais de continuado apoio ao novo regime.[33] Na justificativa do Projeto de Lei que previa o título de cidadania sobralense ao presidente Castelo Branco, há uma clara manifestação da comunhão do Poder Legislativo sobralense com a ditadura:

> O relevante serviço público prestado ao Brasil pelo Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, à frente de uma Revolução que modificou os destinos e a história brasileira, conquistou-lhe a admiração e o respeito de todos os seus patrícios e de todos os brasileiros de boa vontade, voltados para o futuro de nossa pátria e de seus filhos. Presidente da República numa conjuntura das mais difíceis e pontilhada de incertezas para a vida nacional e a sobrevivência da civilização na face da terra, o ilustre e bravo cearense tem-se mostrado **o timoneiro indormido e vigilante, indiferente aos gritos dos fanáticos e às armadilhas dos subversivos e corruptos,** dedicado única e exclusivamente para os interesses do Brasil e dos brasileiros.
>
> ....
>
> E, nada podendo lhe dar de mais significativo que a nossa cidadania honorária, como penhor desse nosso reconhecimento e admiração, apresentamos a essa augusta Casa o projeto de lei em apreço, que, temos a certeza, merecerá a unânime e entusiástica aprovação dessa Casa.[34] (Grifo nosso).

Ainda por toda a década de 1970, a "revolução" mereceu elogios dos empresários locais. Uma nota no jornal informou sobre a pro-

---

32 O Marechal da Revolução em Sobral. *Correio da Semana*. Sobral, 1º de janeiro de 1966.

33 As atas da Câmara Municipal de Sobral do período do golpe foram perdidas.

34 CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL. *Projeto de Lei nº 26/65*. Sobral, 28 de outubro de 1965.

gramação do SESI (Serviço Social da Indústria) para as comemorações do aniversário do golpe de Estado:

> SESI comemora aniversário da Revolução
>
> Em homenagem ao 6º aniversário da Revolução do ano de 1964, o SESI, agência de Sobral, convidou o Tenente José Faustino do Nascimento, para dar uma palestra sôbre a significativa data, aos alunos dos cursos populares.
> Dada a sua grande capacidade intelectual, o Ten. Faustino, fez a explanação do assunto de um modo bem claro ressaltando sempre o nome do Presidente que tanto trabalha em pról da Paz em nosso País.[35]

Mas o principal aliado do novo regime na cidade foi o poder executivo. Mesmo sendo revezado por grupos diferentes, ora Prado, ora Barreto, a Prefeitura Municipal de Sobral foi uma fiel aliada do regime militar durante toda a sua vigência no país.

Prado e Barreto

O poder local no município de Sobral durante todo o regime militar esteve nas mãos das facções Prado e Barreto, grupos políticos que se revezaram na administração municipal de 1963 a 1996. José Saboia, Francisco Monte, Dom José Tupinambá da Frota e Padre Palhano Saboia foram as principais lideranças políticas que antecederam e influenciaram na formação das facções Prado e Barreto no poder político da cidade.

José Saboia de Albuquerque foi o líder da UDN em Sobral até 1950, ano em que faleceu. Francisco Monte, sogro de Parsifal Barroso, governador do Ceará entre 1959 e 1962, foi aliado de Saboia na UDN, separando-se nos anos 50, quando foi militar no PTB, legenda que representou como deputado federal até 1961.[36] No novo lugar que ocupou na política local, Chico Monte se aliou ao principal

35 *Correio da Semana*. Sobral, 11 de abril de 1970.
36 CAVALCANTE, Arnaud de Holanda. *Sociedade sobralense vultos em destaque*. Sobral: Imprensa Oficial do Município, 2004. p. 168.

adversário político de Saboia, o bispo Dom José Tupinambá da Frota, que embora não fosse filiado a nenhum partido político, exercia muito poder na cidade de Sobral. Essa aliança durou até 1958, quando Dom José rompeu com Monte para apoiar o seu afilhado Padre Palhano Saboia.[37] A partir daí Cesário Barreto Lima ingressou na política como grande articulador financeiro da campanha do candidato da Igreja de Dom José T. da Frota, pela UDN.

Segundo o cronista César Barreto, a vaidade, o jogo de intrigas e os interesses políticos contrariados acabaram por provocar em pouco tempo o rompimento político de Cesário Barreto com o padre Palhano Saboia, e o primeiro passou a comandar violenta campanha contra o filho adotivo de Dom José T. da Frota.[38] Nas eleições de 1962, Palhano Saboia fez oposição a Barreto, apoiando a candidatura de Jerônimo Medeiros Prado.[39] Tais disputas renderiam mais tarde a cassação de Saboia como deputado federal, em 1964, comemorada com muita festa pelo grupo político Barreto.[40] Palhano Saboia e Barreto fizeram as pazes em 1969, mas se desentenderam novamente em 1975.[41]

Ao analisar a história política do Ceará, Josênio Parente afirma que as elites políticas da região norte do estado se caracterizam pela falta de fidelidade partidária e pela independência política na relação com a esfera estadual e nacional, tornando-as menos coesas e mais fragmentadas.[42] O período entre 1945 e 1964 caracteriza-se pela existência de partidos nacionais; entre os mais fortes estão o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), todos com representação em Sobral.

Segundo Penha Ribeiro,[43] 1962 foi o ano em que se iniciou a formação das facções Prado e Barreto na política em Sobral, tendo

37 COSTA, Lustosa da. Sobral, cidade de cenas fortes. Rio; São Paulo; Fortaleza: ABC Editora, 2003. p. 64.
38 LIMA, César Barreto. *Estórias e História de Sobral*. 2. ed.. Sobral: Imprensa Oficial do Município, 2004. p. 165.
39 COSTA, *op. cit.*, nota 72, p. 71.
40 MELO, João Abdelmoumen. Entrevista concedida à historiadora Viviane Prado Bezerra em 2004.
41 COSTA, *op. cit.*, nota 72, p. 95.
42 PARENTE, F. Josênio. O Ceará dos "coronéis" (1945-1986). In: SOUZA, S. Org. *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. p. 383.
43 RIBEIRO, Penha Magalhães. *Da Santa Maioria à Taperuaba*: um breve estudo da oligarquia Barreto no distrito de Taperuaba (1962-1992). Sobral: UVA, 2001 (Trabalho de Conclusão de Curso). p. 24. *Ibid.* p. 25.

como chefes políticos Jerônimo Medeiros Prado, pela UDN, apoiado pelas famílias Saboia e Ferreira Gomes, e Cesário Barreto Lima, pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), o qual se uniu ao grupo da *União Pelo Ceará*, de Virgílio Távora, já que havia rompido com a facção montista e Parsifal Barroso.[44]

Cesário Barreto Lima nasceu em Sobral - Ceará. Foi empresário, pracinha do exército, desportista, presidente da Associação Comercial, sócio do Rotary Clube, diretor da indústria de laticínios Lassa em 1969.[45] Sua família originou-se no município de Jaguaretama, passando por Crateús e São Benedito, no mesmo estado. Ele é sobrinho do jornalista Deolindo Barreto Lima, assassinado nas dependências da Câmara Municipal de Sobral no ano de 1924.[46] Ingressou na política sobralense em 1962, com a eleição municipal que o fez prefeito de Sobral entre 1963 e 1966 e deputado federal nos anos 1970.[47] Muitos membros da família foram residir no Rio de Janeiro, onde fizeram carreira política ou militar.

Há um periódico dos anos 1970, que circulava na família Barreto, intitulado: *Mensagem – periódico para notícias da família Barreto e afins.* [48] Nesse material é possível encontrar o histórico da família, enfatizando conquistas e perdas. Nas Forças Armadas foram listados 31 parentes, entre eles 7 generais. Dentre os mais conhecidos, está Luiz Flamarion Barreto, intelectual do exército, membro da Academia de História Militar, a quem é atribuída proteção a Cesário Barreto durante a vigência da ditadura, e Adalberto Barreto, ministro do Superior Tribunal Militar, em 1958.[49] Mais um membro da família assumiu o poder municipal durante a ditadura: Joaquim Barreto Lima (1971-1972 e 1983-1988).

Jerônimo Medeiros Prado é originário de São Vicente - Jaibaras, atual distrito de Sobral. Nos anos 1930 tornou-se comerciante. Na

44 RABELO FILHO, José Valdenir. *Uma Sobral, muitas Cidades*: apresentando tensões, e decifrando silêncios (1958-1966). Sobral: UVA, 2009. (Trabalho de Conclusão de Curso). p. 59.
45 *Correio da Semana.* Sobral, 10 de maio de 1969.
46 LIMA, César Barreto. *Estórias e História de Sobral*. 2. ed.. Sobral: Imprensa Oficial do Município, 2004. p. 174.
47 CAVALCANTE, Arnaud de Holanda. *Sociedade sobralense vultos em destaque*. Sobral: Imprensa Oficial do Município, 2004. p. 127.
48 A edição do periódico era feita pelo Jornal Correio da Semana.
49 *Mensagem.* Periódico para notícias da família Barreto e afins. Sobral, 1975.

seca de 1958 ganhou licitação pública para abastecer os flagelados com o depósito de alimentos, o que lhe rendeu uma boa condição financeira. Na década de 1960 foi sócio do Cine Alvorada, e em 1970, agente fundador da indústria de óleos vegetais *Brasil Oiticica;* ambas funcionaram até os anos 1990. Sua condição de agropecuarista e importante comerciante o aproximou de lideranças políticas, como José Saboia, que o levou a ingressar na UDN. A eleição de 1962, contra Cesário Barreto, credenciou-o como novo nome na política local,[50] elegendo-o no pleito seguinte, 1967-1971.[51] A passagem pela administração pública é lembrada pela fundação da Universidade Vale do Acaraú, em 1968, com recursos do município, que mais tarde transformou-se em Universidade Estadual Vale do Acaraú, e pela elaboração do primeiro plano diretor da cidade de Sobral, em 1967. Sua biografia o caracteriza como homem simples, honesto, respeitado pela sua serenidade e capacidade de articulação política: "pacífico, humilde, inteligente, operoso e cheio de bom senso".[52] José Parente Prado foi o único membro da família a sucedê-lo na administração municipal, por dois pleitos (1973-1976 e 1989-1992) e foi deputado por três legislaturas.

A eleição de 1977 foi a única em que uma facção fez o sucessor. O grupo Prado lançou a candidatura do seu aliado José Euclides Ferreira Gomes Júnior, que mais tarde criou sua própria facção política, transformando-se em concorrente na disputa pelo poder municipal.

A ARENA, no Ceará, teve hegemonia durante todo o regime militar, mas não foi tranquilo seu "reinado". Ela atuou bastante fragmentada, dividindo-se em duas sublegendas na maioria dos municípios, e em alguns casos, até em três. Em Sobral, a ARENA teve posição majoritária e dividiu-se em três sublegendas. A partir das eleições

---

50 LIMA NETO, José. *Sobral e a administração de Jerônimo Medeiros Prado*. Sobral, 2009. (Trabalho de Conclusão de Curso). p. 11-26.

51 CAVALCANTE, Arnaud de Holanda. Sociedade sobralense vultos em destaque. Sobral: Imprensa Oficial do Município, 2004. p. 245.

52 SOARES, José T. (Org.). *Jerônimo Prado e o Ensino Superior em Sobral.* Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003. p. 38.

de 1982, a ARENA assumiu a denominação de Partido Democrático Social (PDS), mantendo ainda suas sublegendas com que disputou esta eleição com o PMDB e o PT.[53]

De acordo com relatórios da agremiação partidária, ao longo do regime vários membros do MDB migraram para ARENA, embora o contrário também seja verdadeiro. O MDB foi crescendo gradativamente, e a partir da década de 1970, a disputa ficou mais acirrada. Na cidade de Farias Brito, por exemplo, na década de 1970, 141 funcionários da prefeitura municipal aliados à ARENA foram substituídos por emedebistas.

No texto que escreveu sobre partidos políticos no Brasil, Rogério Schmitt cita a cientista política Maria Dalva Kinzo, que afirma:

> [...]o propósito estratégico do regime era montar um sistema partidário organizado em termos de apoio ou oposição ao governo, reunindo em uma única legenda todos os congressistas cujas tendências políticas fossem favoráveis ao regime, e num modesto partido de oposição as forças políticas restantes. [54]

Schmitt acrescenta que o princípio era criar organizações provisórias; daí nenhuma das novas legendas oficializadas em 1966 apresentarem a palavra "partido" em sua denominação. Segundo Rodrigo Motta, o MDB teve muita dificuldade de ser aceito pelas esquerdas, excetuando-se o PCB, que seria o único grupo organizado de esquerda a se ligar ao MDB desde o início. A partir de 1974-75, vários grupos começaram a se aproximar do partido, por diversas razões: pela credibilidade construída pelos "autênticos"[55] em 1973-74; pelos esforços dos emedebistas em se aproximarem dos movimentos sociais e da intelectualidade e a divulgação mais eficiente de imagem

53 Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Secretaria de Informática. Coordenação de Estatística e Informações Eleitorais. Seção de Estatísticas. Eleições Municipais de 15 de novembro de 1866, 1970, 1972, 1976, 1982 e 1988. – Município de Sobral.

54 SCHMITT, Roberto. *Partidos políticos no Brasil (1945-2000*). Rio de Janeiro: Zahar, 2000. (Coleção Descobrindo o Brasil). p. 33.

55 Autênticos foi uma expressão criada pela imprensa do período para caracterizar os militantes fiéis ao MDB.

efetivamente oposicionista, mostrando-se um partido preocupado com os problemas sociais e empenhado na luta pela democracia.[56] A fragmentação da oposição, por meio do pluripartidarismo, seria a próxima estratégia política que socorreria o regime até as eleições de 1985.[57] Mota caracteriza a ARENA como importante instrumento político, que garantiu ao regime significativas vitórias nos pleitos de 1966 e 1970, especialmente nas regiões Norte e Nordeste do país.

No trabalho sobre a memória política da ARENA, Lúcia Grinberg mostra que a história do partido envolve uma disputa pela memória tanto da UDN (União Democrática Nacional) quanto do Partido Social Democrático (PSD). A ARENA é lembrada com a imagem de subordinação e adesismo aos militares no executivo, um perfil negativo, já que significa a participação após o sucesso do movimento de 1964, e não a atuação efetiva no processo.[58] "[...] O MDB era referido como partido do 'sim' e a ARENA como partido do 'sim, senhor', o que significa dizer que ambos 'se dobravam à vontade do poder, mas a Arena o fazia com mais servilismo e menos pudor'".[59]

Segundo a autora, a historiografia sobre a ARENA questiona a compreensão desta como partido: pela limitada influência no governo ou pela diversidade de origens partidárias de seus membros. Ela defende a ideia de que se a ARENA foi instituída pelo regime militar, seus membros não o foram, apresentando uma grande maioria de militantes com longa prática na política partidária.[60] Grinberg conclui que a ARENA foi um bode expiatório ao inverso do regime militar: fraca, risível e sem poder nenhum. Todavia, continua a autora, é preciso reconhecer que é representativa de boa parte da história dos partidos políticos no Brasil: UDN, PSD e até PTB, formando grande

56 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O MDB e as esquerdas. In: FERREIRA, J. *Revolução e democracia* – 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 295.

57 *Ibid*. p. 47.

58 GRINBERG, Lúcia. Uma memória política sobre a Arena: dos "revolucionários de primeira hora" ao "partido do sim, senhor". In.: REIS, Daniel Aarão et al.(Orgs). *O Golpe militar e a ditadura* – 40 anos depois (1964-2004). São Paulo: EDUSC, 2004. p. 143.

59 MOTTA. Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*: Belo Horizonte: UFMG, 1999. p. 118.

60 *Ibid*. p. 149.

parte da geração seguinte de políticos, quando as alternativas se limitavam à mesma e ao MDB.[61]

No caso do Ceará, a ARENA foi um grupo bastante heterogêneo e dividiu a representação do regime com o MDB. Nos relatórios do partido no Ceará, foram encontradas discussões em torno do papel da ARENA no governo ditatorial. Num texto sobre as perspectivas para as eleições de 1978, a situação do partido era considerada bastante preocupante, dado o crescimento do MDB em nível nacional. Dentre as providências que o partido deveria tomar para continuar liderando estavam: "a Arena precisa deixar de ser *partido Do governo para ser partido No governo*", e deveria ocorrer uma forte integração entre as esferas municipal, estadual e federal.[62]

Apesar das dificuldades vivenciadas pela agremiação, não se crê que isso indique que a ARENA, pelo menos no Ceará, tenha sido risível, fraca e sem poder, como sugere Grinberg na afirmação acima. A agremiação, mesmo fragmentada, era a representante oficial do regime político vigente; portanto ocupava os postos majoritários na vida política nos estados e municípios. Era por meio da ARENA que os recursos, os cargos e a proteção aos correligionários chegavam aos interiores do país, com ou sem eleição. Talvez a leitura de Grinberg se aplique à segunda metade dos anos 1970, quando o MDB começa a crescer, recebendo em seus quadros vários membros, os quais mais tarde constituiriam os partidos de esquerda. Ainda assim, o partido ocupava lugar privilegiado junto ao regime.

O Quadro 1 mostra os mandatos no executivo em Sobral ao longo do regime militar.[63] A partir desse quadro, percebe-se uma interrupção no revezamento entre Prado e Barreto nas eleições de 1976, quando pela primeira vez o grupo Prado conseguiu fazer seu sucessor: José Euclides Ferreira Gomes Júnior. Apesar de vir de fa-

61 *Ibid*. p. 158.

62 ESTADO DO CEARÁ. Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC. Acervo Virgílio Távora. Organização Partidária. Arena. Fortaleza, 1967/1978. (Documento sem nota tipográfica)

63 Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Secretaria de Informática. Coordenação de Estatística e Informações Eleitorais. Seção de Estatísticas. Eleições Municipais de 15 de novembro de 1966, 1970, 1972, 1976, 1982, 1988 e 1992 – Município de Sobral. www.tre-ce.gov.br. Acesso em 20 de junho de 2011. Não há registro da eleição de 1985 em Sobral.

mília tradicional, o advogado Ferreira Gomes era desconhecido na militância política; por isso foi fundamental o apoio de José Prado à eleição. Depois de eleito, Ferreira Gomes cindiu do grupo dos Prado, constituiu uma terceira facção, a ARENA 3.

Quadro 1 – Prefeitos de Sobral-CE (1962-1988)

PREFEITOS	PERÍODOS	PARTIDOS
Cesário Barreto Lima	1963-1966	PTN
Jerônimo Medeiros Prados	1967-1970	ARENA 1
Joaquim Barreto Lima	1971-1972	ARENA 2
José Parente Prado	1973-1976	ARENA 1
José Euclides Ferreira Gomes Júnior	1977-1982	ARENA 1
Joaquim Barreto Lima	1983-1988	PDS – 2

Fonte: Elaborado pela Autora a partir de fontes diversas

Nas eleições de 1982, Prado e Barreto voltaram a disputar o poder municipal, sendo Barreto vitorioso. O fortalecimento do grupo Ferreira Gomes obrigaria os velhos chefes a se unirem na eleição de 1988.

Josênio Parente, ao estudar a política no Ceará republicano, caracteriza as elites cearenses como estruturalmente frágeis, se comparadas com as de outros estados do Nordeste, como Pernambuco e Bahia, por exemplo. Algumas razões para esta singularidade, segundo o autor, seriam as condições climáticas que afetam o estado, com secas periódicas, trazendo interferência na vida política, ainda não explorada significativamente pela historiografia, e a divisão do estado em três regiões políticas não articuladas: Sobral, Cariri e Sertão Central. A respeito desse assunto, fala Josênio Parente:

> A família, no Ceará, não indica oligarquia e nem é critério de fidelidade partidária, sobretudo em se tratando da zona norte do estado. A fidelidade circunstancial está na capacidade de distribuir recurso em momentos específicos. O clientelismo, então, não

> é sinônimo de coronelismo, de oligarquias fortes internamente, mas um mecanismo tradicional de criar fidelidades quando a ideologia não consegue.[64]

Mesmo no final dos anos 80, quando se desmontou a estrutura dos coronéis em nível estadual, Prado e Barreto continuaram liderando em Sobral. Apesar de se configurarem como aliados do regime militar e terem práticas políticas muito semelhantes, Prado e Barreto foram opositores durante trinta anos em que se revezaram no poder local; as renhidas campanhas eleitorais para o legislativo e o executivo são os melhores exemplos dessa assertiva.

As relações com o Regime Militar

Os primeiros anos do regime autoritário foram de instabilidade econômica, mas as boas relações de Cesário Barreto com o governador Virgílio Távora e o presidente Castelo Branco não deixaram Sobral para trás. Já em 1964 foram instaladas a *Moageira Serra Grande Ltda* e *Del Rio refrigerantes*. Além das indústrias, os serviços receberam investimentos do poder local, especialmente no ano de 1965. Na prestação de contas da sua administração, o prefeito Cesário Barreto destaca: "'Fomento à Produção; Instrução Pública; Previdencia e Assistencia Social; Habitação e Serviços Urbanos' e outros serviços complementares [...] de sua profícua administração."[65] O sistema de telefonia também foi melhorado com a inauguração do sistema de micro-ondas.[66]

Várias outras obras de infraestrutura e serviços foram noticiados pela imprensa durante a administração de Cesário Barreto no ano de 1965, como a verba de 45 milhões de cruzeiros na construção do *Mercado Público,* que seria uma de suas maiores realizações;[67] a verba de 10 milhões de cruzeiros, que o prefeito conseguiu junto ao

---

64 PARENTE, Josênio. In: SOUZA, Simone. (Org.). Uma nova história do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. p. 386.
65 *Correio da Semana*. Sobral, 22 de maio de 1965.
66 *Correio da Semana*. Sobral, 26 de junho de 1965.
67 *Correio da Semana*. Sobral, 05 de junho de 1965.

governador Virgílio Távora para a extensão do *serviço de águas até as casas populares que estavam sendo construídas pela prefeitura***;**[68] a inauguração do moderno *galpão* para verdureiros junto ao Mercado Municipal, construído em curto espaço de tempo; a nova *Avenida Eurípedes Ferreira Gomes* que dá acesso ao clube AABB, também construída em parceria com o Governo do Estado [69] e a *fábrica de cimento de Sobral*, que deveria ser concluída até o fim do corrente ano.[70]

De acordo com estudo de Luís Prado, as bases para o "milagre econômico" (1960-1973)[71] estavam montadas. Uma combinação virtuosa entre a política econômica e o substancial crescimento da economia mundial garantia a sustentação do regime e a repressão aos movimentos oposicionistas.[72]

Os resultados do projeto econômico plantado nos primeiros anos do regime militar apareceram efetivamente em Sobral na administração de Jerônimo Prado, quando foram instaladas três importantes empresas na cidade: a *Companhia Sobralense de Material de Construção* (COSMAC-1965); *Lacticínio Sobralense Limitada* (LASSA-1969) e *Industrial Cearense de Castanha de Caju* (INCASSA-1968), com o beneficiamento da matéria-prima regional.[73]

Assim, o município contava na década de 1960 com um parque industrial diversificado: aproveitamento dos produtos agrícolas e extrativos (algodão, mamona e oiticica); indústrias diversificadas (curtume, sandálias, móveis, molas, refrigerantes) e a implantação planejada. Merece destaque, ainda, o artesanato de chapéu de palha

68 *Correio da Semana*. Sobral, 12 de junho de 1965.
69 *Correio da Semana*. Sobral, 18 de abril de 1965.
70 *Correio da Semana*. Sobral, 01 de maio de 1965.
71 Segundo Damião Lima, a denominação "Milagre Econômico" para o período de 68/73 foi dada pelos próprios técnicos do governo, numa alusão ao desenvolvimento japonês e alemão que também tiveram essa denominação. LIMA, D. *Impactos e repercussões sócio-econômicas das políticas do governo militar no município de Campina Grande (1964-1984)*. 2004. Tese. (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. p. 20.
72 PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In.: *O Brasil Republicano*. O tempo da ditadura. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 207.
73 ALMEIDA, Diego Gadelha de. *Indústria e Reestruturação Sócio-Espacial*: A Inserção de Sobral (CE) na Divisão Espacial da Produção Calçadista. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008. p. 73.

de carnaúba, que foi criado em 1910, chegando à década de 1960 como principal produto exportado pelo município, vendido em escala internacional.[74]

A ampliação dos serviços de água, energia, comunicações e habitação, a elaboração do primeiro Plano Diretor e a criação de uma universidade municipal são heranças da parceria de Jerônimo Prado como o regime militar, que trouxe para Sobral os frutos do "milagre" econômico. A cultura desenvolvimentista disseminada em nível nacional foi propagada na cidade pelo jornal *Correio da Semana*. A instalação de indústrias, obras de infraestrutura, encontros desenvolvimentistas, tudo era noticiado nas páginas do semanário, que não fazia distinção entre as administrações Barreto e Prado, afinal, ambos eram da ARENA, e por sua vez aliados ao projeto político do regime militar.

A propaganda ficou evidente especialmente no ano de 1968. *"Sobral crescerá mais em 68"*, *"Sobral, arrancada para o desenvolvimento"*, foi o lema lançado pelo jornal. O número de 13 de janeiro de 1968 enumera um conjunto de indústrias que estavam sendo instaladas na cidade e seu efeito na economia local:

> **Indústria**
>
> Sobral já dispõe de várias indústrias, porém ainda temos muito a expandir nesse campo inesgotável da nossa região – O Pudine projetou e está ajudando a instalar mais três, Lassa, Cosmac e Incassa – Indústria de lenços é pioneira.
>
> **LASSA**
>
> Laticínios de Sobral, S.A. é sem dúvida a maior dentre as demais que funcionarão em 1968. Seu capital será da ordem de mais de mil cruzeiros novos e seu funcionamento revolucionará a pecuária da região, desenvolvendo-a e tornando-a a mais rentável do Ceará [...].

74 *Ibid*. p. 74.

> **COSMAC**
>
> Companhia de material de construção – Aproveitando a boa matéria prima e um razoável mercado, eis que surgirá a nossa indústria propriamente dita de material de construção. [...]. Novas oportunidades de empregos, possibilidade de exportar para as demais cidades da zona norte é enriquecimento do nosso parque industrial.
>
> **INCASSA**
>
> [...] Vemos com grande entusiasmo e confiança de melhores dias a instalação desta nova indústria de grande alcance social também. Sobral tem seus motivos de esperança para 1968.
>
> [...]
>
> **Indústria de lenços também é progresso**
>
> O Sr. Nelson Albuquerque confia no espírito de todos os nossos comerciantes, no sentido de dar preferência aos seus produtos, bem como em todo o estado, para que essa preferência seja sempre crescente para o seu desenvolvimento, que será também o desenvolvimento de Sobral, do estado e do Nordeste.[75]. (Grifo nosso)

Percebe-se nesses textos uma euforia desenvolvimentista. Essas ideias se inseriam no conjunto discursivo que emanava do Governo Federal no intuito de criar uma cultura de desenvolvimento. Mesmo nos artigos em que são ressaltados os problemas econômicos, as críticas são sempre construtivas, incentivadoras ao governo e ao desenvolvimento local: "Sem energia de Paulo Afonso em Sobral não teremos fábrica de cimento. [...] Os líderes devem se movimentar e é bom que se verifique se tudo corre dentro do prazo normal e hábil."[76]

Além das obras de industrialização, o *Correio da Semana* enumera várias outras obras executadas durante a administração de Jerônimo Prado na cidade, tais como: a Fundação Universidade Vale

75 *Correio da Semana*. Sobral, 13 de janeiro de 1968.
76 *Correio da Semana.* Sobral, 6 de janeiro de 1968.

do Acaraú – UVA (1968); a construção do Estádio Plácido Aderaldo Castelo (1968); da Casa de Saúde e Maternidade Perpétuo Socorro – Hospital Dr. Estêvam (1970); a conclusão do Aeroporto de Sobral (1971); da Rodovia Sobral-Fortaleza (1968); grupos escolares nos distritos; Fábrica de Cimento Portland (1968); Distrito Sanitário da 2ª Região de Sobral, entre outras. Mesmo com a crise do "milagre", vários investimentos continuaram a ser feitos no município nas administrações de Joaquim Barreto e José Prado ao longo das décadas de 1970-80.

A política de união na cúpula e divisão nas bases, praticadas pelos governos estaduais e seguidas pelas lideranças sobralenses, obscureceu, em diversos momentos, os reais aliados da ditadura. Na disputa por privilégio junto ao governo militar, os grupos reproduziam as mesmas práticas das disputas entre a direita e a esquerda: delação, cassação, abuso de poder, ameaça e prestígio pessoal.

Em 1964, por exemplo, depoentes que nos concederam entrevista afirmam que os Barreto foram determinantes na cassação do deputado Padre Palhano de Saboia, pelas boas relações que a família tinha com as Forças Armadas. A cassação teria sido determinada apenas na madrugada, a última cassação homologada naquela data. A demora na decisão, diz um depoente, dava-se porque "Castelo Branco não gostava de cassar padre",[77] porém os Prado, aliados a Palhano Saboia, também tinham prestígio junto aos militares. O resultado foi tão comemorado pelos Barreto que até monsenhor Sabino Loiola, defensor fiel da ditadura e inimigo de Saboia, questionou a postura dos Barreto.[78]

No mesmo ano, os vereadores pradistas elaboraram um abaixo-assinado, acusando o prefeito Cesário Barreto de comunista. De acordo com documentos da Justiça Militar, no dia 22 de maio de 1964 foi enviado à 10ª Região Militar em Fortaleza um abaixo-assinado dos vereadores da Câmara Municipal de Sobral, informando

77 MELO, João Abdelmoumen. Entrevista concedida à historiadora Viviane Prado Bezerra, 2004.

78 MELO, João Abdelmoumen. Entrevista concedida à historiadora Viviane Prado Bezerra, 2004.

que o então prefeito de Sobral estaria envolvido com grupos subversivos, conforme segue:

> Os abaixo assinados, Vereadores da Câmara Municipal da cidade de Sobral, neste Estado, imbuídos dos mais nobres sentimentos de brasilidade e confiança nos dignos chefes militares de nossas bravas Forças Armadas, nessa fase árdua de recuperação nacional, vimos com devida vênia, levar ao conhecimento de V. Excia., para que sejam adotadas as devidas providencias de acordo com o que estabelece o Ato Institucional baixado pelo Comando Supremo da Revolução, fatos que reputamos graves e lesivos aos interesses nacionais e atividades subversivas, em que estão implicados o atual prefeito do Município de Sobral, Sr. Cesário Barreto Lima, bem como dois vereadores da comuna.
> Pelos documentos anexos, comprovadas pelas fotografias inclusas, poderá V. Excia. aquilatar da gravidade que os mesmos denunciam.[79]

Ao documento foram anexados: cartaz da campanha eleitoral de 1962, em que Cesário Barreto aparece ao lado de candidatos do Partido Comunista, que tiveram seus mandatos cassados depois do golpe,[80] e fotos do prefeito junto aos ferroviários após uma vitória do movimento grevista. Nesse período, os ferroviários eram uma das categorias de trabalhadores mais organizadas.

---

79 Abaixo-assinado dos vereadores da Câmara Municipal de Sobral endereçado à 10ª Região Militar, datado de 22 de maio de 1964. Autos de Inquérito Policial Militar. Fortaleza, 11 de junho de 1964. Acervo Anistia 64/68.

80 O Deputado Federal Adahil Barreto teve a suspensão de direitos políticos e mandato cassado a 10 de abril de 1964, e Aníbal Fernandes Bonavides, que então exercia sua profissão de advogado, tem a suspensão de direitos políticos definida em 8 de junho do mesmo ano. OLIVEIRA, Paulo Affonso Martins de. Atos Institucionais: sanções políticas: aposentadoria, banimento, cassação de aposentadoria, cassação de disponibilidade, cassação de mandato, confisco de bens, demissão, destituição de função, dispensa de função, disponibilidade, exclusão, exoneração, reforma, rescisão de contrato, suspensão de direitos políticos, transferência para a Reserva. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2000. (Série Documentos de História Política; nº. 4). Ver páginas 9 e 32, respectivamente. *Apud* RABELO FILHO, José Valdenir. *Uma Sobral, muitas Cidades*: apresentando tensões, e decifrando silêncios (1958-1966). Sobral: UVA, 2009. (Trabalho de Conclusão de Curso). p. 59.

O prefeito foi intimado a depor no vigésimo terceiro Batalhão de Caçadores do Exército (23º BC) e levou consigo vários documentos que comprovavam sua fidelidade ao regime, reconhecida pela "boa sociedade sobralense". Dentre os documentos em sua defesa estão: artigos de revista e jornais, em que manifesta seu apoio aos militares, além de cartas de sociedades beneficentes, agradecendo o apoio do prefeito a tais instituições e prestação de contas à Câmara Municipal que comprovavam sua probidade administrativa.[81]

A acusação de comunista a Barreto pode parecer esdrúxula hoje, quando podemos visualizar sua trajetória política marcadamente de direita, mas nos anos 1960, quando iniciava sua vida política, tachar uma pessoa de comunista era uma acusação corriqueira para tirar de cena qualquer desafeto. Além do mais, era de conhecimento público a existência de "rebelde" na família Barreto. O polêmico jornalista Deolindo Barreto, que morreu desafiando o autoritarismo, deixou como herança um filho comunista, que embora não atuasse em Sobral, mantinha relação com a família e não escondia sua identidade ideológica. O coronel da Força Aérea Brasileira (FAB), Jocelyn Barreto Brasil, primo de Cesário Barreto, passou grande parte de sua vida conciliando o que parecia inconciliável, a vida militar e a militância comunista. Com a ditadura de 1964, o Estado fez a sua escolha, expulsando-o da FAB. Entre as décadas de 1950 e 1990, Brasil escreveu vários livros expressando seu pensamento político, entre eles: *A invasão dos americanos no Brasil* e *Marxismo – a varinha de condão*.[82]

Outro episódio importante também deve ser citado. Encontramos nas atas da Câmara de 1967 um pedido do vereador cesarista Francisco Lourival Fonteles,[83] para concessão do título de Cidadão Sobralense ao senhor João Sales, o mais famoso comunista da cidade, militante do PCB desde 1935, preso várias vezes, acusado de

81 Ministério da Guerra. IV Exército. 10ª Região Militar. Radiograma oficial solicitando ao prefeito municipal de Sobral, Cesário Barreto Lima, depor em Inquérito Policial Militar no 23º BC. Fortaleza, 16 de junho de 1964. Acervo Anistia 64/68.

82 "O andarilho da utopia". *Diário do Nordeste*. Fortaleza, 9 de junho de 1999.

83 CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL. *Ata da 50ª Sessão Ordinária*. Sobral, 18 de setembro de 1967. Estiveram presentes 13 vereadores.

subversão.[84] No mês seguinte, esse mesmo grupo acusa a presidência do legislativo de *prática ditatorial*,[85] pelo não encaminhamento dos seus projetos ao executivo, e pede a demissão do presidente da Casa, baseado nas certidões do DOPS de 1952 que o apresentam com uma conduta questionável.[86]

As disputas entre os próprios aliados do regime, ora assume o discurso de oposição, ora de situação, obscurecendo os reais papéis desses sujeitos, o que caracteriza uma falta de identidade entre os aliados do regime militar, que parecia chegar de forma muito diferente nos interiores brasileiros.[87]

Ricardo Mendes, na tese de doutorado sobre as direitas no Brasil, identifica projetos diversos entre os executores da "revolução". Para ele, havia alguns pontos comuns nos projetos das direitas, que as uniram em prol do golpe de 1964: combate ao comunismo, à corrupção, à subversão e quanto às condições de enfrentamento cada vez mais radicalizadas. Mendes defende que havia consenso sobre a decisão do golpe, mas não sobre o que fazer depois. Após 1965 os conflitos dentro da própria direita reacenderam; por isso não se pode afirmar que apenas um único grupo tenha tido hegemonia na condução de regime militar.[88] Mendes classifica as direitas responsáveis pelo golpe em três grupos: militares, políticos e elite empresarial. Ele defende que o golpe não encerra o debate político iniciado na década de 1960; apenas o circunscreve às direitas.[89]

Ouvimos com muita frequência de depoentes pradistas que os Barreto cometeram muitas arbitrariedades em Sobral durante o re-

84 DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL, *Prontuário nº. 13*. Secretaria de Polícia e Segurança Política do Estado do Ceará, Seção de Investigações e Segurança Política. Arquivo da *Associação Anistia 64/68*. Fortaleza-CE.

85 CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL *Ata da 59ª Sessão Ordinária*. Sobral, 2 de outubro de 1967. Estiveram presentes 11 vereadores.

86 CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL. *Ata da 62ª Sessão Ordinária*. Sobral, 10 de outubro de 1967. Presentes 11 vereadores.

87 Nos municípios de Tabuleiro do Norte e Morada Nova - CE, por exemplo, o próprio MDB se organizou como reflexo das divergências apenas em nível local, pois não constituía na prática oposição ao regime ditatorial.

88 MENDES, Ricardo Antônio Souza. *Visões das direitas no Brasil (1961-1965)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 20??, p. 268-278.

89 *Ibid*. p. 279.

gime militar, pelo fato de eles contarem com parentes nas Forças Armadas. As boas relações da família Barreto com o regime aparecem nesta crônica, em que César Barreto Lima descreve uma das visitas do presidente Castelo Branco a Sobral, em 1966:

> O Chefe Maior da Nação era amigo pessoal do General Flamarion Barreto, irmão do prefeito da Princesa do Norte. Em 1953, O General Castelo tinha visitado a cidade de Sobral como comandante da 10ª Região Militar, acompanhado do Major Flamarion, e tinha pernoitado na residência do Sr. Chagas Barreto, genitor do amigo oficial e do prefeito do município.
> O presidente Castelo Branco, durante a visita à cidade de Sobral, fez questão de quebrar o rígido protocolo e fazer uma visita de cortesia à casa do patriarca dos Barretos, acompanhado de toda a sua comitiva.
> O Marechal tomou água de coco e recordou alegremente com a mãe do prefeito, Dona Sinhá, da rede de varandas brancas com cheiro de baú, em que tinha dormido no andar de cima, e do sabor da tapioca com cuscuz, no café da manhã.[90]

O fato de vir de uma família com longa tradição nas Forças Armadas não protegeu Barreto do constrangimento de depor num inquérito policial, e o pior, de ser acusado de subversão, o que significa que Prado, aliado a Ferreira Gomes, não tinha menos poder político. Isso significa que a cultura autoritária estava presente no cotidiano citadino.

Constatou-se que os líderes políticos, representantes do poder executivo municipal, mantiveram-se fiéis à ditadura civil-militar, por toda a vigência do regime no país. A aliança rendeu ao município muitos investimentos em infraestrutura, com influência no desenvolvimento da cidade até os dias atuais. Prado, Barreto e Ferreira Gomes, apesar das divergências locais, coadunaram com a ideologia autoritária. Entretanto, nem a aliança nem o desenvolvimento resultante dela aparecem na memória do período na cidade. Os correli-

---

90 LIMA, César Barreto. *Estórias e História de Sobral*. 2. ed. Sobral: Imprensa Oficial do Município, 2004. p. 15-16. Nesta visita Castelo Branco inaugurou o Hotel Municipal e o Centro Social Argentina Castelo Branco.

gionários de Ferreira Gomes, que sucedeu Prado e Barreto, negam qualquer herança política ou econômica do regime autoritário, enquanto os herdeiros de Prado e Barreto silenciam sua história.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Diego Gadelha de. *Indústria e Reestruturação Sócio-Espacial*: A Inserção de Sobral (CE) na Divisão Espacial da Produção Calçadista. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

CARVALHO, Rejane V. A. Virgílio, Adauto e César Cals: a política como arte da chefia. In: PARENTE, J.; ARRUDA, J. M. (Org.). *A Era Jereissati* – modernidade e mito. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

CAVALCANTE, Arnaud de Holanda. *Sociedade sobralense vultos em destaque*. Sobral: Imprensa Oficial do Município, 2004.

COSTA, Lustosa da. *Sobral, cidade de cenas fortes.* Rio de Janeiro; São Paulo; Fortaleza: ABC Editora, 2003.

FARIAS, Airton de. *Além das armas*. Guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-72). Fortaleza: Livro Técnico, 2007.

FARIAS, Airton de. *História da Sociedade Cearense*. Fortaleza: Livro Técnico, 2004.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH. nº 47. Jan-Jun, 2004.

GRINBERG, Lúcia. Uma memória política sobre a Arena: dos "revolucionários de primeira hora" ao "partido do sim, senhor". In.: REIS, Daniel Aarão *et al.*(Orgs). *O Golpe militar e a ditadura* – 40 anos depois (1964-2004). São Paulo: EDUSC, 2004.

IGGERS, George. History and the challenge of postmodernism. In: ______ . *Historiography in the Twenty Century:* From Scientific to the Postmodern Challenge. Hanover; London: Wesleyan Universitu Press, 1997.

LIMA NETO, José. *Sobral e a administração de Jerônimo Medeiros Prado*. Sobral, 2009. (Trabalho de Conclusão de Curso).

LIMA, César Barreto. *Estórias e História de Sobral*. 2. ed. Sobral: Imprensa Oficial do Município, 2004.

LIMA, D. *Impactos e repercussões sócio-econômicas das políticas do governo militar no município de Campina Grande (1964-1984)*. 2004. Tese. (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MENDES, Ricardo Antônio Souza. *Visões das direitas no Brasil (1961-1965*). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2003.

CARVALHO, R. V. A.. Virgílio, Adauto e César Cals: a política como arte da chefia. In: PARENTE, J.; ARRUDA, J. M.(Orgs.). *A Era Jereissati* – modernidade e mito. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

MOTA, Aroldo. *História Política do Ceará*. 1947-1966. Rio de Janeiro; São Paulo; Fortaleza: ABC editora, 2005.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. O MDB e as esquerdas. In: FERREIRA, J. *Revolução e democracia* – 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MOTTA. Rodrigo de Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*: Belo Horizonte: UFMG, 1999.

PARENTE, F. Josênio. O Ceará dos “coronéis” (1945-1986). In: SOUZA, S.(Org). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (Orgs.). *O Brasil Republicano*. O tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RABELO FILHO, José Valdenir. *Uma Sobral, muitas Cidades*: apresentando tensões e decifrando silêncios (1958-1966). Sobral: UVA, 2009. (Trabalho de Conclusão de Curso).

REMOND, René. Do político. In: *Por uma história política.* Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

RIBEIRO, Penha Magalhães. *Da Santa Maioria à Taperuaba*: um breve estudo da oligarquia Barreto no distrito de Taperuaba (1962-1992). Sobral: UVA, 2001 (Trabalho de Conclusão de Curso).

RIDENTE, Marcelo. *1968*: rebeliões e utopias. In: REIS FILHO, D. A.; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. *O século XX*, o tempo das dúvidas. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista Brasileira de História*, v. 15, nº 30, p. 9-22, São Paulo, 1995.

SCHMITT, Roberto. *Partidos políticos no Brasil (1945-2000*). Rio de Janeiro: Zahar, 2000. (Coleção Descobrindo o Brasil).

SOARES, José T. (Org.). *Jerônimo Prado e o Ensino Superior em Sobral.* Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003.

VENTURA, Zuenir. *1968* - o ano que não acabou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

O MITO DA RESISTÊNCIA E OS DESAFIOS PARA O ESTUDO DA DITADURA CIVIL MILITAR EM SOBRAL[1]

José Valdenir Rabelo Filho [2]

Trinta e um de março de 2004: data sugestiva, intrigante. Ali, o sentido comemorativo certamente ganhou outros significados. Ao ato comemorativo, foram adicionadas outras significações, outras representações que não somente aquelas do lembrar com, do festejar com, do exaltar de forma coletiva. O (co)memorável passou a operar como antídoto do esquecimento, como remédio para as práticas desviantes da memória, como medicamento para a cura da história. É certo que, a depender da dosagem de tal substância, o poder de cura poderia certamente ser invertido, agravando ainda mais o quadro de esquecimentos.

Naquela data, então, 40 anos fazia desde o golpe civil militar de 31 de março de 1964, e muitos grupos se reuniam para memorar, para lembrar junto, e faziam isso de formas diversas, conflitantes. A memória estava dividida, estilhaçada, e seus usos passavam a confrontar espaços de experiências e horizontes de expectativas para a construção de um futuro passado, de uma temporalidade não mais erguida sob o signo da exemplaridade.

---

1 Artigo produzido como resultado dos debates promovidos ao longo do curso "O problema da resistência em regimes autoritários: História e Memória", ministrado pela Profª. Drª. Denise Rollemberg no PPGH-UFF, no semestre 2012.2.

2 Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: rabelo.filho@hotmail.com

Por um lado, conforme sugere Daniel Aarão Reis Filho (2004), "o cerco do esquecimento" enfraquecia-se, pois se desejava lembrar, "ouvir, ler, saber, participar das *batalhas da memória*, reapropriar-se criticamente do passado". Porém, esse desejo de lembrar, de saber e poder saber somente fazia o esquecimento operar numa outra frequência, sintonizando outros registros de memória das tramas históricas.

Desta forma, lembrava-se e esquecia-se, e as batalhas da memória não determinavam vencedores e vencidos, e as experiências geradas a partir do ato de lembrar e narrar empurravam para o presente um passado ainda não encerrado, mantendo ativas as *batalhas da memória*.

A depender dos usos do passado, muitos mitos passavam por algumas atualizações, sendo mantidos em sua essência. Exemplo disto foi o soerguimento de uma arquitetura simplificada, dedicada a representar o regime autoritário a partir de usos alargados de imagens e representações de uma "resistência democrática".

Tal constructo, fundamentado na resistência, precipita leituras limitadas, muito pouco explicativas das complexidades das experiências sociais forjadas em tempos de ditadura. A partir do uso alargado deste conceito, uma falsa ideia é facilmente projetada: o regime autoritário, mantido por prolongados 21 anos no Brasil, foi estritamente militar. A sociedade civil, que apoiou o golpe e esteve presente nos momentos iniciais, logo isolou a ditadura, e passou a ocupar a luta para o reestabelecimento da democracia. Os enfretamentos forjados, as resistências praticadas e a luta pela defesa da índole democrática e pacifista do povo brasileiro foram mantidos incessantemente. Mesmo as esquerdas, ao longo de todo o tempo, fizeram-se guardiãs da democracia como chave fundamental para o jogo político e a realização de suas utopias revolucionárias.[3] Limites do lugar-comum... Traições da memória...

3 É interessante observar que os grupos de esquerda que enveredaram para a luta armada não atuaram no campo da resistência democrática. Tais grupos não pretendiam o reestabelecimento do *status quo ante*, o retorno à democracia pré-golpe. Mesmo antes de 31 de março de 1964, as esquerdas faziam da democracia uma figura de retórica a ser manobrada de acordo com o ritmo dos embates políticos, mantendo-se sempre dispostas a colocá-la em suspenso para a construção do projeto revolucionário orientado pelo modelo marxista-

Memória, história e historiografia: o mito da resistência

Naquele ano de 2004, com uma agenda marcada pelo signo da lembrança, pretendia-se acessar zonas de esquecimentos. Principalmente nas capitais do Brasil, mas também em algumas cidades interioranas, os eventos memorativos mantinham e acirravam as *batalhas da memória*. Em Fortaleza, por exemplo, de um lado os militares falavam sobre março de 1964 como um ato vitorioso, e mencionavam as realizações modernizadoras do Brasil, os "anos de ouro", o "milagre econômico". Na outra extremidade do campo das disputas memoriais, civis falavam de suas lutas contra o autoritarismo, dos "porões" da ditadura militar, dos "anos de chumbo", e dos males por ela deixados como herança para a formação política brasileira. A vocação democrática da sociedade civil, nesses instantes, era evidenciada como instrumento de orgulho, como signo da vitória de uma sociedade que não teve nada a ver com aqueles "tempos sombrios".[4]

Desses momentos marcados por excessos de memórias, é bem verdade, os historiadores não estiveram ausentes, e deles participaram apresentando um discurso de prova, de validação dos argumentos de uns ou de outros. Contudo, ao invés de tomarem a memória como objeto da história, alguns historiadores tomaram aquela como sinônimo desta. Sem dimensionar a necessidade da crítica às estratégias circunscritas ao ato de lembrar e narrar o passado no presente, sem evidenciar as metamorfoses e deformações da memória produzidas como resultante de forças temporais, políticas e históricas, alguns historiadores se deixaram seduzir. Vidrados na imagem da "resistência democrática" cegaram. Apropriando-se dos relatos de memória como imagens refletidas do passado, turvaram as peculiaridades do tempo.

-leninista. Para uma melhor reflexão sobre as esquerdas e suas frágeis relações com o jogo democrático, existe vasta produção historiográfica que nos auxilia a refletir nesta medida. *Cf.* REIS FILHO *et al.*, 1986; REIS FILHO, 1990; REIS FILHO; MOTTA, 2004; ROLLEMBERG, 2010.

4 Para este debate ver: KUCINSKI, 2001.

Sobre a relação entre memória e história, consideramos pertinente o diálogo com Pierre Nora (1981, p. 9), quando, categoricamente, o mesmo assevera que

> Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suceptível [sic] de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. [...]. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. [...]. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.

Principalmente a partir daquele ano, muitas pesquisas surgiam abordando diversos aspectos dos acontecimentos de 1964 a 1985. Muitos pesquisadores, intentando acessar o não dito de experiências protagonizadas por personagens anônimos, e ensaiando uma "*história vista de baixo para cima*", com forte influência do neomarxismo britânico, dedicavam ouvidos às histórias e memórias de ex-militantes de esquerda, de estudantes e trabalhadores que foram perseguidos pelo estado autoritário, de grupos engajados em culturas políticas e modernidades alternativas ao regime de exceção. Tais trabalhos, é bem verdade, atuaram na conformação de uma memória de lutas pelas liberdades democráticas, de uma sociedade cearense resistente à ditadura.

Tais propostas, no entanto, envolvidas pelo desejo de lembrar, esqueciam de referenciar as ambivalências dos comportamentos, as ações colaboracionistas forjadas pela sociedade civil, e nesta mesma medida, de apontar as relações de consenso[5] estabelecidas com o es-

5 Por consenso compreendemos: "a formação de um acordo de aceitação do regime existente pela sociedade, explícito ou implícito, compreendendo o apoio ativo, a simpatia acolhedora, a neutralidade benévola, a indiferença ou, no limite, a sensação de absoluta impotência. [...]. A repressão e a ação da polícia política em particular podem induzir ao, ou fortalecer o, consenso, mas nunca devem ser compreendidas como decisivas para a sua formação". *Cf.* REIS FILHO, 2010, p. 387.

tado autoritário socialmente construído. Talvez por isso, cristalizaram a história a partir de usos do passado orientados pela memória, deixando de lado as lições sobre história e memória compartilhadas por Pierre Nora.

Em Sobral, ainda em 2004, Viviane Prado Bezerra defendia, na Universidade Estadual Vale do Acaraú, em Sobral, o trabalho monográfico intitulado *Memória política de Sobral: ditadura militar em foco (1963-1970)*. Sua pretensão, à época, era contemplar um período ainda pouco visitado por uma historiografia local. De acordo com a mesma, até então poucos historiadores haviam dedicado atenção à história política da cidade em tempos de ditadura, fazendo-se urgente, então, tomá-la como objeto de análise para a história. Nesta medida, pretendendo preencher uma lacuna historiográfica sobre a história política da cidade, a autora ali intentava forjar relações de proximidades entre as experiências sociais existentes em Sobral e as diversas ações praticadas em outras cidades e centro urbanos contra a ditadura.

Assim, Viviane Prado faz referências sobre o Movimento de Educação de Base (MEB) e o Movimento do Dia do Senhor como experiências sociais de resistência à ditadura militar, ainda que, sobre o MEB, por exemplo, haja registros que indicam que o mesmo era financiado pelo Estado ditatorial vigente, através do Ministério de Educação e Cultura.

Uma das principais atribuições do MEB era atuar no processo de alfabetização do homem do campo, sem, contudo, encetar um processo de formação que carreasse reflexões políticas que contribuíssem para a superação do regime instituído em fins de março de 1964. É válido frisar que, desde a sua fundação, em março de 1961, fruto de acordo firmado entre Governo Federal e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a atuação do MEB, principalmente no Nordeste brasileiro, pretendia reagir à disseminação de ideais esquerdistas, promotores dos pressupostos comunistas e, desta forma, fazer frente aos avanços e conquistas das Ligas Camponesas.

A essência conservadora do Movimento de Educação de Base estava já dada no processo histórico que demarcou a sua fundação e,

por vezes, o seu fazer-se junto aos trabalhadores rurais. Sua atuação em Sobral, principalmente quando consideramos a cultura política religiosa conservadora como base identitária do ser sobralense, permite considerar a morada no campo da resistência como um lugar limitado, principalmente por tratar-se de um movimento financiado pelo Estado vigente.

Em sua dissertação de mestrado, defendida em agosto de 2008 no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, intitulada *"Porque se nóis* **não agir o** *pudê* **não sabe se** *nóis isiste nu mundo": O MEB e o Dia do Senhor em Sobral (1960-1980)*, Viviane Prado aprofunda a reflexão sobre experiências sociais forjadas em tempos de ditadura em Sobral. Enfatiza, a partir dos relatos orais de memória, a existência de uma "impetuosa repressão" política às pessoas que atuavam no MEB e no Dia do Senhor, asseverando que tal perseguição devia-se à atuação desse grupo na resistência à ditadura. Atuavam no processo de alfabetização do homem do campo, e, neste sentido, eram monitorados pelo estado autoritário; logo, eram resistentes.

Durante a vigência do regime ditatorial, muitos sujeitos foram convocados a prestar depoimentos em delegacias, tiveram suas residências violadas e correspondências e livros confiscados, passaram dias detidos, sem ter plenos conhecimentos dos atos "subversivos" de que eram acusados. Denunciados por desafetos, muitos foram os que visitaram os bastidores do Estado autoritário constituído, ainda que não tivessem qualquer envolvimento com grupos de esquerda, muito menos ainda plena compreensão sobre uma suposta participação em movimentos de resistência ao regime.

Ainda assim, quase que naturalmente, aqueles que foram monitorados por agentes do estado vigente, que perceberam pessoas estranhas frequentando lugares comuns aos seus, que atuaram no processo de formação de trabalhadores rurais, que organizaram passeata em prol da construção de uma avenida que melhorasse o acesso de estudantes e professores à escola[6], que organizaram a homenagem a

6 Sobre o episódio da passeata de estudantes para o melhoramento de avenida, que em tempos de chuva ficava em péssimas condições, dificultando o trânsito de alunos e professores, além do texto monográfico de Viviane Prado, ver ainda: SILVEIRA, 2013. Esta autora

"Che" Guevara, são categorizados como pertencentes a uma resistência e, por vezes, tornados resistentes.

François Marcot, em *Résistance et autres comportements des Français sous l'Occupation*, enfatiza que em tempos de autoritarismo os comportamentos são múltiplos, complexos, contraditórios, e que aqueles que se dedicam ao estudo de experiências sociais forjadas neste contexto devem estar sempre atentos para não simplificar as condutas sociais ali constituídas. Desta forma, em diálogo com Max Weber, Marcot enfatiza a necessidade do retorno à investigação empírica das práticas e comportamentos de homens e mulheres, para que se possam superar os determinismos superpostos pelo uso indiscriminado da categoria resistência. Ainda, ao propor questões que contribuam para a definição daquele conceito, sugere, como questão basilar, a reflexão sobre a consciência do agente que resiste, a atuação consciente e voluntária daquele que atua no campo coletivo da resistência.[7] Ou seja, não existe resistência sem consciência dos significados e riscos da luta, sem o pleno entendimento de contra quem se luta.

Desta forma, ao que nos parece, a identidade do resistente, as relações de pertencimento com um projeto de ação coletiva de luta contra o autoritarismo, ao invés de partir daquele que é interrogado sobre o passado, parte do pesquisador como elemento de análise já dado. Tudo parece ser resistência; logo, a resistência é esvaziada de sentido político ontem e hoje.

Já que todos resistiram ao estado autoritário, e essa é uma memória construída no "gradual" processo de redemocratização, mais vale acessar, de forma continuada, os signos e experiências sociais pela liberdade, pela democracia, ainda que tal feito signifique a repetição acrítica de discursos e memórias que foram formatadas quando já não era mais oportuno ser percebido como adepto do regime de exceção, quando já não era mais aceitável a ditadura, quando o regime político já dava sinais de debilidade, de colapso.

considera os alunos promotores da passeata como jovens envolvidos numa "cultura de resistência" ao regime ditatorial. Sobre tais questões, ver da tese, principalmente o capítulo II – A cidade pulsante: a oposição à ditadura militar em Sobral.

7 Sobre tais questões ver: MARCOT, 2006, p.47-59.

A Lei da Anistia, aprovada em agosto de 1979, configurava-se como base promotora do esquecimento, do perdão induzido, de uma ordem amnésica. A tacanha justiça de transição pretendia a reconciliação, e a "graça anistiante" aspirava interromper a ordem política para a construção de novos horizontes de expectativas. Amenizar as dores, equalizar as diferenças, esquecer o passado para poder construir o presente em bases democráticas, valores estes sempre defendidos pela sociedade brasileira, mas, durante vários anos, "usurpados" pelos militares golpistas.

"Todos resistiram, todos resistimos, assim parecia melhor. O momento era de volta, mas de volta para construir o futuro e não para reencontrar o passado".[8] Os tempos de redemocratização demandavam tais sentimentos. Neles embarcaram todos. As direitas golpistas, as esquerdas "derrotadas" e os historiadores menos atentos, pois apaixonados pelas utópicas propostas políticas dos anos 1960 e 1970, estas ainda hoje não superadas por muitos.

O historiador Daniel Aarão Reis Filho (2002, p. 71), ajuda-nos a compreender que a partir da memória construída no processo de anistia, marcadamente forjado pelo pacto de reconciliação e de esquecimentos,

> [...] a sociedade se reconfigurou como tendo se oposto, sempre, e maciçamente, à ditadura [...]. Redesenhou-se o quadro das relações da sociedade com a ditadura, que apareceu como permanentemente hostilizada por aquela. Apagou-se da memória o amplo movimento de massas que, através das Marchas da Família com Deus e pela Liberdade, legitimou socialmente a instauração da ditadura. Desapareceram as pontes e as cumplicidades tecidas entre a sociedade e a ditadura [...].

Consideramos que os historiadores que fazem uso dos termos "resistir" e "resistência" sem refletir criticamente sobre os seus significados contribuem para reforçar o "mito da resistência", atuam na reatualização de uma rede de silêncios e contribuem para a amplifi-

8 ROLLEMBERG, 2006, p. 81-91.

cação de "zonas cinzentas"[9] que camuflam e escondem a participação da sociedade civil na construção do regime autoritário de 31 de março de 1964 no Brasil.

Desta forma, consideramos pertinente o diálogo com a historiadora Denise Rollemberg, quando a mesma situa a renovação das pesquisas sobre regimes autoritários na Europa, destacando, especialmente, os novos desafios assumidos por historiadores e cientistas sociais dedicados ao estudo da França sob a ocupação nazista e sob o Regime de Vichy (1940-44), bem como da Alemanha nazista (1933-45).[10]

Tais estudos orientam a ressignificação de problemas e métodos para o estudo de experiências marcadas por culturas políticas autoritárias, indicando, sobremodo, que os princípios fundadores e legitimadores de regimes de exceção estão diretamente ligados às "relações de identidade, afinidade, consenso e consentimento".[11] Reflete-se, então, sobre regimes autoritários à luz das ações sociais que formataram e mantiveram a sua existência, não mais hegemonizando o uso da força, do arbítrio, da repressão, da máquina ideológica do estado autoritário que oprime as "massas indefesas", como determinantes para a sua legitimidade.

Sob esta influência, nos últimos anos, novas pesquisas têm surgido no Brasil. Dedicadas à reflexão crítica sobre da categoria "resistência", bem como sobre as relações entre história e memória, alguns poucos historiadores têm-se aventurado a enfrentar os tabus consolidados no universo historiográfico. Como nos informa ainda a historiadora Denise Rollemberg,

> Muito se tem escrito sobre as resistências à ditadura, que se manteve no poder no Brasil por longos anos. As histórias de resistência parecem fascinar estudantes, professores, jornalistas e, diria mesmo, o público em geral. Em contrapartida, durante bastante tempo,

9 LABORIE, 2010.

10 Sobre tais questões ver "Prefácio", produzido pela historiadora Denise Rollemberg, da obra: CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em Movimento*: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

11 *Ibidem*, p. 15.

> poucos pesquisadores ousaram ver esses anos por outros ângulos: o do apoio civil ao golpe e o da participação civil na construção da ditadura. Abordagem equivocada e impossível para muitos, na medida em que o golpe e a ditadura foram militares, e a sociedade **vítima do regime a ela imposto** mal-intencionada, segundo outros, e o historiador, suspeito. De um lado um mito; de outro, uma interdição, um tabu. Em todo caso, um campo minado para o historiador.[12]

Transitar por este campo minado é o que propomos doravante. Faremos isso refletindo sobre o conceito "resistência" à luz de um debate com pesquisadores dedicados ao estudo dos regimes e experiências autoritárias na Europa. Sempre que pertinente, exemplificaremos a reflexão conceitual referenciando acontecimentos históricos articulados em Sobral, bem como promoveremos diálogos com a historiografia mais recentemente produzida no Brasil, a qual nos auxilia a transitar por veredas temidas e ainda observadas com desconfiança por muitos.

Resistência: problemas, desafios, e possibilidades

"*Qu'est-ce que résister*?", questiona Jacques Semelin. Em termos simples, resistir é opor-se ao abuso de poder, é inserir-se numa lógica de saber e poder que pretende a inversão de um contrato social já transgredido pelo uso da força autoritária.

De modo a refletir historicamente sobre os usos do termo resistência, e aprofundar o debate, Jacques Semelin situa o contexto da Revolução Francesa como um dos marcos que posicionam a institucionalização do direito de resistir referido na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789. De acordo com o autor, a Constituição francesa de 1793, como uma resultante do processo revolucionário e das pressões políticas forjadas, prevê que, "quando o governo viola os direitos do povo, a insurreição é para o povo e

12 *Idem*.

para cada porção do povo, o mais sagrado dos direitos e o mais indispensável dos deveres".[13]

De acordo com Semelin, no *Deuxième Traités du gouvernement civil*, John Locke reforça tais pressupostos afirmando que o povo "tem o direito de resistir [...] a toda pessoa investida de uma autoridade que exceda o poder que a lei lhe confere".[14] Desta forma, o direito à resistência implica a ruptura de um contrato social firmado entre governantes e governados, entre estado e sociedade civil, contrato este, como já chamamos atenção, já transgredido pelo uso abusivo da força, do autoritarismo.

Em diálogo com Albert Camus, em "*l'Homme révolté*", Jacques Semelin evidencia que "algumas definições muito largas da noção de resistência enfraquecem os seus significados",[15] e que é preciso estabelecer distinções entre, por exemplo, as noções de "dissidência, desobediência e resistência".

Dissidência e desobediência estruturam-se numa perspectiva individual, e atuam para a formatação das relações políticas de pertencimento que articulam identidades coletivas para a expressão da resistência como comportamento, como ação, reação, ruptura somente manifesta por grupos, de forma coletiva. Daí por que o homem revoltado não é, necessariamente, um homem resistente, ainda que sua revolta abra caminho para o engajamento, para a expressão coletiva das ações de resistência. Enfatiza Semelin que "no caso da ação puramente individual, as noções de dissidência ou desobediência parecem mais adequadas".[16]

Nesta medida, a "resistência" só existe como organização coletiva, a partir do instante em que homens, "como resultado de experiências comuns (herdadas ou compartilhadas), sentem e articulam a iden-

13 SEMELIN, 1994, p. 51. Tradução livre de: "*Quand le gouvernement viole les droits du peuple, l'insurrection est pour le peuple et pour chaque portion du peuple, le plus sacré des droits et le plus indispensable des devoirs*".

14 Idem. Tradução livre de: "*l'on a le droit de résister [...] à toute personne investie d'une autorité qui excède le pourvoir que la loi lui donne*".

15 Idem. Tradução livre de: "*Certaines définitions, trop larges, de la notion de <<résistence>> en effaiblissent la signification.*"

16 Idem. Tradução livre de: "*Dans le cas d'actions purement individuelles, les notions de <<dissidence>> ou de <<désobéissance>> semblent plus adéquates*".

tidade de seus interesses entre si, e contra os outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus".[17]

O diálogo com o historiador britânico E. P. Thompson parece--nos pertinente, já que refletimos sobre a "resistência" a partir da "noção de relação histórica", como um processo definido no campo de experiências compartilhadas e em disputa, e somente manifesta de forma coletiva.

Atentamos ainda para a importância de que se efetive a busca pela superação dos estudos dedicados aos "*macro facteurs*", pois, nesta feita, será possível o acesso às peculiaridades das experiências forjadas em lugares, tempos, e por sujeitos específicos portadores de comportamentos ambivalentes, contraditórios. É pertinente, nesta medida, citarmos quando Jacques Semelin ressalta que "Esta passagem à ação resistente não anula a história do indivíduo ou suas próprias contradições".[18]

Desta forma, de modo a aprofundarmos o debate, consideramos pertinente inserir aqui uma interlocução com o historiador francês Pierre Laborie (2010), quando o mesmo reflete sobre "os franceses do pensar-duplo" e, nesta medida, alerta-nos para a necessidade de buscarmos compreender a "ambivalência do pensamento e dos sentimentos" em tempos de regimes autoritários.

Investigações dedicadas à percepção das racionalidades, dos modos de funcionamento dos comportamentos, das escolhas promovidas por sujeitos históricos em tempos passados possibilitam o alargamento do campo de análises e, neste sentido, permite a problematização de pressupostos conceituais que aprisionam as relações históricas complexas e contraditórias. Laborie sugere, sobre este aspecto, a "cultura do duplo" como chave para a análise de experiências históricas culturalmente situadas em regimes autoritários.

Os sujeitos históricos atuam em campos simbólicos onde tradições e modernidades convergem não sem choques, onde estruturas de saber e poder definem-se através de negociações as mais diversas.

---

17 Cf. THOMPSON, 1987, p. 10.

18 SEMELIN, 1994, p. 56. Tradução livre de: "*Ce passage à l'action résistante n'annule pas l'histoire de l'individu ni ses propres contradictions*".

Desta forma, o "homem-duplo" ou multifacetado tateia caminhos, desvenda possibilidades, é um e outro ao mesmo tempo, é complexo, metamórfico, marcado por incongruências. Visitar estas facetas demarcadas pelas trajetórias do homem em suas complexidades e incoerências talvez seja o grande desafio proposto por Pierre Laborie, o elemento de provocação capaz de suscitar a problematização do "mito da resistência", este lugar que aprisiona e faz do "homem resistente" um e o mesmo a todo instante.

Nesta medida, vislumbramos relações de proximidades entre Pierre Laborie e François Marcot, principalmente quando este enfatiza que "Lembrar que sob a ocupação os comportamentos são múltiplos e nem sempre originais, é não mais do que concluir que esta realidade não pode ser pensada de maneira simplista".[19]

François Marcot reforça pressupostos defendidos por Pierre Laborie e Jacques Semelin sobre a complexidade dos comportamentos em regimes autoritários, questões já mencionadas. Enfatiza que, para que haja a possibilidade de superação de paradigmas interpretativos consolidados no campo do saber histórico, faz-se necessária a problematização de conceitos operados para a interpretação da história de regimes marcados por culturas políticas autoritárias.

Pretendendo situar possibilidades de definição para o termo resistência, em diálogo com Laborie, François Marcot sugere três critérios norteadores:

> 1 - O desejo de prejudicar um inimigo identificado, ocupante ou a seu serviço, colocando-se em situação de guerra e organizando-se para evitar que ele alcance os seus objetivos;
>
> 2 – A consciência de resistir, isto é, de participar da expressão coletiva e coordenada de uma recusa intransigente, por uma escolha voluntária, com ajustada consciência do risco e dos significados da luta.

19 MARCOT, 2003, p. 47. Tradução livre de: "*Rappeler que sous l'Occupation les comportements sont multiples n'est guère original et pas plus d'en conclure qu'on ne peut penser cette réalité de manière simpliste*".

> 3 - Um engajamento em ações fundamentalmente ligadas a práticas de transgressão.[20]

É possível, então, percebermos que o resistente não se constitui passivamente, muito menos ainda por determinações atemporais e políticas que lhe são estranhas. A ação política movimenta a ação de resistência ou, em outros termos, o sujeito histórico resiste na medida em que (re)age, quando enfim irrompe os limites da reflexão intelectual e o sentimento dá lugar à ação coletiva de resistência. Não existe resistência passiva, assim como não pode existir resistência atribuída. Ou seja, é preciso que se busquem compreender as experiências históricas em suas complexidades, sem que se atribua hoje uma identidade que tais experiências não assumiam na época em que foram forjadas.

Não podemos modificar o passado e, desta forma, devemos estar atentos às injunções políticas que interferem na construção de memórias presentes sobre um passado ausente, de relatos que buscam demarcar um passado que não foi, de imagens de um pretérito somente hoje aspiradas. Como ressalta Daniel Aarão Reis Filho (2002, p. 7), "quase ninguém quer se identificar com a ditadura militar no Brasil nos dias de hoje", e isso deve ser ponderado pelos historiadores que lidam com memórias de um passado presente.

A sociedade sobralense, envolvida numa "cultura de resistência", como referencia Edvanir Maia da Silveira, em *Três décadas de Prado e Barreto*: *a política municipal em Sobral, do Golpe à Nova República (1963-96)*, é a mesma que recepciona Castelo Branco no ano de 1965, e lhe confere o "título de cidadão sobralense". Conforme evidencia Projeto de Lei nº. 28/65, da Câmara de Vereadores de Sobral,

> O relevante serviço público prestado ao Brasil pelo Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, à

---

20 *Ibidem*. p. 47-48. Tradução livre de: "*1 - La volonté de nuire à un ennemi identifié, occupant ou à son service, en se plaçant en situation de guerre et en s'organisant pour l'empêcher de réaliser ses objectifes; 2- La conscience de resistir, c'est-à-dire de participer à la expression colective et coordonnée d'un refus intransigeant, par un choix volontaire, avec une juste conscience du risque et du sens de lutte. 3 – Un engagement dans l'action fondamentalement lié à des pratiques de transgression*".

> frente de uma Revolução que modificou os destinos e a história brasileiras, conquistou-lhe a admiração e o respeito de todos os seus patrícios e de todos os brasileiros de boa vontade, voltados para o futuro da Pátria e de seus filhos. Presidente da República numa conjuntura das mais difíceis e pontilhada de incertezas para a vida nacional e a sobrevivência da civilização na face da Terra, o ilustre e bravo cearense tem-se mostrado o timoneiro indormido e vigilante, indiferente aos gritos fanáticos e às armadilhas dos subversivos e corruptos, dedicado única e exclusivamente para os interesses do Brasil e dos brasileiros. [...]. Fazendo coro com todos os brasileiros de visão e possuídos do espírito verdadeiramente patriótico, nós também somos agradecidos ao Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. E, nada podendo lhe dar de mais significativo que a nossa cidadania honorária, como penhor desse nosso reconhecimento e admiração, apresentamos a essa Augusta Casa o projeto de lei em apreço, que, temos a certeza, merecerá a unanimidade e entusiástica aprovação da casa.[21]

Ainda no mesmo dia, o Projeto de Lei foi aprovado pelos vereadores presentes na Casa Legislativa Municipal, e ao Presidente militar Humberto de Alencar Castelo Branco foi concedida a cidadania sobralense.

Sua passagem pela cidade, ainda em 1965, festejada por muitos, como bem nos auxilia a verificar filme produzido pela Agência Nacional,[22] assim como outros documentos de época, foi marcada pela inauguração do Centro Social Argentina Castelo Branco, em homenagem à sua esposa, bem como pela inauguração do Hotel Municipal, à época um símbolo do novo processo modernizador da cidade.

Fazendo um balanço dos acontecimentos de 1965, o jornalista José Maria Soares fazia ressoar:

21 Câmara Municipal de Sobral. *Projeto de Lei n°. 28/65*. Sobral, CE, 28 de outubro de 1965.

22 Recurso fílmico produzido pela Agência Nacional (EH/ FIL. 283/ 2 min e 45 seg.). *Acervo do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, Brasil.

> Sobral viveu das 10 às 14 horas, no dia 28, os maiores momentos de alegria e vibração, com a visita do eminente Presidente da República Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. O prefeito Cesário Barreto Lima marcou mais um grande tento para sua profícua administração, trazendo pela primeira vez na história do município, um chefe de nação em pleno exercício de suas elevadas funções. Dois pronunciamentos foram feitos pelo presidente Castelo Branco na Princesa do Norte. O primeiro por ocasião do lançamento da pedra fundamental do "Centro Social Dona Argentina Castelo Branco", justa homenagem, da prefeitura à saudosa memória da esposa do Marechal Castelo Branco. O Presidente pronunciou no momento comovidas palavras de agradecimento, exaltando em seguida o grande trabalho do prefeito Cesário Barreto em prol do desenvolvimento da cidade. No banquete de 200 talheres, na AABB, ao ser saudado pelo prefeito e logo após receber o título de "Cidadão Sobralense", das mãos do presidente da Câmara Municipal, vereador Francisco Rodrigues Magalhães, o ilustre visitante, em brilhante discurso falou sobre os objetivos da Revolução, finalidade dos Atos Institucionais, da necessidade das reformas constitucionais, terminando a sua oração com as seguintes palavras: - "O título de Cidadão Sobralense, que agora recebo enobrecido me identifica com a tradição deste município e com a permanente aspiração de Sobral, que é a de todo Brasil, de viver a democracia. Uma democracia na base da realidade brasileira, em cuja prática as lideranças atuais proporcionem o surgimento nas gerações que seguem de líderes autênticos e renovadores. Aos senhores vereadores, ao Sr. Prefeito o meu reconhecimento de presidente da república, de brasileiro e de cearense creditai que eu já vos falei como cidadão de Sobral.[23]

Como ressalta Jacques Semelin, a passagem à ação resistente não deve anular a história de grupos sociais e indivíduos carregados de suas próprias contradições, de suas históricas complexidades. A "cul-

23 O Marechal da Revolução em Sobral. Coluna da Cidade. *Correio de Semana.* 1º de Janeiro de 1966, p. 1/6.

tura de resistência" camufla traços conservadores, anticomunistas e colaboracionistas da sociedade sobralense, esconde as relações de consenso e consentimento forjadas entre esta e o regime autoritário. Aqueles que ocupam o lugar da resistência nem sempre habitaram este lugar, nem sempre tomaram para si esta identidade ou, como se tem mostrado mais plausível, a partir de amplo trabalho com fontes orais e impressas, muitos dos sujeitos sequer tinham consciência de um agir resistente. Em muitos casos, agiam individualmente, sempre no campo da legalidade, "somente não batiam palmas para os milicos"[24].

Didier Musiedlak, professor de história contemporânea da Universidade de Paris X e pesquisador dedicado ao estudo do fascismo italiano, apresenta questões que nos parecem basilares para refletirmos sobre as categorias de consenso e consentimento em tempos de regimes autoritários.

Durante o regime fascista, e mesmo no momento imediatamente posterior ao seu colapso, acreditou-se que as relações de consenso forjadas pela sociedade civil com o Estado autoritário deveram-se ao poder de manipulação das massas promovido pelo forte aparelho de propaganda do Estado, bem como pela repressão praticada por agentes a seu serviço. Manipuladas e massacradas, as massas consentiram o Estado fascista e, somente nesta medida, atuaram na sua legitimação. O autoritarismo lhes era estranho. Somente aceitaram-no porque não lhes foi dada outra opção, porque foram coagidas pelo poder simbólico da propaganda e pelo uso arbitrário da força.

Musiedlak (2010) parte no contrafluxo desta corrente de pensamentos, e fazendo uso do *Dizionario di Politica*, produzido ainda nos anos 1940 por G. Mancini e outros, assevera que

> O consentimento que a vontade política exige não é a submissão natural e instintiva de uma tribo de primitivos em relação ao seu chefe, mas uma adesão delibe-

24 Tal relato foi compartilhado por homem religioso que viveu em Sobral durante os anos de ditadura. Em prolongada conversa, realizada em sua residência em fevereiro de 2013, o mesmo não permitiu o uso identificado de seu testemunho. Exatamente por isso, omitimos seu nome.

> rada e consciente a uma ordem histórica que tem sua realidade na vida de todos e que, consequentemente, reconhece nessa vontade uma interpretação dela mesma e o impulso de seu progresso.

Desta forma, longe de consentirem de forma submissa a personalidade política do presidente militar Castelo Branco, os vereadores municipais, o prefeito Cesário Barreto Lima e parcela significativa da sociedade sobralense davam sinais de uma adesão deliberada, consciente, não forçada, não resultante de forças midiáticas manipuladoras para a adoração do homem público e dos projetos políticos por ele anunciados. Tais grupos, ao consentirem o representante do Estado autoritário instituído, exerciam suas vontades políticas, afirmavam suas relações autônomas e coletivas de identidade com o projeto político golpista em defesa de uma insuspeita democracia.

Ainda em 15 de abril 1964, em comemoração à "revolução vitoriosa", o prefeito Cesário Barreto Lima, dirigia "mensagem aos sobralenses enaltecendo a figura do Presidente Humberto Castelo Branco". Publicado no *Correio do Ceará* de 17 de abril daquele ano, a mensagem exaltava a figura do "cearense ilustre", bem como louvava o feito "nobre" das Forças Armadas. O ato "bravio" dos brasileiros em armas passava a representar

> [...] o fim de uma era de corrupção, de desmandos, de negação dos direitos, de inversão de valores que caracterizavam o último governo de João Goulart, no afã de desmoralizar o regime e suas instituições para, através de uma pregação subversiva, conduzir o Pais à mais cruel e desumana das ditaduras, à implantação do totalitarismo comunista – o que significa a negação dos direitos da pessoa humana, vergando a vontade soberana do povo e violentando a consciência nacional, tradicionalmente democrática e cristã que, por isso mesmo, repudiou a trama que a cúpula da última administração forjava para a subordinação do

> Brasil. Mas, as valorosas Forças Armadas cumpriram o seu dever para com o Brasil.[25]

Cabe referenciar que, com forte tradição católica e uma consolidada cultura política anticomunista, a sociedade sobralense festejou publicamente a intervenção militar de 31 de março de 1964 contra o "perigo vermelho", representando a "mensagem" de Cesário Barreto Lima apenas uma peça de um grande mosaico a sinalizar a complexidade das experiências sombreadas pelo mito de uma "resistência democrática".

O jornal *Correio da Semana*, por exemplo, instrumento de circulação dos ideais católicos e das propostas políticas das elites conservadoras, anunciava, já no dia 4 de abril de 1964, em matéria de capa: "Brasil volta à ordem":

> Depois do impacto emocional das primeiras horas da última revolução das forças armadas, o povo brasileiro demonstrando mais uma vez seu espírito pacífico e fraterno, retorna à vida normal. Não houve derramamento de sangue e a revolução foi feita. [...]. Reina perfeita ordem em todo o território nacional [...]. Miguel Arraes, governador deposto em Pernambuco, continua preso sob vigilância do Exército. O agitador Leonel Brizola fugiu, encon-trando-se desaparecido. Esperamos que agora, quando a ordem retorna, o Brasil possa continuar a crescer e progredir e que as forças democráticas vitoriosas saibam ser fiéis às esperanças de paz e prosperidade que o povo nela deposita. Que todos os brasileiros unidos, procurem trabalhar para a consecução do bem-estar social e das liberdades democráticas, porque somente assim haverá paz verdadeira, justiça e respeito à dignidade humana. [26]

De forma paradoxal, a interrupção do processo democrático fora "necessária" para a defesa dos valores de democracia, para a manutenção das liberdades e o retorno à ordem. A "paz armada", a partir

25 Cesário Barreto dirige mensagem aos sobralenses, enaltecendo a figura do presidente Humberto Castelo Branco. *Correio do Ceará,* Fortaleza, CE, 17 de abril de 1964, p. 5.

26 *Correio da Semana*, Sobral-CE, 4 de abril de 1964, p. 1.

de então, era "o começo da paz íntima que estava faltando"[27], assim asseverava dom José de Medeiros Delgado, em 4 de abril de 1964, através daquele periódico católico.

O padre Gerardo Gomes, na edição de 11 de abril do mesmo ano, fazia circular "Salve, Brasil!". Lemos:

> Assistimos à vitória das instituições históricas do Brasil contra os que se entregavam a uma obra da subversão, à sombra da bandeira vermelha. Todos os brasileiros, que amam organicamente a sua terra e não a querem ver na degradante corrente de satélites da Rússia e da China Vermelha, sentiam que se aproximavam o momento crucial da definição: ou vencia o dístico "Deus, Pátria, Família e Liberdade", ou havia de tremular o tropo infame "foice e martelo", no seu cortejo de materialismo e servidão. É fato histórico que muitos brasileiros erguiam a sua voz, alertando o povo contra a terrível realidade. Mas como poderiam fazer-se ouvir pelo povo, se era o próprio Presidente João Goulart que, com sua autoridade, encarregado de zelar pelas instituições e pela pureza do regime, queria entregar o "GIGANTE", amarrado pelos pulsos, aos ferrenhos inimigos da liberdade e do cristianismo?[28]

Tais textos, divulgados no "paladino intrépido e sereno das boas causas sempre a serviço da Igreja, do Brasil e do povo sobralense"[29], permite-nos observar sinais do medo que circulava na sociedade brasileira de forma geral, e no sertão cearense de forma específica. É interessante percebermos o peso simbólico de tais argumentos, as palavras e os sentidos a elas atribuídos.

De acordo com o discurso promovido por meio das páginas impressas, a "desordem" fora cessada, os "inimigos" banidos ou empurrados em direção ao abismo, os valores morais cristãos defendidos, as "forças democráticas" salvaram as liberdades democráticas. As

27 Dom José Delgado. Hora de vigilância. *Correio da Semana*, Sobral-CE, 4 de abril de 1964, p. 1.

28 Padre Gerardo Gomes. Salve, Brasil! *Correio da Semana*, 11 de abril de 1964, p. 2.

29 *Correio da Semana.* Sobral, CE, 29 de março de 1964, p. 1.

"missões" que "corrompiam consciências, preparando o assassínio, o incêndio e a ocupação do território nacional"[30] foram desmontadas.

Ao longo de todo o mês de abril daquele ano, se sucederam artigos dedicados a festejar, a homenagear e a convocar a sociedade sobralense para o congraçamento. Tais discursos incidiam diretamente na conformação de um imaginário político alicerçado, agora, em novas bases. A democracia conquistada opunha-se ao "totalitarismo" comunista que "planejava um golpe final" contra as instituições e as famílias brasileiras; a liberdade situava-se como contraponto ao "servilismo" e à "opressão", "comuns" em países comunistas. Esse repertório de signos conformava sensibilidades e potencializava novos ritmos de sociabilidades, os quais se faziam orientados pelos rituais festivos potencializados pela "vitória".

Por meio da Rádio Educadora do Nordeste, músicas eram irradiadas em "regozijo pela vitória das Forças Armadas sobre o comunismo ateu".[31] O clima de festa disseminava-se. Os sentimentos de "conquista da liberdade", de "vitória", de destemor embalavam os dias da sociedade sobralense. Monsenhor Sabino Loyola[32] era quem conduzia os atos comemoracionistas por meio das ondas de rádio, festejava o fim do "nefasto governo de Jango".[33]

Proclamada a "revolução vitoriosa", uma verdadeira onda de ritos cívicos se perpetuou em Sobral. A participação da sociedade sobralense na legitimação do Estado que se constituía se fazia sentir, ainda, com a participação do Lions Clube na organização da "Campanha do Ouro para o bem do Brasil". Lançada sob "intensos aplausos de leões e domadoras presentes", e coordenada pelo "leão Pedro de Melo Assunção, digno gerente da agencia local do Banco do Brasil", a campanha organizada na "princesinha do Norte" pretendia "recolher

30 *Ibidem*.

31 Padre Lemos. Radionda. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 11 de abril de 1964, p. 4.

32 De acordo com a historiadora Viviane Prado Bezerra, o Movimento de Educação de Base, em Sobral, foi inaugurado em 1961 por iniciativa do monsenhor Sabino Loyola. Se atentarmos para a trajetória político-religiosa do Monsenhor na configuração de "Comitês-Anticomunistas" em Camocim e em Sobral antes do golpe, bem como para a sua participação como informante da polícia política ao longo do estado autoritário, é possível supor que situar o MEB sobralense como resistente à ditadura é arriscado.

33 *Ibidem*.

todos os donativos em ouro que o generoso povo de Sobral" tivesse a ofertar para "o Bem do Brasil".[34]

A abertura da campanha, na manhã de sábado, dia 6 de maio, marcada pela colocação de "uma urna na Casa O Samuel", centro da cidade, contou "com a presença das autoridades civis, eclesiásticas e militares". "Tratando-se de uma campanha de alto valor patriótico e de âmbito nacional", destacava o semanário local, "é de crer-se que nenhum sobralense digno deixará de contribuir para o êxito da mesma".[35]

O ato simbólico presidido pelo Lions Clube e assessorado por outras instituições e grupos sociais, torna ainda mais complexa a rede de consentimentos da sociedade sobralense com o Estado autoritário. Ao longo dos ritos cívicos, os grupos diversos punham em prática símbolos e projetos políticos comuns, e nesta mesma medida atuavam na legitimação de um Estado golpista.

De acordo com a historiadora Janaína Martins Cordeiro, em *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*, a "Campanha do Ouro" surgiu "logo após a posse de Castelo Branco" como uma resultante das articulações entre "as entidades femininas paulistas" e os Diários Associados. Este ritual simbólico resgatava no imaginário político brasileiro campanha de mesmo nome, "organizada em São Paulo em 1932, quando da Revolução Constitucionalista contra o governo de Getúlio Vargas".[36]

Se em 1932 a "campanha do ouro" ambicionava contribuir com recursos para a "Revolução Constitucionalista", que pretendia fazer frente ao exercício político de Vargas, em 1964 diversos grupos da sociedade civil cooperavam com a "revolução vitoriosa" que teria imposto o fim do governo de João Goulart, o herdeiro político getulista com "tendências golpistas".

Mesmo durante a presidência do General Emílio Garrastazu Médici, conhecido como "linha dura", e sob cuja governança imperou

---

34 Campanha do ouro para o bem do Brasil. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 6 de maio de 1964, p. 6.

35 *Idem*.

36 MARTINS, Janaina Cordeiro. Direitas em Movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 76.

uma temporada das mais agressivas da ditadura brasileira, a sociedade sobralense fazia as honras cívicas, menções de adoração e propaganda política embalada pelos afamados *anos dourados*. Passados os festejos do Sesquicentenário da Independência, em 1972, vividos com entusiasmo e regozijo na "Princesinha do Norte", o ano de 1973 chegava trazendo uma nova agenda de comemorações. Este marco temporal significava a conquista de "dois séculos de fundação da 'Vila Distinta e Real de Sobral'".[37]

A cidade dos anos 1970 vivia momentos áureos de desenvolvimento, de vertiginoso progresso proporcionado pela "revolução vitoriosa". Os *anos dourados* e uma visão otimista do Brasil embalavam as comemorações sobralenses. O "Hino do Bicentenário" muito bem representava o envolvimento daquela sociedade com o "Brasil: País do Futuro". Com letra e música do padre Jairo Linhares Ponte, entoava-se

> Desperta em nova alvorada/ Em festiva clarinada/ Sobral bicentenar./ Evocas uma longa história,/ No escrínio da memória,/ De um povo a exultar./ Olímpio, Ibiapina, Visconde e D. José/ No 'tape' da história: ciência, amor e fé./ Da velha Caiçara – desfile triunfal,/ Risonha Januária – Brasil Colonial./ E hoje no progresso em que te embalas,/ Carregas em teu seio do Brasil evolução./ A universidade, teu parque industrial/ Ninguém mais segura Sobral – bis.[38]

O otimismo de uma Sobral emergente e de uma "Princesa do Norte" metaforicamente comparada a um canteiro de obras simbolizava incontida euforia desenvolvimentista. O bicentenário da fundação da "Vila Distinta e Real de Sobral" aportava na década de 1970 como símbolo comemoracionista de uma obra distinta no sertão cearense. Tamanha realização se fazia possível sob os auspícios da "revolução redentora".

37 Sobre tal evento ver: Álbum do Bicentenário comemorativo da fundação da "Vila Distinta e Real de Sobral". Sobral, CE, 1973.
38 *Idem*.

Para “abrilhantar” o cenário da festa bicentenar, integrantes da comissão seguiam para Brasília “a fim de ir convidar a Sua Excia. o Sr. Presidente da República para assistir ao encerramento”.[39] Ao longo da festa, Emílio Garrastazu Médici “receberia, entre outras homenagens, a que constaria de um grande prêmio do Derby Clube Sobralense”,[40] numa agitada tarde de turfe, “o esporte dos reis cultuado em Sobral”.[41] O vitorioso do páreo ergueria o “Grande Prêmio Presidente Médici”.

O convite pessoal ao General-Presidente ficava a cargo de José Parente Prado, prefeito de Sobral, Paulo de Tarso Ponte Pierre, presidente da Câmara Municipal, e padre José Linhares Ponte, presidente da Comissão organizadora dos festejos. Na ocasião, o grupo convidaria ainda o ministro da Educação, Jarbas Passarinho, e o ministro da Aeronáutica, a quem solicitariam a concessão da esquadrilha da fumaça. Os aviões da Força Aérea Brasileira eram requisitados para o último dia de festas, a fim de que pudessem rasgar os céus da “Princesa do Norte” exaltando os ânimos cívicos da “sobralidade”.[42]

A “Comissão de Honra” das comemorações era composta pelo presidente-general Médici, ladeado por César Cals de Oliveira Filho, então governador do Estado do Ceará, este tornado “cidadão sobralense”[43] ainda no início do mesmo ano, dom Valfrido Teixeira Vieira, bispo da diocese de Sobral, e pelo deputado federal arenista Manoel Rodrigues dos Santos.[44]

De acordo com a socióloga Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho, em *Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política*, o governador Cesar Cals, considerado o “delegado da Revolução”, teria ascendido ao executivo cearense em 1970, por indicação direta do presidente Médici, atendendo a “uma imposição

39 Festa do Bicentenário. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 26 de maio de 1973, p. 1.
40 *Idem*.
41 Para tal questão ver: Álbum do Bicentenário comemorativo da fundação da “Vila Distinta e Real de Sobral”. Sobral, CE, 1973.
42 Duzentos anos de Vila. *Correio da Semana,* Sobral, CE, 2 de junho de 1973, p. 1.
43 Governador César Cals é cidadão sobralense. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 27 de janeiro de 1973, p. 1.
44 Convite. Álbum do Bicentenário comemorativo da fundação da “Vila Distinta e Real de Sobral”. Sobral, CE, 1973.

do comando do IV Exército sediado em Recife".[45] Militar de formação, com aguçada "capacidade técnico-administrativa respaldada no título de engenheiro e atestada nos cargos exercidos na burocracia estatal", Cesar Cals fazia-se governador como mais uma "peça do sistema". Na linha sucessória do executivo, César Cals era o segundo da lista do "Ceará dos coronéis"[46] a exercer fortes vinculações com o Estado autoritário. Figura benquista em Sobral, o governador do Estado participava das festas em lugar de destaque e emprestava seu nome para o prêmio do "Torneio de Futebol Bicentenário".

Como conferencistas de honra das comemorações do bicentenário da fundação da "Vila Distinta e Real", participariam, ainda, os senadores Virgílio Távora e João Calmon. Ao longo de uma tarde, no auditório do Colégio Santana, os senadores arenistas profeririam palestra sobre o "desenvolvimento brasileiro"[47] e o "sistema educacional"[48], respectivamente. Principalmente o pronunciamento de Virgílio Távora muito interessava à "Princesa do Norte", que, à época, fazia-se embalada pelo "milagre econômico", este uma verdadeira realidade sobralense...

Tais questões não podem passar despercebidas na análise da história política de Sobral e da sociedade sobralense em tempos de ditadura. O movimento coletivo rumo à democracia, promovido no processo de transição política, não pode incidir como uma borracha

---

45 CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de. A arte da política no contexto da tradição: as chefias políticas dos coronéis Virgílio Távora, César Cals e Adauto Bezerra. *Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política*. Campinas: Pontes; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1999.

46 Para uma análise sobre o "Ceará dos coronéis", ver: PARENTE, Josênio. O Ceará dos "Coronéis" (1945-1986). In: SOUZA, Simone de *et al. Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2000. O autor propõe uma análise sobre a fragilidade das alianças políticas forjadas ao longo do processo de redemocratização pós-Vargas, e reflete sobre como essa instabilidade aliancista deságua nos anos 1960 e permite espaço para o surgimento de novas lideranças políticas. O "Ceará dos Coronéis" surge desse contexto, e muito mais do que representar velhas tradições, esse quadro se configura a partir do exercício político de militares de carreira que, principalmente ao longo do estado autoritário, conduziram uma política de estado alérgica aos movimentos sociais e promotora de uma modernização conservadora.

47 Retornou de Brasília a comissão que foi convidar Pres. Médici. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 9 de junho de 1973, p. 1. Ver ainda: Festas do Bicentenário. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 16 de junho de 1973, p. 1.

48 Coluna da Cidade. José Maria Soares. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 14 de julho de 1973, p. 6.

no apagamento dos rastros de experiências marcadas pelo contraditório, pelas ambivalências, pela "cultura do duplo".

O rastro, lembra Jeanne Marie Gagnebin (2006, p. 113),

> [...] é o fruto do acaso, da negligência, às vezes da violência; deixado por um animal que corre ou por um ladrão em fuga, ele denuncia uma presença ausente – sem, no entanto, prejulgar sua legibilidade. Como quem deixa rastros não o faz com intenção de transmissão ou de significação, o decifrar dos rastros também é marcado por essa não intencionalidade [sic]. [...]. Rigorosamente falando, rastros não são criados – como são outros signos culturais e linguísticos –, mas sim deixados ou esquecidos.

Esses indícios "aparentemente negligenciáveis", para lembrarmos o historiador italiano Carlo Ginzburg, deve interessar aos historiadores dedicados ao estudo da ditadura civil militar brasileira. Os rastros, como pegadas na lama, como sinais não pretendidos, como signos que demonstram uma ausência tornando sensível uma presença, indiciam práticas que precisam ser decifradas, realidades complexas que precisam ser remontadas.

Os esquecimentos reafirmados com o culto de mitos precisam ser revisitados e problematizados. Novos jogos e confrontos entre lembranças e esquecimentos precisam ser operados, a fim de que se possa oxigenar tempos passados que não passam, a fim de que se possa iluminar zonas cinzentas hegemonizadas pela memória.

Operar a memória como objeto da história... É esse o desafio que os historiadores de hoje devem se colocar para o estudo da ditadura civil militar brasileira; foi esse o desafio que intentamos aqui perfazer.

Campo minado, mas ainda assim com muitas trilhas a serem percorridas...

REFERÊNCIAS

BÉDARIDA, François. L'historie de la résistance : lecteures d'hier, chantiers de demain. *Vingtiéme Siècle*, n°. 11, jul.-set. 1986.

BEZERRA, Viviane Prado. *"Porque se nóis* **não agir o** *pudê* **não sabe se** *nóis isiste nu mundo"*: O MEB e o Dia do Senhor em Sobral (1960-1980). Dissertação (Mestrado em História Social). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2008.

______. *Memória Política de Sobral:* Ditadura Militar em foco. Monografia (Licenciatura em História). Sobral: Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2004.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de. *Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política*. Campinas: Pontes; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1999.

CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em Movimento*: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo*: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer.* SP: Editora 34, 2006.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais:* morfologia e história. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KUCINSKI, Bernardo. *O fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto, 2001. (Repensando a História).

LABORIE, Pierre. L'idée de résistance, entre définition et sens : retour sur un questionnement. In : *Les Français des années troubles*. De la guerre d'Espagne à la Libertation. Paris, Seuil, 2003.

MARCOT, François. Résistance et autres comportements des Français sous l'Occupation. In: MARCOT, François ; MUSIEDLAK, Didier (Orgs.). *Les Résistances, miroir dês regimes d´oppression.* Allemagne, France, Italie. Actes du Colloque International de Besançon, 24 a 26 set. 2003, Musée de la Résistance et de la Déportation de Besançon, Université de Franche-Comté e Université de Paris X. Besançon, Presses Universitaires de Franche-Comté, 2006, p.47-59.

MUSIEDLAK, Didier. O fascismo italiano: entre consentimento e consenso. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*: legitimidade, consenso e consentimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (vol. I: Europa).

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. *Projeto História*: Revista do Programa de Estudos e Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 1981.

PRESOT, Aline. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão *et al. As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: CEDEC, 1986.

______. *A revolução faltou ao encontro:* os comunistas no Brasil. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

______. A anistia recíproca no Brasil ou a arte de reconstruir a história. In: TELES, Janaína. (Org.). *Mortos e desaparecidos políticos*: reparação ou impunidade? 2. ed. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2001.

______. A revolução socialista em Cuba: ditadura revolucionária e a construção do consenso. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (vol. II: Brasil e América Latina).

______ ; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar*: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru-SP: Edusc, 2004. (Coleção História).

______ ; ROLLAND, Denis. (Orgs.). *Modernidades Alternativas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François *et al*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

ROLLEMBERG, Denise. Aos grandes homens a Pátria reconhecida: os Justos no Panthéon. In: ARAÚJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Mônica. (Orgs). *Violência na história*: memória, trauma e reparação. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

______. *Definir o conceito de resistência*: dilemas, reflexões possibilidades. [No prelo].

______. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto. *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006.

______. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. *O tempo da ditadura*: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (O Brasil Republicano; v. 4);

______. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. *O tempo da ditadura*: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (O Brasil Republicano; v. 4).

______. História, memória e verdade: em busca do universo dos homens. In: SANTOS, Cecília MacDowell *et al*. *Desarquivando a ditadura*: memória e justiça no Brasil. Vol. 2. São Paulo: Hucitec, 2009.

SEMELIN, Jacques. “Qu’est-ce que ‘résistir’?”. *Esprit*. Paris, nº. 198, janeiro de 1994.

SILVEIRA, Edvanir Maia. *Três décadas de Prado e Barreto*: a política municipal em Sobral, do Golpe à Nova República (1963-96). Tese

(Doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2013.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa:* a árvore da liberdade. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Oficinas da História, v. 1).

A IGREJA CATÓLICA DE SOBRAL E SUA AÇÃO PASTORAL DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL[1]

Viviane Prado Bezerra[2]

O principal objetivo deste artigo é discutir as transformações sofridas pela Igreja Católica de Sobral[3] a partir do Concílio Vaticano II, enfatizando suas principais linhas de atuação, bem como a pastoral popular e os meios de comunicação social, como o Jornal *Correio da Semana* e a Rádio Educadora do Nordeste, ambos pertencentes à diocese de Sobral. A partir disso, tentaremos problematizar as tensões sentidas pela Igreja de Sobral devido ao Regime Militar que vigorava nesse período e como esse Regime influiu nos trabalhos pastorais e na produção do *Correio da Semana.*

Fundado em 1918, por dom José Tupinambá da Frota, o *Correio da Semana* é um jornal que mantém sua produção circulando até os dias de hoje. Órgão dos interesses religiosos, esse jornal de caráter tipicamente conservador passou por um processo de transformação editorial. Tal transformação, contudo, está inserida em um contexto que trata de uma iniciativa dos meios de comunicação religiosos em dar sequência às diretrizes aprovadas pelo Concílio Vaticano II. Desse modo,

---

1 Texto publicado na Revista Historiar - revista eletrônica do curso de História da UVA.

2 Doutoranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense (DINTER UFF/URCA). Professora substituta do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. E-mail: vivianclio@yahoo.com.br.

3 Cidade localizada ao noroeste do Ceará, situada a 240 Km de Fortaleza, capital do estado. Sua diocese era composta por vários municípios do litoral e do interior e até 1972 encampava também os municípios da região conhecida por Serra Grande; a partir de então essa região serrana ganha diocese própria, com sede em Tianguá.

> Questionar o papel desempenhado pela Igreja na cultura Brasileira e vislumbrar criticamente a ação cultural desenvolvida pelos seus próprios meios de comunicação social constituem pontos de referência necessários para eliminar uma certa defasagem (ou contradição?) entre a teoria e a prática pastoral, ou entre a ação particular em segmentos da sociedade e o comportamento público que assume através de seus grandes meios de difusão coletiva.[4]

A partir do Concílio Vaticano II, de 1962 a 1965, e posteriormente, das Conferências Episcopais Latino-Americanas de Medellín, em 1968 e de Puebla, em 1979, esse jornal passará por um processo de releitura de sua atuação enquanto meio de comunicação, alinhando-se com a proposta de comunicação social que vinha sendo redefinida em consonância com os discursos da Igreja que se abria aos problemas contemporâneos ao seu tempo, bem como às mazelas do terceiro mundo.

Nas décadas de 1960/70, o jornal *Correio da Semana*, registrado sob o n. 17.506, de acordo com o art. 8 do Decreto-Lei n. 1343, tinha como diretor o cônego Egberto Rodrigues de Andrade e tinha como colaboradores no processo de construção do jornal os articulistas Júlio Coêlho, Aurélio Martins, Humberto R. de Andrade, Ribeiro Ramos, entre outros.

Nesse período, ao mesmo tempo que o jornal se mostrava comprometido com uma produção jornalística inserida num contexto discursivo, que vinha sendo moldado por todo o sistema editorial responsável pela divulgação de um discurso oficial, legitimador do Regime Militar pós-1964, também era possível visualizar um *Correio da Semana* comprometido com sua função social religiosa.

Nesse sentido, atentamos então para a existência de uma dinâmica repressiva aos meios de comunicação que durante o Regime Militar fiscalizava e estimulava a produção de um discurso oficial, com o intuito de produzir uma memória moldada sob os conceitos de ordem, desenvolvimento e progresso, referendando inclusive o

4 MELO , J. M. de. *Para uma leitura crítica da comunicação*. São Paulo: Paulinas, 1985. 173 p.

discurso salvacionista da "Revolução de 1964", de que os militares se imbuíram do heroísmo de salvar o Brasil do "perigo comunista". Assim, muitos dos artigos encontrados no *Correio da Semana* trazem esta marca.

No entanto, esse fato não anula a possibilidade de encontrarmos nesse jornal um espaço para abordagens de cunho social, que fazem com que percebamos em tal periódico um posicionamento moderado, devido às suas próprias condições de produção, levando-se em consideração o momento de repressão política. Se, por um lado, assumia uma postura em que não se chocava com o poder vigente, por outro, assumia um compromisso com a renovação da Igreja Católica, que revia suas políticas e posicionamentos religiosos. Dessa forma, o jornal *Correio da Semana*, por ser um organismo controlado pela diocese de Sobral, passa a abordar em seus editoriais as discussões sobre a nova forma de ser Igreja.[5]

Nessa perspectiva, a diocese de Sobral acompanhou todas essas transformações por que vinha passando a Igreja Católica e introduziu em sua comunidade diocesana essa nova proposta de Igreja. Os ventos conciliares são trazidos para Sobral a partir de dom João José da Motta e Albuquerque, segundo bispo de Sobral, que participou efetivamente do Concílio, bem como por Dom Walfrido Teixeira Vieira, que seria o seu sucessor, e também pelo padre João Batista Frota, que na época do Vaticano II era seminarista em Roma, podendo compartilhar de algumas das discussões trazidas por teólogos do mundo inteiro e, ao mesmo tempo, pôde sentir a aura de renovação da Igreja. Através de sua narrativa, padre João Batista nos informa sobre a dinâmica de estudos e dos debates travados durante o Concílio, abrindo-se uma brecha para se especular sobre o cotidiano e a efervescência no Vaticano durante esse período. Assim, padre João rememora seu tempo de estudo em Roma:

> [...] e no tempo que eu estava estudando em Roma pra mim foi um tempo muito proveitoso porque onde

5 Sobre a importância do Vaticano II, Medellín e Puebla para o processo de transformação de uma Igreja de rito em uma Igreja-Povo, vivenciado em toda América Latina a partir da década de 1960, ver GUTIÉRREZ, G. *A força histórica dos pobres*. Petrópolis: Vozes, 1984.

> eles estavam hospedados havia palestras frequentemente de teólogos de grande valor e nós podíamos participar. Teólogos que já iluminavam essa abertura da Igreja, que sonhavam com essa Igreja *aggiornada*. Igreja Povo de Deus. Tinha o Frei Boaventura, que era um assessor e ele morava lá conosco; então, nós partilhávamos das discussões, entende? Eu diria que eu acompanhei bem de perto, não nas aulas conciliares, mas através... na cortina assim, na conversa dos padres, dos bispos e na conversa dos assessores.[6]

De acordo com a narrativa de padre João, se evidencia a importância dessa vivência conciliar para sua formação sacerdotal e pastoral, assim como ressalta-se a marca deixada pelo exemplo de abnegação apreendido com a postura assumida pelo papa João XXIII, que conclamou e orientou os trabalhos do Concílio até sua morte, sendo substituído por Paulo VI.

> E eu coincidi a João XXIII enquanto estava em Roma, e João XXIII me marcou muito... pela sua simplicidade. E ele já introduz na Igreja novo modo de ser Igreja, Igreja mais próxima do povo... Eu me lembro quando eu estava em Roma, um dia uma inquietação no Vaticano procurando o Papa e ninguém sabia, então ele tinha saído discretamente, clandestinamente pra visitar um hospital, de doentes, sofridos. Ele saía também pra visitar periferia. Então, isso me marcou muito. [...][7]

Percebemos, então, a importância dessa vivência conciliar tanto pelos bispos como também por alguns padres, para que fosse entendida e aceita a nova proposta da Igreja. Findado o Concílio, as dioceses e paróquias passaram a sentir os ventos dessa mudança. Muitas ações pastorais foram implementadas junto às comunidades diocesanas de todo o Brasil, buscando se alinhar às diretrizes propostas nas encíclicas papais e demais documentos do Vaticano.

6 Entrevista Padre João Batista Frota, em 23/05/2013. Arquivo da Autora.

7 *Idem*

Nesse sentido, a diocese de Sobral abriu-se para as questões sociais, para a problemática da classe trabalhadora, do campesinato, principalmente para os problemas vividos no meio rural. Nesse período, em Sobral ressaltavam-se características tipicamente interioranas, cujo poder político se concentrava nas mãos de famílias tradicionais que se revezavam na governança do município, sendo que durante muitas décadas a prefeitura de Sobral foi representada pela "dobradinha' das famílias Prado e Barreto.[8]

Nesse mesmo período a cidade ainda guardava forte influência da Igreja Católica dita conservadora, personificada pela figura de dom José Tupinambá da Frota, primeiro bispo de Sobral. Assim, trazia o perfil de muitas outras que também compunham a diocese. Ao implementar uma proposta de Igreja popular, questionadora do atraso, da miséria e das desigualdades sociais, tanto o bispo dom Motta, como mais prolongadamente dom Walfrido, e alguns religiosos de orientação progressista tiveram que lidar com os vícios e as arbitrariedades do modelo de política vigente, ainda com resquícios oligárquicos. Mesmo assim, a proposta trazida por uma Igreja que se queria mais próxima do povo, assumindo uma "opção preferencial pelos pobres" passa a ser implementada na diocese de Sobral, intensificando sua proposta de promoção humana, com ênfase na promoção integral do homem do campo.

Nesse sentido, tal proposta teve que negociar seu espaço com outra proposta de Igreja que existia ainda muito ligada ao rito e à tradição, como também com o poder do latifúndio. Tendo como metodologia a discussão da fé e vida, a realidade social passava a ser desvelada e debatida com o povo no campo e nas periferias da cidade. Essa metodologia foi a mola mestra de todas as ações pastorais desenvolvidas pós-Concílio, e na diocese de Sobral esteve pautando os trabalhos realizados pelos religiosos e leigos comprometidos com a Igreja Progressista que se constituía em Sobral naquele momento.

8 Sobre essa discussão leia-se BEZERRA, Viviane Prado. *Memória Política de Sobral*: ditadura militar em foco. Monografia de graduação. Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, Sobral-CE, 2004; SILVEIRA, Edvanir Maia. *Três décadas de Prado e Barreto:* a política municipal em Sobral, do Golpe à Nova República (1963-96). Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2013.

Padre João Batista Frota, que veio a ser o coordenador da Pastoral Diocesana, faz um esforço para melhor explicar como se vivenciaram as diretrizes do Vaticano II em nossa diocese:

> Esses ventos chegaram aqui através, eu diria, de círculos bíblicos, e nesse tempo era o padre Albani que coordenava, juntamente com a Valnê... tinha também o Movimento de Educação de Base, que fez um trabalho muito bonito, MEB... depois, as pastorais... Nesse tempo surgem as diversas pastorais: pastoral da juventude, pastoral operária, pastoral universitária... através das várias pastorais especificadas essa mensagem do Concílio vai chegando. E eu me lembro, quando eu cheguei um dos primeiros... esforços nossos foi estudar os documentos do Concílio, sobretudo os documentos da Igreja, o que era Igreja e ver como ser aplicado. Sim... os círculos bíblicos que depois geraram as CEBs, Comunidades Eclesiais de Base. Foi um trabalho muito bonito também que floresceu na diocese. Nesse tempo coordenação do Padre Albani, da Valnê... Também a Rádio Educadora teve um grande papel... nós animávamos essa pastoral através da Rádio, através dos encontros, através de reuniões das paróquias, cursos nas paróquias entende? Eu diria que foi um tempo de muita efervescência.[9]

Aos poucos, ao longo da década de 1960, vão se configurando iniciativas de trabalho popular que surge a partir dessa abertura da diocese de Sobral e passa a envolver religiosos e leigos comprometidos com a promoção das classes populares. Experiências de alfabetização, evangelização, sindicalização que já estavam sendo desenvolvidas em outras dioceses, principalmente da região Nordeste, passam a ser trazidas para nossa diocese, assumindo novos contornos, adequando-se às especificidades de nossas comunidades rurais e também à dinâmica diocesana de Sobral. Nesse sentido, o Movimento de Educação de Base (MEB) é trazido em 1962 por monsenhor Sabino Loyola, como também a concessão da *Rádio Educadora*

9 Entrevista Padre João Batista Frota, 23/05/2013. Arquivo da Autora.

do Nordeste é conseguida pelo mesmo. Como afirmou padre João Batista, tal rádio foi de fundamental importância para que a mensagem da "Igreja-Povo" de Sobral fosse repercutida na cidade e em todas as comunidades rurais, pois era a partir da rádio da Diocese que se ouviam programas como "Encontro com o MEB", "Encontro das Comunidades", que mantinham animada a chama dos trabalhos pastorais junto ao povo.

Como vimos, tais trabalhos se desenvolveram sob orientação direta do bispo dom João José da Motta e Albuquerque, segundo bispo de Sobral, e se consolidou com o bispado de dom Walfrido Teixeira Vieira. De acordo com o padre Luís Ximenes, "com a saída de dom Mota, a Igreja com dom Walfrido não ficou estacionária. Caminhou, continuou encarnada na vida de cada um..."[10]. Sob o curto bispado de dom Motta, iniciaram-se na diocese de Sobral experiências de pastoral popular, aproximando religiosos e leigos da classe camponesa. Sua iniciativa foi fundamental para que desde o seu retorno do Concílio, padres e religiosos em geral, assim como a comunidade diocesana, pudessem perceber as inovações trazidas do Vaticano II, abrindo margem tanto para uma aceitação como para uma resistência dos padres e párocos em entender e lidar com essa Igreja renovada, *aggiornata*. O histórico sobre os bispos da cidade revela um pouco da biografia de dom Motta:

> Nomeado bispo de Sobral-CE pelo papa João XXIII, tomou posse dessa diocese no dia 21 de maio de 1961, ocupando este cargo até 15 de julho de 1964, quando foi designado para a arquidiocese de São Luís, no estado do Maranhão. Em sua curta passagem como bispo de Sobral, D. Motta participou do Concílio Vaticano II, dedicando-se ativamente aos trabalhos conciliares. Ao regressar de Roma, procurou adaptar as pastorais da diocese às orientações do Concílio; organizou as paróquias, agrupando-as em regiões pastorais; incentivou a missa dominical para o povo e levou a Palavra

10 XIMENES, Padre Luís. Sobral hoje. Fundação Universidade do Vale do Acaraú. Centro de Pesquisas Históricas e Geográficas. Sobral. 1971. 40p.

de Deus para o interior; lutou pela criação e implantou a diocese de Tianguá.[11]

Nesse espírito de renovação litúrgica, como já afirmamos, a principal atuação dessa nova forma de ser Igreja, em Sobral, se manifestou no mundo rural, principalmente, buscando a alfabetização, evangelização e sindicalização do homem do campo. Nesse sentido, foram se consolidando o Movimento de Educação de Base (MEB), o Movimento do Dia do Senhor,[12] criado em 1965 pelo padre Albani Linhares e o Centro de Treinamento de Sobral (CETRESO), criado pelo padre Luís Melo, com o intuito de estimular a sindicalização do trabalhador rural. O ideário da sindicalização rural passa a ser difundido também através do *Correio da Semana,* que dedicava espaço semanal para a *Coluna do CETRESO*, de autoria do então padre Luís, tido como "o precussor na diocese do Concílio... quando ele despertou para essa realidade do mundo operário, do mundo dos trabalhadores... sindicato dos trabalhadores".[13]

CETRESO: criação, função social e memórias de sua existência na diocese

Órgão administrativo da diocese de Sobral, sob a responsabilidade do padre Luís Melo, o CETRESO teve curto período de atuação, iniciando-se durante o bispado de dom Motta e atuando possivelmente até o ano de 1966. Vale ressaltar que nos exemplares do *Correio da Semana* de 1967, a coluna já havia sido extinta. A experiência

11 http://radioeducadora950.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=48:2o--bispo-de-sobral-dom-mota&catid=34:bispos-de-sobral&Itemid=29. Acesso em 18/05/2013.

12 O Movimento do Dia do Senhor surge em 1965, na Diocese de Sobral, capacitando camponeses para a leitura do Evangelho, na ausência de padres. Devido à carência de padres, a zona rural ficava sem assistência católica, deixando um espaço para a livre atuação de outras doutrinas religiosas. Com vistas à necessidade de atender a população rural e demarcar território, o Movimento do Dia do Senhor, atuando como as diversas Comunidades Eclesiais de Base que se proliferaram pelo Brasil, desenvolveu um trabalho de evangelização e formação política dos camponeses, ao passo que atrelava à dimensão da fé a discussão da realidade vivida, unindo fé e vida. Sobre o tema ler: BEZERRA, Viviane Prado. *"Porque se nóis* não agir o *pudê* não sabe se *nóis isiste nu mundo*"**:** O MEB e o Dia do Senhor em Sobral (1960-1980). Dissertação de mestrado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2008.

13 Entrevista Padre João Batista Frota, *Op. Cit*

do CETRESO está inserida em um contexto histórico que proporcionou uma inflexão de instituições oficiais ligadas à Igreja e ao Estado no meio popular. Através de agentes de classe média, intelectuais e militantes de esquerda, ou religiosos e leigos de orientação católica progressista, adentrava-se cada vez mais no campo e nas periferias dos grandes centros urbanos, buscando assim uma aproximação com as classes populares, com o intuito de levar cultura, instrução, educação formal, libertação, além de interferir na sua cultura tradicional. No caso da Igreja Católica, buscava-se não perder o controle sobre os fiéis do campo para doutrinas ditas alienígenas, como o protestantismo, espiritismo e, principalmente, o comunismo. Nesse sentido, conforme diretrizes da própria Igreja Católica, estimulava-se a formação de sindicatos católicos para se contrapor diretamente aos sindicatos comunistas com os quais disputavam a filiação da classe camponesa no início dos anos 1960. Nesse sentido,

> A Comissão Central da CNBB faz uma declaração, em 1961, sobre a situação do meio rural: "A Igreja e a situação do meio rural brasileiro". À luz da encíclica *Mater et Magistra*, elabora um programa para a ação dos católicos. Orienta os vigários para a sindicalização dos lavradores, pois temia a sindicalização dos sindicatos criados pelos comunistas. Com essa perspectiva, são fundadas as Legiões Agrícolas, em Petrolina, as Frentes Agrárias, no Rio Grande do Sul, o Serviço de Assistência Rural (SAR), em Natal, o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (Sorpe) e outros centros de sindicatos rurais, segundo os princípios cristãos.[14]

Por esse caminho, situamos a criação do CETRESO na diocese de Sobral, entendendo que sua existência é fruto desse contexto de renovação da Igreja, como também dos interesses políticos e governamentais vinculados à ideologia militar em despolitizar o sentido

14 DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano 4.* O tempo da ditadura. . 5. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

da organização dos trabalhadores rurais, mesmo que a experiência concreta com o povo tenha tomado outros contornos, por vezes dissonantes de sua proposta original. No caso do CETRESO, Luís Melo rememora os trâmites oficiais para sua criação:

> [...] CETRESO, Centro de Treinamento... isso daí foi eu que criei, Centro de Treinamento de Sobral. Na realidade, aí era, era de Sobral, mas era da diocese de Sobral, envolvia a diocese toda, então, a gente eu... consegui, houve... um convênio da diocese com o Estado e, nesse tempo, o governador era o Virgílio Távora. E... o Virgílio Távora era muito pressionado pelos militares, ... "a minha situação hoje, é muito, muito difícil.... eu posso ser cassado do momento para o outro". O Virgílio estava, estava... balançando, tava muito, muito perto de ser cassado, graças a Deus não terminou... não sendo e se manteve como governador sério, como... ele sempre foi e daí por diante. E, então, o trabalho era feito em convênio com o Estado com a diocese, até porque a diocese não tinha dinheiro nenhum e tal. E era um trabalho social, era justo que o Estado... ajudasse, apoiasse e daí por diante e tal. Então, o apoio que a gente teve do Estado foi muito precioso, foi importante, nesse tempo. E isso me possibilitou organizar uma equipe de rapazes e moças... então, eu treinei, a gente fazia seminário, isso e aquilo outro e daí por diante.[15]

Ressaltamos que quando o padre Luís Melo fundou o CETRESO, já trazia experiência com outro trabalho pastoral, desenvolvido na paróquia de Camocim,[16] posto que foi de sua iniciativa a criação do Serviço de Promoção Humana (SPH),[17] De acordo com Luís Melo,

15 Entrevista com Luis Gonzaga de Melo, realizada em Campina Grande-PB, a 27 de fevereiro de 2011. Arquivo Vera Lúcia Silva. Atualmente, Luís Melo não exerce mais sua função de padre, tendo o mesmo casado e constituído família e assumido a profissão de professor em Campina Grande, onde reside até os dias de hoje.

16 Cidade litorânea situada ao noroeste do Ceará, com grande importância para a economia da região devido ao seu porto e ferrovia com forte atuação durante o século XX.

17 Criado em 1962 pelo então padre Luís Melo, o Serviço de Promoção Humana é definido no seu Relatório de Atividades de 1962-1968 como "uma entidade autônoma particular para oferecer aos necessitados uma assistência social educativa sem distinção de idade e

sua escolha por Camocim estava atrelada à possibilidade de vivenciar a "opção pelos pobres", ao passo que explica:

> quando eu fui pra Camocim, foi uma opção minha, primeiramente. O bispo (dom Motta) perguntou se eu queria ser reitor do seminário ou eu preferia... Eu disse para ele: "olhe, eu nunca tive nenhuma experiência de povo". Na realidade, eu tinha desde criança, tinha ido para o seminário, isso e aquilo outro e tal. E, depois continuei estudando e inteiramente divorciado do povo propriamente dito, aí eu disse pra ele que se pudesse escolher, eu preferiria trabalhar com o povo. E se fosse um povo mais pobre, melhor ainda e, na realidade, era isto que eu precisava, esse... banho de povo.[18]

É importante situar que a diocese de Sobral foi fundada em 1915 tendo como primeiro bispo dom José Tupinambá da Frota, imortalizado pela memória oficial como o segundo fundador da cidade de Sobral, devido às obras monumentais construídas sob sua iniciativa, incentivado pelo discurso de modernidade e progresso reinantes no início do século XX. A aura aristocrática da cidade e o discurso da "sobralidade triunfante" advêm de sua ação religiosa, informada ainda pela orientação de uma Igreja-Rito. Com seu falecimento, em 1959, assume a diocese, temporariamente, dom Motta. Como vimos, noutro contexto político e religioso, é dom Motta quem abre as portas da diocese de Sobral para os trabalhos encarnados de uma pastoral popular. Quando dom Walfrido Teixeira Vieira, baiano, assume a diocese de Sobral, dá continuidade à opção de Igreja que dom Mota vinha assumindo, posto que dom Walfrido já trazia consigo a experiência de ter sido membro do Movimento de Educação de Base (MEB) na Bahia.

---

de sexo". Vera Lúcia Silva, historiadora que se dedica ao estudo do SPH, afirma que "embora seu campo de atuação não tenha se restringido a educação, esta foi o carro chefe da entidade". Não obstante, como todos os trabalhos pastorias desse tempo, buscava o desenvolvimento integral da pessoa humana. Sobre o tema ler: SILVA, Vera Lúcia. *"Um oásis dos menos favorecidos da sorte":* a experiência do Serviço de Promoção Humana – SPH, em Camocim-C.E (1967-1972). Sobral: Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, 2011. Monografia de graduação.

18 Entrevista com Luis Gonzaga de Melo, *op. cit.*

É muito recorrente na memória dos entrevistados a lembrança de Dom Walfrido como um bispo que acolhia os movimentos de base da Igreja de Sobral, principalmente os trabalhos realizados pelo MEB-Sobral e pelo Movimento do Dia do Senhor, os quais estavam diretamente ligados aos quadros da diocese. Embora com posturas pastorais diferenciadas, MEB e Dia do Senhor, em muitas comunidades rurais, trabalharam em consonância, principalmente pela ação do laicato, que na maioria das vezes compunha os dois movimentos. No entanto, em entrevista com Luís Melo, percebe-se um discurso dissonante daquele que se sustenta na maioria dos entrevistados em relação ao bispo dom Walfrido e sua posição frente ao CETRESO. A narrativa de Luís Melo reverencia a atuação de dom Motta, inclusive de extrema importância em termos de documento, visto o pouco que sabemos sobre seu curto bispado. Porém, abre margem para uma interpretação de dom Walfrido com certa reserva ao seu trabalho de padre encarnado de povo.

> Bom, com relação a dom Motta, eu tive... um apoio muito grande dele. Dom Motta me apoiou muito, inclusive, me lembro de uma vez, parece que era num retiro de clero, uma coisa assim, ele me pediu pra fazer uma exposição lá durante um dia lá para os padres sobre o trabalho que eu desenvolvia. E eu preparei slides, preparei uma série de coisas e tal pra mostrar lá pro pessoal como esse trabalho era desenvolvido, que a intenção de dom Mota era pra gente incentivar outras pessoas, padres e tal pra fazer alguma coisa. E, como você disse, dom Motta foi lá e viu o trabalho, isso e aquilo outro. Ele foi um incentivador. Dom Motta, ele era muito meu amigo e se tornou mais amigo ainda depois disso e tal. Nós éramos muito amigos. Dom Walfrido, eu não dizia a mesma coisa. Dom Walfrido parece que não entendeu bem o sentido, a filosofia [risos] da coisa, de modo que eu não teria muito o que dizer com relação a dom Walfrido, não.[19]

19 Entrevista Luís Melo, *op. cit.*

Na narrativa de Luís Melo se evidencia uma relação de amizade e cumplicidade com Dom Motta, o que talvez tenha propiciado um maior estímulo ao trabalho desenvolvido por ele no CETRESO. Por outro lado, padre Luís possivelmente tenha deixado a diocese de Sobral aproximadamente nos idos de 1966/67, quando fora convidado por Dom Hélder Câmara a trabalhar na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e esse fato pode ter dificultado um contato mais próximo com Dom Walfrido a ponto de não se ter tido o tempo suficiente para que ele pudesse perceber a abertura e o trabalho pastoral que o bispo viria a acolher em sua Diocese, posto que tal bispo tinha assumido em 1965, e que tiveram apenas dois anos de convívio no trabalho diocesano. Ao contrário da amizade que Luís Melo desenvolveu com Dom Motta, com Dom Walfrido parece que sua relação não avançou para o âmbito pessoal, pois afirma que:

> Dom Walfrido, ... eu nunca tive assim amizade com ele, coisa assim e tal. Eu trabalhava com ele, mas era um trabalho... com uma certa distância. Eu me lembro quando, quando ele me chamou, e disse, "olhe eu... Dom Helder está interessado que você vá trabalhar com ele, lá na CNBB. Eu... aceitei, não foi... E eu pensei com os meus botões "graças a Deus". Mas eu me sustentei com... Dom Walfrido, ...sem trauma, sem drama, sem coisa nenhuma, e fui levando as coisas assim. Inclusive... sobretudo, Dom Walfrido me pareceu que não apoiava muito o meu trabalho que eu fazia com essa equipe de... jovens... moças e... rapazes e tal e, então, ele parece que, de uma certa maneira, achou foi bom quando Dom Hélder mandou me convidar.[20]

Diferentemente do relato de Luís Melo, a memória que se guarda sobre Dom Walfrido é recorrente ao destacar sua postura acolhedora e sua imagem de "bom pastor". Nem somente os religiosos e o laicato guardam uma memória de "humildade e mansidão" sobre o bispo, também os camponeses que o encontravam nas atividades pastorais realizadas como parte dos programas de formação, tanto do MEB

20 Entrevista Luís Melo, *op. cit.*

como do Dia do Senhor no CETRESO[21], na serra da Meruoca, também reforçam esse perfil de dom Walfrido. Nesse sentido, o histórico sobre os bispos de Sobral registra a biografia de dom Walfrido, e o que se lê reafirma aquilo que está marcado na memória de muitos dos padres e leigos que estavam à frente dos movimentos de base da Igreja de Sobral e que conviveram harmoniosamente com o bispo:

> Foi nomeado bispo diocesano de Sobral pelo Papa Paulo VI, aos 6 de janeiro de 1965, vindo a tomar posse dessa diocese no dia de São José do referido ano. Durante 33 anos governou esta diocese com zelo apostólico e dedicação. Revestido de duas virtudes fundamentais para o pastoreio, humildade e mansidão, cativou a simpatia de seu clero e diocesanos. Seu longo episcopado foi marcado pelo implemento das transformações provocadas na Igreja pelo Concílio Vaticano II e pelas Conferências de Puebla e Medelin, adequando-a ao mundo moderno, pela valorização do trabalho leigo e pela opção preferencial pelos pobres. Renunciou ao governo desta diocese em 17 de março de 1998.[22]

Nesse sentido, padre João Batista Frota, ao ser indagado sobre essa dissonância com relação a dom Walfrido, esboça uma explicação que pode ser aplicada ao contexto em que Luís Melo se refere a suposta reserva de dom Walfrido com relação "ao sentido, à filosofia" de seu trabalho. Tal contexto "[...] Foi uma época de transição, eu acho que foi isso o difícil pra ele né, pegar uma Igreja tridentina, com clero tridentino e acolher as inovações do Vaticano II, acho que foi muito delicado, né?".[23]

---

21 Centro de Treinamento de Sobral (CETRESO) é também um prédio pertencente à diocese de Sobral, localizado na serra da Meruoca, onde servia e ainda serve para abrigar as atividades de formação, capacitação, seminários e retiros da Igreja. Durante toda a existência dos movimentos de base da Igreja de Sobral, como os cursos e encontros do MEB e do Dia do Senhor, bem como do próprio CETRESO com palestras de sindicalização rural foram realizadas neste espaço.

22 http://radioeducadora950.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=48:2o-bispo-de-sobral-dom-mota&catid=34:bispos-de-sobral&Itemid=29. Acesso em 18/05/2013.

23 Entrevista Padre João Batista Frota, *op. cit.*

Não queremos aqui eleger uma memória gloriosa sobre dom Walfrido, tampouco desqualificar a imagem que se guardou na lembrança e no coração dos que com ele conviveram e aprenderam a admirá-lo. O que se busca é confrontar a subjetividade dos nossos entrevistados, de modo que as diferentes memórias sobre tal bispo sejam afloradas e ressignificadas, posto que nossos narradores relatam suas próprias experiências, impressões, sentimentos e que não podemos deixar de registrá-los nem de problematizá-los.

Os relatos orais são hoje considerados primordiais para o fazer historiográfico, marcam um certo renascimento do sujeito, ao passo que durante os anos reinantes do paradigma estruturalista perdeu-se essa dimensão de crédito à subjetividade da memória e aos relatos em primeira pessoa. Beatriz Sarlo, ao teorizar sobre a "narração da experiência", aponta caminhos para a atuação do historiador contemporâneo: "[...] O historiador... não reconstitui os fatos do passado (isso equivaleria a se submeter a uma filosofia da história reificante e positivista, mas os 'relembra', dando-lhes assim seu caráter presente, com respeito ao qual sempre há uma dívida não paga".[24]

De todo modo, "relembrar", problematizar tais memórias é necessário para pensarmos questões de primeira ordem no âmbito dos conflitos internos da diocese de Sobral e do CETRESO. No entanto, se dom Walfrido não acolheu bem a proposta de trabalho do então padre Luís Melo, por outro lado, para os demais padres envolvidos com trabalhos de base parece ter manifestado todo apoio, inclusive participando de todos os eventos pastorais. Sua presença dava legitimidade aos trabalhos do MEB, do Dia do Senhor e das diversas pastorais atuantes na diocese, como também aproximava a hierarquia da Igreja do povo, conforme se enunciava nos discursos da Igreja Progressista, "servidora e pobre". Nesse sentido, se destaca a memória de padre João Batista ao revelar peculiaridades de sua convivência com dom Walfrido e de sua postura pastoral.

> Eu... a convivência com dom Motta foi muito rápida, foi mais em Roma. Com dom Walfrido foi

24 SARLO, Beatriz. *Tempo passado:* cultura da memória e guinada subjetiva. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 28.

> mais ampla né. E pra mim, o dom Walfrido foi um grande irmão, um grande pai. Pastor e pai, em que sentido, né? Ele me apoiou em todos os trabalhos... ele me convidou para a coordenação da pastoral... coordenação da pastoral diocesana... e em todo esse trabalho ele me deu um grande apoio... de abertura, todas as sugestões, nas Assembleias ele estava sempre presente, né? Então, pra mim eu acho que o Concílio Vaticano II se implantou graças a essa visão de Igreja e ele tinha muito tato humano... uma vez as assembleias estavam praticamente paradas nessa tradição e eu no meu mandato retomamos com as assembleias e faltavam alguns padres e eu fui e disse: dom Walfrido, os padres não vieram, eu queria que se fizesse uma cartinha pra eles e ele disse assim, rindo: Frota olhe o seguinte, você está querendo puxar cem, vá puxando setenta, oitenta, com jeito a gente vai né? Então, nunca esqueci essa pedagogia dele... e foi graças a essa pedagogia dele, porque tinha muitos padres ainda conservadores na diocese, em pleno Tridentino ainda, Concílio Tridentino, e ele conseguiu implantar o Concílio Vaticano graças à pedagogia dele, a maneira de ser dele.[25]

Fosse com dom Motta ou com dom Walfrido, o fato é que a diocese de Sobral construiu um sólido trabalho de base, que se equilibrava melindrosamente entre a "boa nova" da Igreja-Povo e o ranço do conservadorismo da Igreja-Rito. Nesse contexto, os meios de comunicação social da Igreja de Sobral também sentiam o embate travado entre as diferentes missões de Igreja e serviam de porta-voz, tanto para os discursos oficiais do governo militar, como para o discurso tradicional da Igreja, como também para aqueles de cunho progressista.

Nesse sentido, encontramos no *Correio da Semana* espaço aberto para a promoção de uma conscientização que levasse ao homem do campo sua formação enquanto sujeito histórico, atuante no processo de construção social. Para tanto, destacamos a *Coluna do CETRESO* (Centro de Treinamento de Sobral) e a *Coluna do MEB* (Movimen-

---

25 Entrevista Padre João Batista Frota, *op. cit.*

to de Educação de Base) como dois elementos que atuavam nesse sentido e assumiam o mesmo destaque que a *Coluna Homens, fatos, coisas,* por exemplo recebia em tal jornal. Esta última parecia estar comprometida com o discurso oficial de apoio e enaltecimento do Regime Militar.

Outro elemento importante para a conscientização dos trabalhadores rurais, mas desvinculado do *Correio da Semana*, embora também de caráter político-religioso, foi o Movimento do Dia do Senhor, liderado pela pessoa de padre Albani Linhares. Esse movimento se desenvolveu e atuou, assim como o trabalho realizado pelo MEB e pelo CETRESO, em toda a zona norte do estado.

Na realidade, tais movimentos só puderam existir devido às transformações no contexto da Igreja Católica pós-conciliar. As propostas apresentadas no Vaticano II e seladas em Medellín e Puebla abriram margem para uma constante proliferação de movimentos populares. Todos atrelados à práxis comunitária, propostas a partir da efetivação das metas de uma nova Igreja: uma Igreja-Povo, uma Igreja que viria dar voz e vez aos pobres, oprimidos e marginalizados pelo imperialismo capitalista. Assim,

> Se a Igreja vive no povo, se ela nasce do povo, esse povo atuará no mundo com conhecimento de causa. Não terá tanta necessidade de diretrizes e determinações oriundas da autoridade. A ação dos cristãos na base muda a ótica do posicionamento da Igreja frente ao mundo.[26]

Dessa forma, o aparecimento do MEB, até mesmo antes de 1964, bem como o surgimento das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), ou mesmo em nível mais restrito, o Movimento do Dia do Senhor e tantos outros movimentos populares religiosos que se fizeram notórios durante todo o regime militar no Brasil, tinham como prioridade, de início, não o embate direto à política militarista aqui instalada pós-1964, mas sim uma crítica ao sistema capitalista que, de forma

26 GUIMARÃES, O. F. M., Almir Ribeiro**.** *Comunidades de Base no Brasil.* Rio de Janeiro: Vozes, 1978. 245p.

concentradora e excludente, proporcionou uma intensificação dos conflitos sociais e um acirramento das classes desprivilegiadas.

> Da mesma forma que critica e ataca o imperialismo religioso da Igreja-instituição, impugna também toda classe de política de domínio e sistema de poder. Nelas há diferenças ideológicas, divergências teológicas, formas distintas de celebração, porém todas estão de acordo num ponto: a luta pela justiça levada a termo com todos os demais homens.[27]

Contudo, tal embate se desenvolveria indiretamente, ao passo que todos os regimes autoritários dessa época se mostraram como sendo a materialização institucionalizada das políticas imperialistas do capitalismo. Desse modo,

> Os regimes de segurança nacional são apenas uma expressão daquilo que o imperialismo capitalista e as classes dominantes consideraram necessário para imporem suas novas condições às classes populares e conterem as tentativas de mudança por elas iniciadas na década de 1960.[28]

Nessa perspectiva, tanto Medellín como Puebla foram iniciativas da Igreja católica, que tinha como objetivo pensar a condição do pobre e oprimido a partir de uma conscientização crítica e politizada de sua condição de explorado. Tal iniciativa vai de frente aos regimes autoritários que dominaram a América Latina depois de 1960.

Em Sobral, veremos que tais movimentos político-religiosos, apesar de não terem sido criados com o intuito de confrontar a ordem instituída, passaram por um processo de apropriação dos discursos de esquerda e se fizeram importantes meios de questionamentos, principalmente ao levar uma consciência crítica ao homem do campo visando à sua formação integral e enquanto sujeito de sua própria história.

---

27 CALDENTEY. " Significado das Comunidades Cristãs de Base para a Igreja" *Concilium 104* (1975) p.87-88. *Apud* GUIMARÃES. p. 71.

28 GUTIÉRREZ, *op.cit*. p.122

Em entrevista, o padre Albani Linhares conceitua o CETRESO como um sistema macroeconômico, o qual serviria como instrumento mediador para a institucionalização dos movimentos sociais emergentes, oferecendo ao Estado um maior controle desses movimentos. Para ele,

> [...] o trabalho do CETRESO foi assim... bastante macroeconômico, macro. Os Estados Unidos perceberam que o Nordeste era uma... um ponto muito perigoso, inclusive por causa das ligas camponesas do Recife, aí então, a tática do Rockfeller, do pessoal de lá era... esvaziar... as Ligas Camponesas, e pra esvaziar as Ligas Camponesas soltaram muito dinheiro pra fazer sindicato dos trabalhadores rurais...que o Virgílio Távora foi quem contratou o CETRESO... tal...tal... quer dizer, pelas histórias eu sei... que ele foi financiado, esse movimento no Nordeste todinho... no Piauí, agora só que quando chegou aqui, o pessoal que assumiu deu mais cor... mais séria... do que o que os Estados Unidos queriam, quer dizer, não cumpriu, não cumpriu... totalmente os objetivos da Aliança do Progresso, porque o pessoal que trabalhou, sabotou. Tanto no Recife, o menino do Recife como... Ah, e aqui era o Luís Melo é que era o encarregado disso aí, e o padre Luís Melo era socialistíssimo, entendeu? Mas... Agora, os sindicatos todinhos da região foram fundado... sindicato dos trabalhadores rurais foram fundados a base, com a ajuda do CETRESO, né. Na Ibiapaba, aqui na região, tudo, tudo, tudo foi o CETRESO que encaminhou.[29]

No entanto vimos que, apesar de o CETRESO ter servido como meio facilitador para a criação dos sindicatos rurais de nossa região, percebemos, através das palavras de padre Albani, que esse trabalho, aqui em Sobral, recebeu a partir de seus representantes, uma nova conotação, da qual, juntamente com o MEB e o Movimento do Dia do Senhor, trabalharam para oferecer aos agricultores uma consciência política de sua condição de oprimido.

29 Padre Albani Linhares. Entrevista realizada em 20 /09/ 03. Sobral-CE.

Jornal Correio da Semana: espaço de enunciação de um contradiscurso

Quando entendemos o jornal *Correio da Semana* como um jornal difusor de um contradiscurso, queremos, na realidade, colocar para o nosso leitor um olhar múltiplo sob as inúmeras perspectivas de análise do jornal, enquanto objeto de estudo.[30] Tentamos situar o "Correio" como espaço aberto para a produção de diversos discursos, que não necessariamente são obrigados a se complementar ou a se contradizer. Como disse Foucault, os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem.[31]

Assim, quando percebemos no *Correio da Semana* uma abertura quase que simultânea, tanto para o discurso "revolucionário" oficial sobre a Ditadura Militar no Brasil, como para os discursos de esquerda, promovidos pelos movimentos sociais emergentes que foram citados ao longo deste artigo, admitimos neste jornal uma heterogeneidade que faz com que os discursos produzidos por ele representem a própria contradição do processo histórico e dos sujeitos que foram forjados em cima deste, como aponta também os conflitos internos vivenciados pela própria Igreja Católica nesse momento.

Nesse sentido, em 24 de abril de 1965, encontramos na Coluna do CETRESO um artigo do qual vemos explicitamente o envolvimento de parte do clero sobralense com os discursos de sindicalismo e organização dos trabalhadores rurais que foram apropriados pela nova proposta de uma Igreja engajada. Desse modo,

> A Igreja vem batalhando para que os operários se unam em sindicatos, para que os agricultores se sintam solidários e colaborem na fundação de cooperativa e associações profissionais, absolutamente necessárias para assegurarem a defesa dos preços dos seus produtos e dos seus trabalhos [...]. Vendo isto, é

30 CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia, *apud* DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSK, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas.* São Paulo: Contexto, 2008.

31 FOUCALT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996. p. 53.

> preciso que o trabalhador rural tome consciência dos seus direitos. Este paciente trabalho deve ser obra do próprio trabalhador rural, pois o sindicato é um órgão de autopromoção para o operário do campo; não só os seus direitos profissionais serão defendidos, como seus próprios direitos de cidadão.[32]

Na entrevista de padre Albani Linhares abre-se margem para uma concepção da coluna do CETRESO como um meio de conscientização política promovido pelo jornal *Correio da Semana.* Assim, o discurso oficial sobre a "Revolução" dividiu as atenções do leitor sobralense com as discussões de caráter social apresentados pelo CETRESO.

Desse modo, como veremos no trecho abaixo, as discussões sobre o direito de sindicalizar-se, questionando até mesmo o posicionamento do Regime Militar frente a essa prática, se mostra para nós como uma possibilidade daquilo que padre Albani denomina por "sabotagem" no trabalho do CETRESO. Assim, aqui em Sobral, a coluna do CETRESO, em seu exercício, desviou-se da ideia original pensada por seus patrocinadores, assumindo um caráter de comprometimento político-social com o despertar de uma consciência crítica dos trabalhadores rurais. Escreve-se o artigo:

> Hoje, iremos falar sobre o direito de sindicalizar-se porque, principalmente depois da Revolução, devido às intervenções sindicais, muitos são levados, por ignorância a pensar que é proibido sindicalizar-se.
>
> O direito sindical é negado por grande parte da classe patronal e da classe burguesa, que aceita o sindicato operário teoricamente, mas que – por seu comportamento prático – chega a negá-lo.
>
> O próprio operário levado pela ignorância – que muitas vezes gera medo – se constitui em forte empecilho ao uso desse direito.

32 *Correio da Semana*, Sobral. 24 de abril de 1965. Ano 48. n.º 2 p. 3.

> Os estados totalitários em geral, quando não fazem do sindicato um instrumento de sua política, proíbem o funcionamento do mesmo ou limita-lhe a ação.
>
> É dever do Estado, principalmente daqueles que se dizem democráticos reconhecer e respeitar o direito de associação.[33]

Como vemos, o CETRESO traz para seu foco de atuação não só a preocupação com o trabalhador rural, mas também os problemas enfrentados pelo trabalhador urbano. A oposição dos interesses entre burguesia/classe operária é colocada para nós como um fator significativo para o acanhamento desses operários quanto ao processo de sindicalização. Assim, por medo, devido a todo o discurso pejorativo construído em cima da ideia de sindicalismo, associando-o a uma leitura mal interpretada de comunismo, os operários, muitas vezes, deixavam de se sindicalizar.

Vemos destacada no artigo uma crítica à política intervencionista sustentada pelos estados totalitários quando, durante o Regime Militar "[...] o direito sindical é negado por grande parte da classe patronal e da classe burguesa, que aceita o sindicato operário teoricamente, mas que – por seu comportamento prático – chega a negá-lo." O que nos chama atenção é simplesmente o fato de a coluna do CETRESO ter sido pensada e patrocinada justamente para atuar como um mecanismo de controle estatal. O fato de essa coluna estar criticando sua primeira função nos remete mais uma vez ao que padre Albani coloca como uma nova conotação para o trabalho do CETRESO aqui em Sobral. Nessa perspectiva,

> O diálogo direto burguesia-Igreja nem sempre foi fácil. As classes fundamentais, burguesia e classe operária, tinham a princípio suas próprias expressões ideológicas dominantes – liberalismo de uma parte, anarquismo e depois marxismo na outra – mas é através das classes médias, num primeiro momento – e

33 *Idem,* p. 3.

> no mundo rural através das classes populares – que a Igreja exercerá sua função orientadora.[34]

O CETRESO foi expressão singular do trabalho inicial desenvolvido pela pastoral sobralense, inserida no contexto de renovação conciliar. A participação da classe média fora decisiva para a realização desse trabalho. A presença dos leigos junto aos setores progressistas da Igreja serviu como uma atuação direta no processo de inserção dos trabalhadores rurais no trabalho que a Igreja de base denominava por libertação do oprimido. Nessa perspectiva,

> O Centro de Treinamento de Sobral (CETRESO) foi criado e vive em função de uma causa nobre: a redenção do homem do campo. Integrante de Nosso Secretariado Diocesano – Setor de Justiça Social – nos esforçamos para levar a toda diocese a Doutrina Social da Igreja, os ensinamentos nas encíclicas do papa e nas Sagradas Escrituras.[35]

Nesse caso específico, o jornal *Correio da Semana* atuou em Sobral como um veículo produtor de um discurso progressista que se contrapunha à linha "revolucionária" inicialmente adotada por esse jornal. A presença de tais discursos no "Correio" traz para a cena urbana questões que margeiam o próprio limite entre o rural e o urbano; assim os leitores eram incitados a pensar os problemas do campo, sobre a problemática do sindicalismo, cooperativismo, reforma agrária etc., da perspectiva que lhes estava sendo colocada pela coluna do CETRESO e pelo trabalho realizado pelo MEB e Dia do Senhor.

Em 5 de junho de 1965, encontramos nessa coluna um artigo sobre reforma agrária. Observamos, através desse artigo, uma espécie de formação conscientizadora sobre a importância de uma reforma agrária para os interesses dos trabalhadores rurais. Nesse sentido, a orientação proposta pelo CETRESO era sempre a partir de uma

34 SOUZA, L. A. G. *A JUC*: Os estudantes católicos e a política. Petrópolis: Vozes., 1984. 62 p.
35 *Correio da Semana*, Sobral. 18 de setembro de 1965. Ano 48. n.º 13.

luta consciente e conjunta à ação organizadora dos sindicatos e seus filiados. Dessa forma, lê-se:

> [...] cada um de nós temos o dever de trabalhar para que o governo apresse a reforma agrária. Para isto é necessário que os trabalhadores rurais se unam, fundando sindicatos, cooperativas, etc... Assim organizados, poderá exigir-se do governo o que temos direito. Unimo-nos e venceremos![36]

Do mesmo modo, o cooperativismo também fora bastante estimulado como forma de organização trabalhista. Em 14 de agosto de 1965, encontramos um artigo que trazia claramente, sob perspectiva cooperativista, a proposta de conscientização político-social, defendida pelo CETRESO por meio do jornal *Correio da Semana*. Desse modo,

> [...] a cooperativa, como acabamos de ver, deseja manter os trabalhadores unidos para fazê-los mais fortes na luta contra a pobreza e a miséria. Também o homem do campo só poderá melhorar de vida pelo seu próprio esforço num só sentimento de união, através de forças extraordinárias, como a cooperativa. Não poderá o camponês esperar por promessas baratas de políticos manhosos e interesseiros. O lavrador não deve poupar esforços, não deve enxergar barreiras nem sacrifícios, avançando sempre, pois não há obstáculos nem dificuldades que a força de vontade não consiga remover.[37]

Tal artigo coloca em pauta as antigas práticas políticas remanescentes da nossa cultura oligárquica. Desse modo, percebemos no artigo um alerta às políticas assistencialistas sustentadas pela classe política local com o intuito de fazer crer a reforma agrária ou sindicalismo, um interesse comum, a agricultores e latifundiários. Esse

36 *Correio da Semana*, Sobral. 5 de junho de 1965. Ano 48 n.º 8 p. 5
37 *Correio da Semana*, Sobral. 14 de agosto de 1965. Ano 48. n.º 18 p.5

alerta desperta em nossa análise a função social do jornal inserida em um contexto de ressignificação dos valores políticos locais.

Partindo de uma nova análise, o comprometimento social não mais representava uma exclusividade dos políticos sobralenses; agora tal compromisso surgia, não só através da atuação de padres e bispo, como também a partir do trabalho de uma classe média engajada. Tanto o MEB, como o CETRESO, em Sobral, se projetaram a partir dessa característica.

Desse modo, a coluna MEB Sobral, em 18 de abril de 1965, comunicava aos leitores do *Correio da Semana* sobre o andamento de seu trabalho e suas expectativas. No artigo fica evidenciada a parceria entre as pastorais diocesanas, ao passo que o CETRESO fornecia embasamento teórico para a formação da equipe MEB/Sobral, tendo em vista que o tema do sindicalismo era recorrente na pedagogia e no material didático do MEB e também compunha a pauta de seu programa radiofônico "Encontro com o MEB", sendo durante muito tempo assumido pelo supervisor João Batista do Espírito Santo Justo.

> [...] Atualmente a equipe do MEB Sobral está participando de um treinamento do CETRESO, para maior aprofundamento nas matérias utilizadas nas aulas de Educação de Base.
>
> Para que o Movimento de Educação de Base tenha maior divulgação e que êste órgão seja mais conhecido, iremos distribuir aos vigários das paróquias de nossa diocese uma circular, levando todas as mensagens necessárias aos mesmos.
>
> Todos os nossos trabalhos têm valioso apoio do Sr. bispo dom Walfrido Teixeira Vieira, em quem o MEB deposita as melhores esperanças na consecução dos seus objetivos.[38]

O trabalho do MEB e do Dia do Senhor, apoiados pela diocese de Sobral, fez com que tais movimentos alcançassem uma proporção

38 *Correio da Semana*, Sobral. 18 de abril de 1965. Ano 48. N.º 1

que chegou a promover uma maior aproximação da Igreja com as classes populares. Seja pela promoção de palestras dirigidas a esse público, seja pela atuação das CEB's junto a periferias ou zona rural, seja pela divulgação de tais trabalhos pela rádio *Educadora do Nordeste*, que a partir de 1.º de julho de 1964, também passara para o controle da Diocese de Sobral. Nesse sentido, Padre Luís Ximenes acredita que a Igreja sobralense veio desenvolvendo seus trabalhos pastorais, em que:

> [...] Desde 1967 que esse barro e essa cal vêm sendo amassados. É o estudo da realidade do meio feito com os padres e os leigos na ocasião dos zonais. È o respeito mútuo quanto às buscas e iniciativas pessoais... É a implantação de equipes, de sacerdotes e leigos, para tarefas pastorais específicas... É a intercomunicação de estudos dos zonais, é a infraestrutura diaconal nas celebrações cultuais do Dia do Senhor, são as Comunidades Eclesiais de Base e os sindicatos. É a rádio Educadora do Nordeste apresentando semanalmente variados programas, como A Palavra do Senhor, Justiça Social em Marcha , O Encontro das Comunidades e o Programa do MEB.[39]

Diocese de Sobral: o olhar vigilante da repressão e do clero conservador

Tamanha proporção fez com que esses movimentos viessem a incomodar, tanto alguns setores mais conservadores da Igreja como, principalmente, o governo. Com tanta notoriedade, o MEB e o Dia do Senhor passaram a ser alvo de algumas perseguições, no exercício de suas atividades. Os programas da *rádio Educadora* passaram a receber constantes censuras. As palavras, que por si sós já são carregadas de simbolismo, tiveram que ser substituídas por sinônimos ou simplesmente ser retiradas de contexto. Ao se referir às fiscalizações por que passara a rádio, nesse período, padre Albani lembra o pro-

39 XIMENES, *op. cit.* p. 44

cesso de adaptação que sofreu o vocabulário utilizado pelos radialistas comprometidos com os movimentos de base. Assim, lembra:

> [...] tínhamos as fiscalizações, aí tinha... tinha, tinha o ... o ... a censura dos programas da rádio... da rádio... todos tinham que sair, sabe? Então a gente não podia usar a palavra luta, não se usava luta. Usava, como é que era? Usava peleja, peleja ou... a gente tinha, a gente tinha que mudar um pouco o vocabulário prá ter a comunicação... Porque durante o tempo da Ditadura foi um tempo que coincidiu porque vinha vindo um processo muito grande de conscientização anterior às reformas de base, não sei o quê... não sei o quê... quer dizer, que o Exército bateu, né.[40]

Tal afirmação faz com que acreditemos que, em Sobral, não se desenvolveu uma repressão à *la* DOI-CODI, com todo o aparato e requinte dos aparelhos repressivos ensaiados durante a Ditadura Militar no Brasil. Aqui, percebemos uma repressão do medo, em que, na realidade, mais se insinuava a repressão, do que se repreendia. O caso dos silêncios que foram impostos à rádio Educadora, ou ao MEB ou ao Dia do Senhor, enquanto movimento propriamente dito, parece-nos uma expressão significativa do modelo de censura que se manifestou em nossa cidade.

Um dos episódios referentes a esse tipo de censura é recuperado pela memória de Maria Valnê Alves, que atuou durante os anos 1960 tanto como coordenadora do MEB – Sobral, como também compunha a equipe de lideranças do Movimento do Dia do Senhor. A partir de sua narrativa percebe-se o quanto o sistema de repressão estava atento à ação dos movimentos populares e que, principalmente, não se restringia à vigilância dos grandes centros, mas ao que tudo indica, todas as cidades do interior também estavam sob a constante vigilância dos órgãos da repressão:

> Uma vez eu estava dando... fazendo um programa do Dia do Senhor na Rádio Educadora do Nordeste e aí

40 Padre Albani Linhares, *op. cit.*

> o... técnico de mesa... mesa de som, tem um espelho... dividindo... então aquele técnico, ele deu um sinal assim, eu percebi que tinha umas pessoas estranhas.... é que tinha polícia federal lá dentro, que tinha gente estranha ali. Eu sei que eu comecei, eu digo hoje eu vou ser presa... Eu fiz uma liturgia. Mudei totalmente o programa. Eu tinha a liturgia da palavra toda: vamos agora... primeira leitura... olha a bíblia. Não perdi a calma viu, e aí vamos rezar... e o pessoal percebeu tudo no campo. Quer dizer, foi mesmo que dizer estou com um ditador, com um policial aqui que veio prender sabe? Então, eles sabiam que tinham que estar com cuidado. A partir daquele momento as principais lideranças, porque todo movimento, tem o movimento e dentro do movimento, as lideranças, e essas pessoas mais esclarecidas elas sabiam que elas poderiam ser presas também. Elas tinham consciência, consciência de que poderiam... pagar caro pelo comprometimento delas. Que a libertação passa também por um sacrifício de vida seu. E aí elas entendiam...[41]

Esta vigilância, ao que parece, também esteve voltada para os setores estudantis. Tanto que a atividade estudantil em Sobral esteve sob a mira dos militares, principalmente direcionando tal fiscalização ao trabalho desenvolvido por alguns padres que atuavam junto à classe estudantil secundarista, como o padre Luizito Dias, padre Osvaldo Chaves, como também o padre Pedro Van Ool. É válido salientar que este último teve seu nome enquadrado nos termos da Lei de Segurança Nacional e que padre Osvaldo teve sua residência invadida, sendo interpelado pela polícia federal, segundo nos informaram em suas entrevistas[42]. Quanto à fiscalização no ensino superior, padre João Batista Frota nos informa que havia na Faculdade de Filosofia Dom José a presença de um aluno que era militar e que possivelmente fazia o trabalho de espionagem. Conforme nos relata: "agora eu tive cautela, porque eu dava aula na faculdade e tinha um observador, que era o Faustino, até morreu... ele era um soldado

41 Entrevista Maria Valnê Alves, realizada em Sobral em18/12/2004. Arquivo da Autora.

42 Pedro Van Ool, entrevista realizada em 7 de julho de 2004. Padre Osvaldo Chaves, entrevista realizada em 23 de julho de 2004. Arquivo da Autora.

e me disseram que ele estava anotando alguma coisa que eu dizia, entende... ”

Outro momento marcante na memória de alguns dos entrevistados remonta ao interrogatório por que padre Albani Linhares passou nos anos 1960 na cidade de Sobral, devido a seu trabalho realizado na Juventude Operária Católica (JOC) do Rio de Janeiro. Quando padre Albani retorna a Sobral e cria no Movimento do Dia do Senhor, o mesmo já trazia uma experiência com trabalhos pastorais voltados para o mundo do trabalho. Portanto, já instalado na Diocese de Sobral, padre Albani é convocado a um interrogatório realizado pelo Exército do Ceará. Tal interrogatório aconteceu na residência do prefeito da cidade, na época Jerônimo Prado, e sob a presença do bispo dom Walfrido.

Este episódio representa uma situação limite por que passaram os religiosos e leigos envolvidos nos trabalhos de base em Sobral, significando talvez o ponto mais crítico enfrentado durante o período de repressão, podendo desencadear na prisão de padre Albani e, por conseguinte, essa repressão se estender efetivamente a todo o trabalho pastoral da diocese. Tanto padre João Batista como Valnê Alves lembram esse episódio como parte de um momento de tensão.

Também é evidenciada em ambos os relatos a concepção de que a situação não se agravou por conta do diálogo do prefeito e do bispo com os policiais do exército, bem como pelo interrogatório ter sido feito na própria cidade de Sobral, ainda muito marcada pelas relações de amizade e de poder locais, como também podemos salientar a presença de civis durante o interrogatório, o que impediu qualquer tentativa de agressão ou mesmo tortura. Nas palavras de Valnê: “Eu acho que Sobral é uma cidade muito diferente, em que os aspectos familiares e sociais ainda pesam vivendo aqui. Então, o próprio padre Albani, no tempo, ele não foi preso, mesmo tendo vindo né... aí você vê, se fosse de fora de Sobral, ele teria sido preso”.[43] Por esse caminho, padre João batista também rememora o episódio:

43 Entrevista Maria Valnê Alves, *op. cit.*

> Houve sim, houve sim e eu acompanhei discretamente, sobretudo com relação às Comunidades Eclesiais de Base; até veio uma fiscalização do Exército aqui, mas dom Walfrido tinha um bom relacionamento com o prefeito, que era o seu Jerônimo e... eles queria ouvir o Albani, a coordenação e dom Walfrido foi através do Jerônimo, convidou e essa conversa foi feita na presença do bispo e com o prefeito também. Então, houve uma observação da ditadura e houve quase uma repressão, e essa repressão foi controlada e abrandada, o termo seria né, graças a intervenção, à amizade de dom Walfrido com seu Jerônimo, que era o prefeito... então Jerônimo serviu de mediador entende? Então aquele medo que a gente teve e até a gente teve medo também que eles prendessem o Albani ou o MEB ou viesse bloquear, mas não. Quer dizer a gente ficou mais atento, certo?[44]

Quanto aos setores mais conservadores da Igreja, o incômodo vinha por parte da frequente participação de leigos em trabalhos sociais e religiosos. Nesse sentido, O MEB e o Dia do Senhor trabalharam juntos, leigos e Igreja, trilhando o mesmo caminho para o financiamento de uma educação de base e a consequente libertação do indivíduo inserido no trabalho de promoção humana.

Assim, em "Temor do Engajamento", artigo de 20 de maio de 1967, vemos uma discussão sobre o papel desempenhado pelo leigo junto a atividades religiosas. O medo do envolvimento da Igreja com ideologias marxistas que porventura viessem a ser demasiadamente repassadas pelos leigos às comunidades de Sobral, fazendo da Igreja um mero instrumento de adestramento político-social, desviando assim, a atenção dos trabalhos eclesiais para questões de caráter puramente político, despertou a resistência de alguns padres mais conservadores quanto a esse trabalho.

> Tem-se razão – ao que me parece – de desejar que normalmente os membros dos movimentos de ação católica não tenham uma ação política ou social própria. Claro que isto depende das circunstâncias e si-

44 Entrevista padre João Batista Frota, *op. cit.*

> tuações; mas o normal é que os movimentos de ação católica levem seus membros a se engajar em movimentos não eclesiásticos.
>
> Sei que há certos bispos temerosos que os leigos – na medida em que vão tendo consciência da necessidade de seu engajamento no mundo – comprometam demais a Igreja. È estranho que, em geral só se temem os compromissos com as esquerdas, nunca com a direita.
>
> As vêzes os bispos têm medo de que os leigos não façam apostolado direto que levem praticantes à Igreja.[45]

Desse modo, escrevem-se no artigo alguns dos pontos que são relevantes para a concepção de tal atuação leiga, enquanto "perigosa", devido a seu engajamento com as esquerdas. A tomada de consciência aparece, agora, como um problema que deveria ser controlado para que não adquirisse maiores proporções, nem outros significados. Nessa perspectiva, o artigo mostra que a homogeneidade de pensamento sobre a Igreja-povo não existiu no meio clerical. Então,

> [...] conflitos entre a Igreja, ou setores da Igreja, e a sociedade política podem ultrapassar o simples problema de confronto entre poderes, para manifestar fidelidades divergentes a classes sociais opostas. As igrejas aparecem então divididas internamente, de acordo com seus laços com a classe dirigente ou com as classes subalternas emergentes.[46]

Assim, finalizando o artigo, escreve-se:

> Parece-me que estes temores não são muito fundados. Os verdadeiros, compreendendo os dilemas que se apresentam para o reino de Deus na realidade do mundo de hoje, hão de saber sustentar ao mesmo tempo sua lealdade em relação às tarefas do engaja-

45 *Correio da Semana*, Sobral. 20 de maio de 1967. Ano 50. n.º 2. p. 3.
46 SOUZA, *op. cit.* p. 36.

> mento e em relação a sua pertença à Igreja; hão de ser fiéis a sua consciência cristã.[47]

Em Sobral, essa divisão da Igreja católica se manifestou, ao passo que alguns párocos não aceitaram a dinâmica dos movimentos de base, principalmente renegando o Movimento do Dia do Senhor. Nesse sentido, é muito recorrente na memória dos padres e leigos envolvidos no Movimento a resistência de padre Odécio, da paróqia de Bela Cruz. Entretanto, apesar de terem existido algumas divergências internas, a orientação da Igreja estava inclinada para o trabalho social-religioso, de modo que o bispo apoiava e estimulava o trabalho de pastoral popular.

Nesse sentido, o artigo acima finaliza julgando infundado o medo do engajamento da Igreja, defendendo a atuação dos leigos no trabalho de mudança da realidade social vivida durante o regime militar no Brasil. Fato que denota o posicionamento progressista adotado por nossa Igreja, bem como inserido neste contexto, o posicionamento do jornal *Correio da Semana* como instrumento difusor desse discurso. Nesse sentido, padre João Batista Frota rememora a metodologia de trabalho difundida nas pastorais diocesanas, aproximando-a da Teologia da Libertação. A visita de Leonardo Boff à diocese de Sobral denota uma sintonia entre o modelo de Igreja Popular e a proposta de Igreja que parece ter predominado durante o bispado de dom Walfrido.

> Nós estudávamos e procurávamos passar nas assembleias o conteúdo central da Teologia da Libertação, que era justamente esse eu lhe diria em resumo, fé e vida... eu gosto muito de Leonardo Boff. Leonardo Boff esteve aqui, deu um curso pra gente... trazido pelo dom Walfrido, foi bem acolhido pelos padres.[48]

Ao que parece, esse cisma da Igreja parece não ter tido maiores proporções em Sobral. De acordo com a narrativa de padre Albani

47 *Correio da Semana*, Sobral. 20 de maio de 1967. Ano 50. n.º 2. p. 3.
48 Entrevista padre João Batista Frota, *op. cit*.

Linhares, a postura do bispo foi fundamental para a tolerância dos padres conservadores e para a sobrevida dos movimentos de base desenvolvidos na diocese:

> Dom Walfrido era muito mais pra lá do que pra cá, quer dizer, era muito mais pra socialismo do que pra... pra... pra ditadura. Dom Walfrido deu muita força a todos esses movimentos, sabendo do que.. do que.. podia ser e ele dava força. Então como a posição dele era essa, mais pra frente do que pra trás, os padres que eram pra trás mesmo, não tiveram, não tinham muita... eram poucos e tinham pouca influência. Os padres do meio termo ficavam zanzando pra lá e pra cá sem, sem... quer dizer, não tivemos brigas internas no clero por causa disso, de jeito nenhum.[49]

Nesse sentido, parte da Igreja em Sobral desenvolveu papel fundamental no processo de questionamento das políticas sociais e econômicas adotadas pelo Regime Militar. Apesar da Ditadura, movimentos sociais como MEB e Dia do Senhor alargaram suas potencialidades e se estenderam por todo o limite da zona norte do estado.

Esse trabalho, contudo, não se desenvolvera livre de pressões externas. Como dissemos, a repressão a esses movimentos político-religiosos em Sobral se apresentou mais sob forma de ameaça, de medo, que de ação propriamente dita.

Tanto o MEB como o Dia do Senhor apesar de, originalmente, não terem tido o intuito de confrontar a Ditadura, inevitavelmente, ao fazerem uma leitura crítica da realidade social do Brasil, tais movimentos serviram como instrumento de questionamento contra o sistema de governo pós-1964.

> Com o golpe militar de 1964 haverá uma drástica desarticulação dos movimentos populares. O acelerado ritmo de participação popular verificado no início dos anos 60, tanto no campo como no meio urbano, significava uma ameaça crescente à estabilidade das

49 Entrevista padre Albani Linhares *op. cit.*

> várias frações e setores das classes dominantes aliados aos interesses das multinacionais.[50]

De acordo com padre Albani, o contexto ditatorial do Brasil ajudava no processo de conscientização, realizado pelo trabalho dos movimentos sociais. A desigualdade social, a repressão em suas mais variadas formas, as mortes e os exílios serviram como exemplos para explicar as arbitrariedades financiadas pelo sistema de governo totalitário e imperialista.

> [...] tomar conhecimento do jeito como a ditadura funcionava, era ótimo para explicar... o ...o imperialismo ... do capitalismo... quer dizer, ajudou muito a consciência do pessoal e também espantou muito, também. Mas ajudou muito... porque dava os dados concretos.[51]

Percebendo o avanço desses movimentos populares, os militares tentavam desarticulá-los, seja pelo uso da força, a tortura institucionalizada, seja pelo corte de verbas destinadas a alguns desses movimentos como o MEB, por exemplo. Desse modo:

> Todo o trabalho incipiente de pastoral popular é violentamente desarticulado após os acontecimentos de 1964.Tanto os quadros do MEB como o da Ação Católica sofrem diretamente os efeitos da impestuosa repressão que se instaura contra todas as formas de organização popular.[52]

Em nossa cidade, a tática de desarticulação vinha a partir do corte de verbas para o trabalho do MEB. Essa tática restringiu a atuação do movimento, porém não o enfraqueceu. A dificuldade financeira impedia que o movimento se expandisse para além da zona norte do estado e dificultava a participação de seus componentes em encon-

---

50 TEIXEIRA, F. L. C. *A gênese das CEBs no Brasil* – Elementos explicativos. São Paulo: Paulinas, 1988. p. 176.
51 Padre Albani, *op. cit*.
52 TEIXEIRA, *op. cit*. p. 177.

tros ou fóruns de ação social ocorridos em outras regiões, porque não se liberava o dinheiro para as viagens. Desse modo, o controle econômico significava também o controle da ação político-social desse movimento. Como disse padre Albani:

> [...] o MEB tomou muito a cor de antiditadura, apesar de ser mantido pela ditadura em termos financeiros, tanto que agora o que acontecia é que quase nunca vinha... vinha o salário do pessoal, mas não vinha dinheiro para as viagens. [...]. Quer dizer, significava que pagavam pra eles ficar sem fazer nada. Quer dizer, é uma ótima forma de esvaziar qualquer esforço, né?[53]

Contudo, tal controle não evitou a divulgação desse movimento pelos meios de comunicação local. A resistência do MEB se deu através de sua promoção concedida pela rádio Educadora, pelo jornal *Correio da Semana* e pela ação das CEBs.

Desse modo, a Igreja Católica em Sobral avançou com relação aos movimentos de base e sua pastoral popular, apesar da ditadura e da repressão à espreita, o que revolucionou modos de viver e de pensar nas diversas comunidades rurais de nossa diocese. Da aproximação com as classes populares e do compromisso forjado com o discurso de libertação, acreditamos que ninguém saiu intacto. Tanto os religiosos e leigos se transformaram, como também os camponeses que se fizeram sujeitos nas experiências do CETRESO, do MEB e do Dia do Senhor ressignificaram sua fé, sua vida e sua luta diária.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Viviane Prado. *"Porque se nóis* não agir o *pudê* não sabe se *nóis isiste nu mundo*": O MEB e o Dia do Senhor em Sobral (1960-1980). Dissertação de mestrado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – UFC, 2008.

53 Padre Albani (20/09 /03). Sobre o financiamento do MEB pelo Regime Militar, vale esclarecer que a criação do MEB foi resultado de um acordo entre a Presidência da República e a CNBB. (Decreto 50.307 de 21 de março de 1961.) Desde o Governo de Jânio Quadros, o MEB vinha sendo financiado pelo Governo Federal.

______ . *Memória Política de Sobral:* ditadura militar em foco. Monografia de graduação. Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, Sobral-CE, 2004.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia, *apud* DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSK, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas.* São Paulo: Contexto, 2008.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960 – 1970). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano 4.* O tempo da ditadura. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

FOUCALT, M. *A ordem do discurso.* São Paulo: Loyola, 1996.

GUIMARÃES, O. F. M., Almir Ribeiro. *Comunidades de Base no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 1978.

GUTIÉRREZ, G. *A força histórica dos pobres.* Petrópolis: Vozes, 1984.

MELO, J. M. de. *Para uma leitura crítica da comunicação.* São Paulo: Paulinas, 1985.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado:* cultura da memória e guinada subjetiva. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SILVA, Vera Lúcia. *"Um oásis dos menos favorecidos da sorte":* a experiência do Serviço de Promoção Humana – SPH, em Camocim-CE (1967-1972). Sobral: Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, 2011. Monografia de graduação.

SILVEIRA, Edvanir Maia. *Três décadas de Prado e Barreto:* a política municipal em Sobral, do Golpe à Nova República (1963-96). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2013.

SOUZA, L. A. G. *A JUC:* Os estudantes católicos e a política. Petrópolis: Vozes. 1984.

TEIXEIRA, F. L. C. *A gênese das CEB's no Brasil* – Elementos explicativos. São Paulo: Paulinas, 1988.

XIMENES, Padre Luís. Sobral hoje. Fundação Universidade do Acaraú. Centro de Pesquisas Históricas e Geográficas. Sobral – 1971.

LEGITIMAÇÃO, "RESISTÊNCIA" E SILÊNCIO: O JORNAL CATÓLICO CORREIO DA SEMANA E A DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1970)

João Batista Teófilo Silva[1]

A imprensa brasileira, de um modo geral, teve papel importante na instauração e consolidação da Ditadura Civil-Militar brasileira, instaurada com o golpe em 1964. Essa mesma imprensa, anos depois, contribuiu para o restabelecimento da ordem democrática.[2] Muito se tem escrito, nas últimas décadas, sobre diversos órgãos da imprensa e sua relação com os militares, seja através de sua atuação legitimadora, conivente com o ideal ditatorial, seja através da censura aplicada contra aqueles que infringiram a Lei de Segurança Nacional.[3]

Os estudos feitos por historiadores, jornalistas e sociólogos, em sua grande maioria, concentram-se numa análise sobre órgãos da imprensa brasileira inseridos no eixo Sul-Sudeste do país. Pouco se produziu, porém, sobre a atuação de outros jornais, de outros estados, no contexto ditatorial. Discutiremos aqui, pois, a atuação do

---

1 Doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: joaoteofilo.hist@gmail.com.

2 ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A ditadura militar em tempo de transição (1974-1985). In: MARTINHO, Francisco Palomanes (Org.). *Democracia e ditadura no Brasil.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006, p. 157.

3 Sobre a dinâmica da censura durante a Ditadura Civil-Militar, o trabalho de Paolo Marconi nos traz informações importantes sobre o seu caráter, vinculando-a à Lei de Segurança Nacional. In: MARCONI, Paolo. A censura política na imprensa brasileira (1968-1978). São Paulo: Global, 1980.

jornal católico da cidade de Sobral, Ceará, *Correio da Semana*, durante os primeiros anos da Ditadura, problematizando os discursos[4] veiculados em suas páginas, buscando, assim, evidenciar as posturas, contradições, ambiguidades e silêncios que permearam sua escrita.

Foi em 31 de março de 1918 que o *C. S.*,[5] fundado pelo bispo D. José Tupinambá da Frota e dirigido por Pe. Leopoldo Fernando Pinheiro, começou a circular pela cidade de Sobral,[6] driblando todas as adversidades inerentes ao jornalismo do interior, tendo sobrevivido até os dias atuais. Quando das comemorações do seu 50º aniversário, D. Walfrido Teixeira, à época bispo da cidade, assim o descreve, enfatizando o seu caráter cristão:

> [...] acresce, em nosso caso, tratar-se de um semanário católico e porisso *[sic]* investido da obrigação de ser apóstolo, primando pela sinceridade cristã, pelo desassombro na defesa do bem, pela independência, ou melhor, pela dependência total à verdade de que é o paladino [...].[7]

Porta voz da Diocese de Sobral, o *C.S.*, portanto, durante toda sua trajetória, esteve na incumbência de defender os interesses da Igreja, veiculando suas mensagens condizentes com as perspectivas cristãs-católicas-apostólicas-romanas.

Convém lembrar, entretanto, que, embora seu público leitor estivesse, desde o princípio, concentrado na cidade de Sobral – o que é natural, por se tratar do seu local de produção –, o *C.S.* também, no recorte temporal desta pesquisa, encontrou público fora de sua cida-

4 Entendemos que os textos produzidos pelos jornais, em sua prática social, constituem discursos inseridos em um contexto sócio-histórico específico, sendo imprescindível indagar suas construções simbólicas, suas intenções, seus silêncios, pois a forma como os jornais leem, retratam e significam algo muito nos diz sobre sua matiz ideológica. Ver: FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso.* Trad. Laura Fraga de A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2001; ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso:* princípios e procedimentos. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

5 Ao nos referirmos, a partir de então, ao jornal *Correio da Semana*, utilizaremos a sigla *C.S.*

6 *Correio da Semana*, Sobral, 14 de março de 1968 [Edição comemorativa de 50 anos], p. 1. *Apud* SILVA, João Batista Teófilo. *Uma história desvelada:* A Ditadura Civil-Militar nas páginas do jornal *Correio da Semana* (1964-1970). Trabalho monográfico. Sobral: Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2012, p. 67.

7 *Ibidem*.

de, circulando na zona norte do estado do Ceará, e até mesmo em alguns estados circunvizinhos.[8] A forte influência do catolicismo na região nos ajuda a inferir que, tratando-se de um órgão ligado à Igreja Católica, o *C.S.* tenha se mantido firme até os dias atuais graças à sua circulação entre os setores religiosos da sociedade. O mesmo não ocorreria com muitos outros jornais, contemporâneos do *C.S.*, que capitularam diante das dificuldades de se fazer jornalismo no interior.[9]

À época da Ditadura Civil-Militar brasileira, o jornal fora dirigido pelo cônego Egberto Rodrigues de Andrade, tendo como colaboradores[10] Júlio Coelho, Aurélio Martins, Humberto R. de Andrade, Ribeiro Ramos, Pe. Luiz Melo, entre outros. Por se tratar do único periódico sobralense que atravessou os séculos XX e, agora, o XXI, o mesmo é largamente utilizado por pesquisadores, sendo uma fonte histórica importantíssima para se entender Sobral durante os séculos citados, sobretudo o século XX. Durante o período da Ditadura Civil-Militar, mais precisamente, era o único a circular por Sobral.

Enquanto veículo de comunicação social e representante da "boa imprensa",[11] ligado à Igreja Católica, a leitura do *C.S.* não se dissocia

8 *Correio da Semana*, 6 de março de 1968, p. 5.

9 Em artigo publicado em fevereiro de 1966, Francisco Oliveira de Morais escreve: "*Não se pode negar que a imprensa interiorana é uma verdadeira dor de cabeça para os que a fazem. A situação financeira, a matéria prima, a maquinaria e o custo de vida atual, trazem sérias preocupações a quem [...] foi destinado a viver mesmo temporariamente à frente dos destinos de um noticioso interiorano. [...] Vergonhoso também seria dizermos que a mesma cidade já viu sair de seu seio muitos outros informativos [...]. "Morreram" todos e ficou somente um, e êste, luta ardentemente pela sua sobrevivência, como que a insuflar seus compatrícios para a vitória*". *Correio da Semana,* 19 de fevereiro de 1966, p.2.

10 Periódico de pequeno porte, o *C.S.* não tinha em seus quadros jornalistas profissionais. O jornal funcionava através de um regime de colaboração, sem recompensa financeira, recebendo artigos de membros do clero e leigos. Antes de serem publicados, os textos passavam pelo crivo do diretor Pe. Egberto Rodrigues de Andrade. VIANA, Zuleika Ximenes. Depoimento [14 de junho de 2013]. Entrevistador: SILVA, João Batista Teófilo. Sobral, 2013.

11 O surgimento de uma imprensa católica traduz uma preocupação da Igreja, sobretudo a partir da Proclamação da República e a consequente instituição de um Estado laico, em atalhar o crescimento de uma imprensa considerada ímpia, através da disseminação de conceitos e políticas que definissem um mundo social edificado sob o fundamento do catolicismo, mas não menos comprometida em atuar na dinâmica política da sociedade em que atua. GONÇALVES, Marcos. Missionários da "boa imprensa": a revista católica *Ave Maria* e os desafios da imprensa católica nos primeiros anos do século XX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, nº 55, 2008, p. 64-65.

da leitura da atuação dessa Igreja durante o período ditatorial. Com isso, é oportuno esclarecer que, durante os anos 1960, a Igreja Católica passava por um processo de transformação, que inevitavelmente refletira na atuação do *C.S.*:

> Ao fazer, nas duas últimas décadas, uma 'opção preferencial pelos pobres', a Igreja latino-americana, particularmente a brasileira, tem se aproximado de valores próprios das populações camponesas e operárias, dos padrões típicos daqueles que se forjaram como homens num ambiente em que Paulo Freire denominou apropriadamente de 'cultura do silêncio'.[12]

Saliente-se, portanto, que, embora essencialmente de caráter conservador, o *C.S.* passara por um processo de transformação em sua linha editorial a partir do Concílio Vaticano II em 1962/1965 e, posteriormente, das Conferências Episcopais Latino-Americanas de Medellín, em 1968, e de Puebla em 1979,[13] fazendo uma releitura de sua atuação enquanto veículo de comunicação social.

Combate ao comunismo ateu e o discurso legitimador

Quando da instauração da ditadura em 1964, inclusive na conjuntura que a antecedeu, o *C.S.* encontra-se permeado por um discurso legitimador, conivente com as ações ditatoriais, não muito diferindo dos discursos dos grandes jornais brasileiros, que não somente ajudaram a depor João Goulart,[14] como ajudaram, da mesma forma, na instauração da Ditadura.

Assim, as reportagens e demais artigos de opinião encontrados no *C.S.* durante 1964, trazem consigo a marca dos discursos oficiais

12 MELO, J. M. de. *Para uma leitura crítica da comunicação.* São Paulo: Paulinas, 1985, p.176.
13 BEZERRA, Viviane Prado. *Memória política de Sobral:* Ditadura militar em foco. Trabalho monográfico. Sobral: Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2004, p. 32.
14 ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart: entre a memória e a história.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

militares, exaltando o golpe de Estado, denominado "Revolução", bem como alertam para a existência do inimigo da pátria, o comunismo, que essa "Revolução" combateu e seguirá combatendo. Ilustrando tais questões, temos:

> [...] O Brasil, eufórico com o agradável desfecho da última crise política que o agitou, removeu "temporariamente" o vermelho que ameaçava substituir as cores nacionais. Dizemos "temporariamente" por ignorar a existência e o alcance das medidas que nossos representantes irão aplicar objetivamente para eliminação do mal. Não nos basta aprisionar e expatriar os agentes de potências externas que montavam em nosso país as peças da máquina revolucionária fatricida e comunizante [...].[15]

O editorial em questão, intitulado "A revolução continua", é bastante emblemático por ilustrar a dicotomia que fez parte da vida política mundial com a instauração da Guerra Fria, da dualidade bem *versus* mal, na qual, segundo sua lógica, o mal era representado pelos comunistas, mal esse que, no caso brasileiro, a "Revolução de 1964" estava a combater.

Embora, num primeiro momento, a disseminar as ideologias pertencentes à "Revolução", percebemos, em seus discursos uma preocupação em isentar a Igreja Católica dos acontecimentos que culminaram na instauração do regime militar. Tal preocupação está explícita no editorial de 6 de junho de 1964, intitulado "Os equívocos da revolução", que diz:

> Há cinco dias atrás, a última revolução brasileira completou dois meses. Novo govêrno, muitas cassações, muitas prisões, combate sistemático aos comunistas, grande desejo de moralização, relativa valorização da moeda, conscientização moral dos políticos são algumas realidades que tem muito de positivo. Houve também, como em tôda ação humana, muitas imperfeições e excessos. Tudo isto é compreensível.

---

15 *Correio da Semana*, 25 de abril de 1964, p. 1.

> A revolução produziu também, na opinião pública, certos equívocos que precisam ser desfeitos. Um dêstes equívocos, talvez o mais prejudicial, foi a confusão do papel da Igreja neste acontecimento. A Igreja não é partido político nem comando militar. E a revolução foi essencialmente político-militar [...]
> Comentou-se sôbre a prisão de certos sacerdotes e sôbre a infiltração comunista em certas áreas de execução apostólica da Igreja, como os setores de Ação Católica e do MEB. Nada mais falso e equívoco. O comunismo é ateu, a Igreja é a presença viva de Deus entre os homens. Eis porque é absurdo um católico comunista. Maior absurdo ainda um setor de apostolado da Igreja com orientação comunista [...]
> Confundir a revolução com a Igreja é o grande equívoco que deve ser desfeito. A Igreja é o corpo místico de Cristo que tem por missão levar tôda a humanidade a Deus. Por isso ela prega a justiça, a liberdade, o amor e o respeito à dignidade da pessoa humana. Esta pregação não é comunismo. É o genuíno Evangelho de Cristo.[16]

Mais que afastar de si qualquer responsabilidade nos eventos do golpe, o *C.S.*, defendendo a instituição que representa, também afasta da Igreja a presença de comunistas, neutralizando questões, desfazendo-se de equívocos.

Sabemos, contudo, que quando da instauração da Ditadura, a Igreja, a partir de uma perspectiva institucional, via Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, apoiou publicamente a ação dos militares,[17] se valendo das retóricas comuns ao imaginário da Guerra Fria:

> A Igreja legitimava assim o estabelecimento de um estado de exceção que iria suprimir as liberdades democráticas durante mais de vinte anos no Brasil. Apesar

16 *Correio da Semana*, 6 de junho de 1964, p. 1. Grifos meus.

17 Por meio de um manifesto, publicado após dois meses da instauração do golpe, a CNBB agradece "aos militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da nação, e gratos somos a quantos concorreram para libertarem-na do abismo iminente". PRANDINI, F.; PETRUCI, V.; DALE, Romeu O. P. *As relações Igreja-Estado no Brasil.* São Paulo: Loyola, 1986, p. 36.

> do impacto da política de abertura trazida por João XXIII, apesar da orientação favorável às reformas sociais de vários bispos brasileiros [...] a Igreja escolheu o campo das forças autoritárias [...].[18]

Sabemos, igualmente, da existência de correntes progressistas dentro da Igreja, a exemplo do Cristianismo da Libertação, que condenavam a Ditadura, e muito se aproximavam dos setores de esquerda, contestando os caminhos que o Brasil estava tomando sob o comando dos militares: "Desde o começo dos anos 1960 havia surgido no seio da Igreja uma esquerda 'cristã', que, sem hesitação, se colocou no campo da resistência ao regime militar".[19]

As modificações ocorridas no seio da Igreja Católica, a partir dos anos 1960, encontram suas raízes na eleição do papa João XXIII, em 1958, bem como com o Concílio Vaticano II e sua tentativa de antecipar a Igreja à modernidade imposta pelo mundo globalizado, ao propor uma saída ao conservadorismo resistente, com a adoção de posturas mais liberais, aproximando-se mais ainda dos fieis, dos leigos, como também de outras crenças.[20] Além disso, o sucesso da Revolução Cubana, que inaugurou um ciclo de lutas sociais, guerrilhas e insurreições na América Latina, encontrou ecos entre grupos católicos, criando o clima propício para a criação e disseminação do Cristianismo da Libertação no Brasil.

O Cristianismo da Libertação é um ponto crucial para entendermos mais profundamente as transformações pelas quais passava a Igreja Católica nos anos 1960, e entendermos, também, a existência das correntes de esquerda dentro da própria Igreja, assumindo posturas heterodoxas em uma instituição historicamente marcada pelo conservadorismo e pelo reacionarismo.

---

18 LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge. *Revolução e democracia, 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 305.

19 *Ibidem*, p. 306.

20 Wálter F. Maierovicth publica, na ocasião dos 50 anos do Concílio Vaticano II, a reportagem "Roncalli, o iluminado", na edição da revista *Carta Capital* de 31 de outubro de 2012, p. 68-69.

Cabe ainda ressaltar a necessidade de discernir, ao fazermos uma leitura da atuação da Igreja Católica durante o período, que a mesma, em toda sua complexidade, convergia para duas perspectivas: a institucional, ligada à hierarquia e às tradições católicas, e a "Igreja indivíduo", composta por sujeitos que não coadunavam, homogeneamente, com a primeira, ao adotar um engajamento político que divergia da e combatia a Ditadura. Ou seja, entre o calar e o falar, assim comportou-se a Igreja Católica brasileira na conjuntura em questão.

Apesar da perspectiva legitimadora da Ditadura adotada pelo *C.S.*, tão bem explicitada em seus discursos, encontramos dentro deste mesmo órgão de comunicação social a existência de uma perspectiva contrária, embora tímida, que, ao invés de legitimar cegamente o governo militar, passa a contestá-lo, pondo em xeque suas ações. Portanto, para além dos discursos de caráter político-direitista, o *C.S.* também é permeado por resistências a essa oficialidade discursiva, como nos demonstra um artigo intitulado "Isto se chama ditadura", de autoria de Pe. Luiz Melo, publicado em 20 de junho de 1964, momento ainda de indefinições quanto ao projeto dos militares para o país. No artigo em questão, Pe. Melo contesta uma declaração feita pelo então ministro da Guerra, general Costa e Silva, a respeito do governo instaurado. Embora padre Melo reconheça o "perigo" que o governo de João Goulart representava para o país, e a contribuição das Forças Armadas ao "restabelecer" a ordem, há uma contestação veemente para o tipo de governo imposto:

> [...] será que o nosso ministro não sabe, ou julga o povo brasileiro tão imbecil, que não seja capaz de distinguir democracia de ditadura? [...] é verdade também que o Govêrno que se instalou está longe de ser "o povo, pelo povo e para o povo". Do contrário, o país não se teria tornado uma fazenda das Fôrças Armadas [...]. Se se respeitasse o sagrado direito de defesa de todos os cidadãos acusados mesmo dos mais corruptos. Se não se infligisse aos pobres [...] deputados a vergonha de cassar, por unanimidade, títulos de cidadania [...] não tivessem permitido que inocentes fôssem arbitrariamente incluídos no "listão". Afirmar que esta-

> mos em regime democrático, é passar um atestado de imbecilidade.[21]

Embora não se trate de uma discussão radical quanto ao regime militar, muito menos em defesa ao governo deposto de João Goulart, o artigo acima nos permite perceber a existência de outras possibilidades discursivas que levaram os leitores a outras discussões, questionamentos etc. Percebemos um espaço para a contradição dos discursos feitos pelo *C.S.*, que de um lado estava comprometido com a legitimação do regime militar; do outro, evidenciava sua função social religiosa, repensada a partir do Concílio Vaticano II.

Apesar de seu caráter conservador, tão bem explicitado através dos editoriais do *C. S.*, o cônego Egberto Rodrigues, segundo o autor do artigo em questão, Luiz Melo, não o contestou por conta do que escrevera a respeito do regime militar, por se tratar de um sujeito "pouco afeito à especulação intelectual". Além disso, quando da sua publicação, Melo argumenta não ter havido reações ou críticas contrárias, seja entre a sociedade sobralense ou colegas que também escreviam para o *C.S.* Em entrevista, Melo assim discorre sobre o fato:

> Nem críticas, nem apoio. Àquele tempo, o povo de Sobral era um tanto alienado e, como tal, pouco reagia ao que se dissesse ou fizesse. Além disso, a propaganda da mídia em favor do Golpe Militar era muito forte e talvez por isso mesmo, valesse o axioma de que "em boca fechada não entra mosca", o que muito bem se presta para anestesiar a nossa própria covardia. O fato de ser padre também impunha respeito.[22]

Percebe-se, portanto, que entre a anestesia da propaganda oficial e a conivência ou a autocensura, os discursos do *C.S.*, num primeiro momento, foram moldados a partir dessa perspectiva legitimadora, incumbida de fazer ecoar os discursos oficiais das Forças Armadas

21 *Correio da Semana*, Sobral. 20 de junho de 1964, p.1.

22 MELO, Luiz Vieira. Depoimento por *e-mail* (23 de outubro de 2012). Entrevistador: SILVA, João Batista Teófilo. Campina Grande-PB, 2012.

do Brasil, exaltando os feitos militares e alertando para o inimigo número 1 da sociedade naquele momento: os comunistas.

Ainda na seara da contradição dos discursos, assumindo uma posição ambígua diante da conjuntura sociopolítica na qual o país estava inserido, o *C.S.*, enquanto exaltava em seus discursos os feitos da "Revolução", apresentava aos seus leitores, também, concomitantemente, a dura realidade que a sociedade brasileira vivenciava à época, trazendo à tona as mazelas sociais que assolavam o país:

> É realmente melancólico o cenário que se descortina aos olhos turvos do povo brasileiro. Da classe média, quasi [sic] sucumbida, ao operariado faminto e desnudo, constata-se um agravamento tremendo no que tange á sua sobrevivência [...] Mas [sic] do que nunca, nos aproximamos do irresistível, diante de cujo perigo os dirigentes da Nação parecem cerrar os olhos e trancar os ouvidos. Não há um só dia em que o custo de vida não suba de 10 a 20% em muitas coisas do que o povo não pode prescindir [...] sobe o preço de tudo em proporções violentas, sem que o Govêrno Revolucionário possa conter as subidas. [...] mas os dirigentes da Nação – acreditamos bem intencionados – não encontram a ponta de meada e deixam que o novê-lo [sic] fique mesmo enlinhado. [23]

Como bem aponta Bezerra, a atuação do *C.S.* se dá sob uma ordem ditatorial reguladora dos sistemas de comunicação, oscilando entre o discurso oficial, legitimador, usado para anestesiar a opinião pública, e a produção de um discurso social que alertava os seus leitores sobre as injustiças sociais que assolavam a grande maioria da sociedade brasileira, vítima do sistema capitalista, financiador desta Ditadura.[24]

23 *Correio da Semana*, 24 de outubro de 1964, p. 4.
24 BEZERRA, *op. cit*. p. 13.

A "Revolução" posta em xeque: o discurso de "resistência"

Embora somente institucionalizada após a edição do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, a censura já era praticada[25], interferindo em vários segmentos da sociedade brasileira, passando um pente-fino onde se fizesse necessário, e forjando caminhos que coadunassem com a ordem e o progresso brasileiros, que roubaram a cena durante a Ditadura. Nessa perspectiva,

> Entre os anos de 1964 até 1968, ano da edição do Ato Institucional n°5, podemos considerar que a censura não foi tão rígida, não que não tenha existido,pois filmes foram censurados já em abril de 1964, assim como jornalistas também foram presos nesse período, mas ela não era sistemática, não possuía todo poder e aparato que ganhou nos anos seguintes [...].[26]

Mesmo incumbido de fazer coro à ideia de harmonia social forjada pelos militares, conforme demonstrado anteriormente, o *C.S.* não permaneceu alheio aos olhos da política repressiva de então, uma vez que as garras da censura, fazendo vigilância constante, estenderamse até o periódico da pacata terra de D. José. Em 26 de fevereiro de 1966, em sua primeira página, o *C.S.* noticiava para seus leitores sobre o telegrama recebido pelo diretor Egberto Rodrigues, vindo de Brasília, no qual solicitavam o envio regular de exemplares do jornal "para acompanhar críticas":

> Para acompanhar críticas – passamos a publicar telegrama vindo de Brasília dirigido ao Revmo. Pe. Egberto, diretor do C. S.
> Diretor do Correio da Semana – Sobral – Ceará – 2440 de Brasília DF 134306 46-16.

25 MARCONI. o*p. cit*. p. 38.

26 SAMWAYS, Daniel Trevisan. Censura à imprensa e a busca de legitimidade no regime militar. In: IX Encontro Estadual de História, *Vestígios do passado* – a história e suas fontes. Anais do. ANPUH-RS. Porto Alegre – RS, 2008, p. 4.

> [...] A fim possa o senhor ministro Perachi Barcelos acompanhar críticas e sugestões sua administração solicito Vossa Sa. envie diariamente gabinete ministros Brasília um exemplar desse prestigioso órgão imprensa. PT Atentamente João Tamr sub-chefe gabinete.[27]

Apesar da cordialidade de Walter Peracchi, que fora Ministro do Trabalho e Previdência Social durante o mandato de Castelo Branco, o *C.S.* publicamente atestava encontrar-se sob vigilância, mesmo que a finalidade do envio de exemplares a Brasília fosse somente para "acompanhar críticas". Assim, a cidade de Sobral, embora tenha esboçado reações pontuais no contexto repressivo da Ditadura Militar, não fora ignorada pelos agentes da repressão, uma vez que os vestígios deste tempo evidenciam que em muito interessava a esses o que se fazia e o que se escrevia por aqui.[28]

Embora adotando uma postura cautelosa, entre os discursos de cunho salvacionistas das Forças Armadas, anestesiando a opinião pública sobralense, e as críticas feitas às injustiças sociais que assolavam a sociedade, o *C.S.* estampou em suas páginas questões políticas que, nacionalmente, estavam em pauta no contexto ditatorial. Assim, mesmo que não emitindo uma opinião direta através de um editorial ou matéria assinada, o jornal abria espaço para veicular discursos de terceiros, contrários ao regime militar, a exemplo do que fora publicado em 28 de maio de 1966:

> Em telegrama ao Marechal C. B., o advogado Sobral Pinto contestou uma das declarações do presidente – a de que o atual regime não poderia ser considerado uma ditadura [...] "não sou saudosista da corrupção e da subversão. É de lamentar que o chefe de uma nação de 80 milhões de habitantes não saiba o que seja uma

27 *Correio da Semana*, 26 de fevereiro de 1966, p. 1.

28 No contexto da Ditadura Civil-Militar, a cidade de Sobral fora marcada pela ação de sujeitos, em sua maioria estudantes secundaristas, através da distribuição de panfletos contrários ao regime militar, homenagem ao líder guerrilheiro "Che" Guevara e tentativa de sabotagem ao palco das comemorações do dia 7 de setembro, no qual ficariam as autoridades. Tais ações estão documentadas nos relatórios do DOPS-CE, disponíveis no Arquivo Público do Estado do Ceará.

> ditadura [...] Êste – concluiu – é o regime que vigora no Brasil atual: seu nome no dicionário é ditadura. Desafio quem prove o contrário".[29]

Infere-se, a partir desse e de outros discursos veiculados pelo *C.S.* que, mesmo a partir da opinião de terceiros, não ligados ao jornal, o semanário mostrava sinais de insatisfação, tal qual ocorrera com muitos outros veículos de comunicação no país, que, embora num primeiro momento tenham exaltado a "Revolução de 1964", mostravam-se insatisfeitos com os rumos que ela tomara.

Enquanto noticiava questões da vida política nacional envolvendo os militares, relatando casos de políticos cassados, ações de contestação por parte do MDB e outros; enfim, enquanto direcionou seu olhar para a vida que corria pelo Sudeste do país, o *C.S.* silenciou sobre os acontecimentos tendo como palco a cidade de Sobral, omitindo de suas páginas a presença dos agentes da repressão na cidade; omitindo sobre os acontecimentos na cidade que, embora tenham ganhado a atenção até da imprensa internacional[30], a exemplo da homenagem a Che Guevara, foram por completo ignorados pelo semanário diocesano, que optou por forjar em suas páginas uma harmonia social que tão bem agradava ao militares no seu ideal de país ordeiro e progressista.

Percebemos nos discursos do *C.S.* uma perspectiva que tende a mitificar os presidentes militares, travestindo-os em heróis, enquanto insistem no discurso salvacionista, completamente conivente com a ideologia forjada pela Ditadura que se aplicava ao contexto da Guerra Fria, da dualidade bem *versus* mal, herói *versus* inimigo. Ilustrando, temos um artigo de Ribeiro Ramos, um dos colaboradores do jornal mais incumbidos de propagar discursos com as características acima citadas, publicado em 29 de julho de 1967:

> [...] para enfrentar essa gentalha (comunistas) somente a coragem, a moral, o patriotismo, a firmeza e a honestidade de Humberto de Alencar Castelo Branco,

29 *Correio da Semana*, 28 de maio de 1966, p. 6.

30 PONTE, José Linhares. Depoimento (23 de novembro de 2012). Entrevistadores: SILVA, João Batista Teófilo; SILVEIRA, Edvanir Maia da. Meruoca, 2012.

> Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. E foi com essa imensa bagagem que êsse cearense ilustre entrou para a História. [...] Uma vida tôda dedicada à Pátria, que soube respeitar e engrandecer. É um herói a mais no Panteon Nacional.[31]

O artigo em questão foi publicado poucos dias após a morte de Castelo Branco, num acidente aéreo. Percebe-se que o autor faz uso de adjetivos que sublevam a personalidade do ex-ditador, repassado-o à opinião pública enquanto herói nacional que deixou um legado louvável quando condutor da nação na incipiente ditadura.

O ano de 1968 fora marcado por intensas convulsões sociais, em que o *status quo* de então, em várias perspectivas, era posto em xeque, apontando para uma nova maneira de se enxergar o mundo[32]. No Brasil, as manifestações contrárias à Ditadura se intensificaram, com grupos mais coesos perpetrando ações de resistência. Emblemático relembrar a Passeata dos Cem Mil, ocorrida no Rio de Janeiro em 26 de junho de 1968, mobilizando artistas, estudantes, trabalhadores, intelectuais e muitos outros segmentos da sociedade, que com dizeres "Abaixo a ditadura. O povo no poder", fizeram acontecer a maior manifestação popular contra o regime. É nesse mesmo ano que, mais concretamente, percebemos uma mudança nos discursos veiculados pelo *C.S.*, que deixa de lado sua conivência com os militares e abre espaço para novas discussões, questionando os rumos que a "Revolução de 64" tomara com o passar dos anos e convergindo para a construção de novos discursos.

O *C.S.* demonstra preocupação com a síndrome que acomete a América Latina nos anos 1960/70, com sucessivos golpes militares derrubando regimes democráticos eleitos pelo voto popular, criando uma perspectiva sombria para o continente. Se, anos antes, o golpe militar brasileiro era lido pelo semanário a partir de um viés salvacionista que afastava o perigo comunista, em 1968, invertendo as perspectivas, o jornal assim se manifesta, através de um artigo de autoria de Lima Aguiar:

---

31 *Correio da Semana*, 29 de julho de 1967, p. 3.

32 ALVES, Márcio Moreira. *68 mudou o mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

> Mais um golpe militar cobre de perspectivas sombrias a América Latina. É o quarto govêrno militarista que se instala entre nós e quase nada podemos fazer. Desta feita a vítima é o Peru, país de relativo progresso onde o povo foi tomado de surprêsa com a audácia daquêles militares. O mais interessante nestes golpes, é que os homens tendo tomado o poder ilegal e subversivamente, passarão a taxar de subversivos e inimigos do regime quem lhes fizer oposição.[33]

É também no ano de 1968 que o *C.S.* abre espaço em suas páginas para veicular manifestações ocorridas na cidade de Sobral, a exemplo da passeata dos estudantes do Colégio Estadual, em prol da construção da Avenida do Estudante, uma vez que o percurso feito pelos estudantes para ter acesso ao colégio era por um caminho sem calçamento, que em períodos chuvosos transformava-se em um lamaçal, dificultando o trajeto. Nas circunstâncias da Lei de Segurança Nacional, a manifestação dos estudantes fora considerada pelos agentes da repressão como ato subversivo. À época, o fato teve repercussão tanto local como estadual, sendo noticiado nos jornais e rádios de Sobral, como também nos jornais da capital[34]. Diante da prisão de alguns estudantes envolvidos na passeata, a cidade de Sobral, de certa forma, reagiu em solidariedade aos estudantes, vítimas da reação exacerbada dos agentes da repressão. Como bem lembra Francisco Lopes, um dos estudantes presos:

> Não tive a solidão um minuto. Nenhum minuto eu fiquei só, porque toda a classe estudantil... aí, nessa hora, parou todos os colégios de Sobral. Colégio Sant'Ana, Colégio Sobralense, Colégio Estadual, nesse dia não houve aula mais, parou tudo, tudo e, todo mundo foi pra polícia, fizeram um cordão [...].[35]

33 *Correio da Semana*, 19 de outubro de 1968, p. 2. Grifos meus.
34 BEZERRA, *op. cit*. p. 72.
35 LOPES, Francisco. Depoimento (7 de julho de 2004). Entrevistadora: BEZERRA, Viviane Prado. Sobral, 2004.

Sensibilizado com os estudantes, o *C.S.* sai em defesa dos mesmos, publicando em 18 de maio de 1968 "A juízo dos fatos os estudantes tem razão":

> Há uma semana, circulavam pela cidade dois boletins que se sabe escritos pelos nossos estudantes. Vasados [sic] no direito que lhes assiste de reivindicar e no solidarismo [sic] [...], analisando com sensatês [sic] e sem preconceitos, vemos que suas reivindicações se cingem de VERDADE E ANSEIOS. Talvêz, a maioria dos sobralenses não desconheça a estrada que dá acesso ao Colégio Estadual. Mas fazê-la, diariamente, numa ida e retorno necessários, obrigando-se a se descalçar para enfrentar o lamaçal [...]. A JUÍZO DOS FATOS OS ESTUDANTES TÊM RAZÃO.[36]

Ao contrário do que ocorrera em manifestações anteriores, em que os estudantes não ganharam espaço nas páginas do jornal (a exemplo da proibição da festa de formatura dos estudantes secundaristas do Colégio Sobralense, na qual se homenagearia Che Guevara), percebemos que a conivência do *C.S.* com a harmonia social que esse tanto vinha forjando desde a instauração da Ditadura, em 1964, perde espaço para discursos que fragilizam, assim, a proposta ideológica formatada pelos militares.

Outro caso emblemático ocorrido na esfera política citadina e repercutido pelo *C.S.* foi a divisão da Câmara Municipal de Sobral, também em 1968, evidenciando quão arbitrária era a política local, com sujeitos que, mesmo não investidos do poder público, praticaram abusos de todas as espécies através dos vereadores a eles coligados, sobrepondo, assim, o que determina a Lei, e sobretudo o que determina a vontade do povo.

O contexto autoritário que se vivia naquele momento é refletido, também, na administração municipal, em que as ambições pessoais ou partidárias falavam mais alto do que o interesse coletivo, tendo em vista que a Câmara dos Vereadores, "a casa do povo", era palco de confrontos entre egos inflados, dando-se a partir de duas forças que

---

36 *Correio da Semana*, 18 de maio de 1968, p. 2.

se punham neste *front* de batalha em que o espaço fora transformado: a família Prado *versus* família Barreto[37].

Diante do conflito entre oposicionistas e situacionistas instaurado na Câmara, o *C.S.*, em tom de desagrado, publica na seção "Coluna da Cidade", escrita por José Maria Soares:

> Episódio lamentável para a história política de Sobral, está sendo registrado nos anais da Câmara Municipal, com o rumoroso caso ligado aos lamentáveis desentendimentos entre vereadores situacionistas e oposicionistas, na luta pela conquista da composição da mesa diretora do Legislativo. Choques violentos de paixões, descomposturas e um sem número de ocorrências degradantes, que não se justificam nos tempos civilizados que vivemos [...].[38]

João Abdelmoumem Melo,[39] à época vice-presidente da Câmara, relembra que, em uma das seções, ao ser criticado, o vereador José da Mata, partidário da ARENA ligada ao então prefeito Jerônimo Prado, acabou por retirar-se da Câmara, sendo acompanhado por todo o restante da bancada a ele ligada, como forma de apoio. O episódio do vereador que achou por bem retirar-se da Câmara, sendo igualmente acompanhado por seus colegas, transformou-se em uma ocasião propícia para os demais vereadores, coligados ao ex-prefeito Cesário Barreto que, não mais investido do poder público, ordenou o fechamento da Câmara, impedindo, assim, a entrada dos seus adversários. Segundo Viviane Bezerra, que mais profundamente estudou o episódio em questão, o propósito de tal ato seria impedir a entrada na Câmara dos vereadores coligados ao prefeito Jerônimo

37 As famílias Prado e Barreto, ambas com políticos ligados à ARENA (mas não coligados, uma vez que tal situação ocasionou a ruptura do partido de apoio ao regime, estando este divido em ARENA I e II), se revezaram no poder municipal de Sobral durante a vigência da Ditadura Civil-Militar. Tal temática faz parte da tese de doutorado da historiadora Edvanir Maia da Silveira, intitulada *Três Décadas de Prado e Barreto (1963-96):* a política municipal em Sobral-CE, do golpe militar à Nova República. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, 2013.

38 *Correio da Semana*, 30 de março de 1968, p.5.

39 MELO, João Abdelmoumem. Depoimento (1 de outubro de 2003). Entrevistadora: BEZERRA, Viviane Prado. Sobral, 2004.

Prado, pois, pela Lei, no prazo de cinco dias sem comparecer ao expediente, os vereadores perderiam seus mandatos[40].

E, de fato, assim o fez o então presidente da Câmara à época, Francisco Lourival Fonteles, publicando a Resolução 03/68, que extinguia o mandato dos vereadores situacionistas. Usando de um artifício legal, a arbitrariedade do ato fora publicada, na íntegra, no *C.S.*, conscientizando, assim, a opinião pública da cidade sobre o embate político entre as duas facções que mandavam e desmandavam em Sobral:

> CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL
> Resolução 03/68
>
> ....
>
> Considerando que o Inciso III, do artigo 8, do Decreto-Lei nº 201, citado comina a pena de extinção do mandato de Vereador, que deixar de comparecer, sem que esteja licenciado, a cinco (5) sessões ordinárias consecutivas,
>
> ....
>
> Considerando, enfim, que os vereadores Antonio Atibones Bastos Aguiar, Hugo Alfredo Cavalcante, João Abdelmoumem Melo, Manuel Elísio Feijão, José Edmilson Frota Carneiro e José Maria Linhares, deixaram de comparecer a cinco (5) sessões ordinárias consecutivas da Câmara Municipal de Sobral, sem que estivessem licenciados;
> RESOLVE:
> Artigo – 1º Declarar extintos os mandatos dos vereadores Antonio Atibones Bastos Aguiar, Hugo Alfredo Cavalcante, João Abdelmoumem Melo, Manuel Elísio Feijão, José Edmilson Frota Carneiro e José Maria Linhares [...] e determinar a imediata convocação dos suplentes respectivos, na forma da lei.
>
> ....

40 BEZERRA, o*p. cit*. p. 15.

> Paço da Câmara Municipal de Sobral, em 2 de abril de 1968. [...].[41]

Acreditamos, porém, com base no depoimento de João Abdelmoumem Melo, que, embora publicada, tal resolução não tenha sido, de fato, cumprida, pois "[...] no quinto dia, nós vimos que o negócio tava sério e quebramos a Câmara. As portas muito largas do tempo do Império, nós quebramos de marreta".[42] Acreditamos, igualmente, que após a publicação da Resolução 03/68 e o consequente arrombamento da Câmara, este episódio da política sobralense não tenha encontrado um desfecho, pois, em 26 de outubro de 1968, meses após a publicação da citada resolução, o *C.S.* noticiava a ação declaratória impetrada pelo suplente de vereador da ARENA, Bartolomeu Bezerra de Vasconcelos que, na duplicidade Legislativa, indagava a qual das duas Câmaras deveria servir:

> [...] Foi distribuída ao juiz José Albuquerque Rocha, da Comarca de Sobral, a ação declaratória impetrada pelo suplente de vereador da ARENA, Sr. Bartolomeu Bezerra de Vasconcelos, para que o magistrado informe a qual das duas Câmaras deve atender, quando fôr convocado para assumir seu mandato. Idêntica ação foi subscrita pelo ex-vereador e funcionário Francisco Rodrigues Pinto [...]. A decisão judicial, aguardada em meio a grande expectativa dos próceres políticos sobralenses, deverá pôr termo ao problema político de dualidade de Câmaras Municipais de Sobral, o que há vários meses vem tumultuando a vida política [...].[43]

São, portanto, evidências de que a disputa entre as duas oligarquias sobralenses, tendo como palco a Câmara Municipal, persistiu ao longo do ano de 1968, tendo recebida a devida atenção do *C.S.*, que publicizava o mandonismo e as arbitrariedades que permeavam a vida política de Sobral durante o período, com o embate travado entre os partidários da ARENA I (Prado) e ARENA II (Barreto).

41 *Correio da Semana*, 6 de março de 1968, p. 6.

42 MELO, João Abdelmoumem. Depoimento [01 de outubro de 2003]. Entrevistadora: BEZERRA, Viviane Prado. Sobral, 2004

43 *Correio da Semana*, 26 de outubro de 1968, p. 1.

O fim dos anos 1960 marca uma mudança nas relações entre o Estado autoritário e a Igreja Católica, configurando uma inversão de posições, na qual a Igreja, antes pertencente à base aliada, torna-se um dos principais adversários do regime ditatorial. Sobre esta metamorfose, Löwy destaca que:

> A mudança foi tão profunda que, durante a década de 1970, depois de a esquerda clandestina haver sido eliminada pela repressão, a Igreja surgiu, aos olhos da sociedade civil e dos próprios militares, como o principal adversário do Estado autoritário – um inimigo muito mais poderoso – e radical – do que a oposição parlamentar consentida, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Vários movimentos sociais, em defesa dos direitos humanos ou sindicatos de trabalhadores da cidade e do campo, encontraram abrigo sob o guarda-chuva protetor da Igreja.[44]

Ainda que com ressalvas, percebemos esta metamorfose nas páginas do *C.S.*, que enquanto órgão de comunicação social ligado à Igreja Católica de Sobral, se apresenta para nós como uma possibilidade de, através de suas páginas, lermos os discursos dessa própria Igreja que, por muitas vezes, também serviu como guarda-chuva para abrigar e proteger os cidadãos de Sobral perseguidos pela Ditadura.[45]

Ilustrando as reflexões feitas acima, temos o editorial do *C.S.* de 17 de fevereiro de 1968, que traz à tona a fragilidade que permeia as relações entre a Igreja e o Estado autoritário, denunciando o desrespeito com os representantes do clero:

---

44 LÖWY, Michael. *op.cit*. p. 309.

45 Em depoimento, João Ribeiro Ramos, um dos articuladores da homenagem ao guerrilheiro Che Guevara, revela o papel desempenhado por representantes da Igreja ao protegerem os estudantes procurados pela polícia: "*A gente era procurado, a gente sabia que estava sendo procurado. E nós tínhamos alguém que nos informava da presença da Polícia Federal aqui em Sobral, né. E aí a gente recebia o comunicado, aquilo... sobretudo partindo da Igreja. A Igreja também assumiu, assim, uma posição de nos proteger, né. Eles nos comunicavam e a gente fugia daqui, né, e ia pra outras cidades do interior, passava alguns dias por lá. Outros já se mudaram de Sobral, definitivamente. Eu particularmente fui muito procurado porque eu era o orador da turma*". PAIVA, João Ribeiro. Depoimento (9 de novembro de 2012). Entrevistador: SILVA, João Batista Teófilo. Sobral, 2012.

> É direito da Igreja, em regime democrático pregar sua doutrina.
> Boas relações?...
> A TV-Ce Canal-2, quinta-feira última, divulgou uma declaração de destacado prócer de nossas fôrças armadas, que bem nos surpreendeu.
> DIZIA aquele eminente militar que são boas as relações das fôrças armadas com o clero nacional [...].
> [...] verificaremos que não se pode dar muita ênfase a afirmação, pois representantes categorisados [sic] das fôrças armadas, tem desrespeitado os direitos democráticos, - e até como pessôas humanas, - de bispos e sacerdotes do clero brasileiro, provocando, pronunciamentos e protestos de âmbito nacional em documentos oficiais de bispos do Brasil [...]
> EM face destes fatos, pergunta-se: serão realmente boas as relações da Igreja do Brasil com as cristianíssimas fôrças armadas?
> A quem cabe a responsabilidade desta situação que dia a dia se torna mais tensa entre Igreja e estado?
> SERÁ que nossas fôrças armadas, dentro de um regime democrático, tem o direito de fazer calar nossos bispos ou qualquer cidadão na pregação da doutrina social da Igreja sob o pretexto de subversão?
> SE tal direito lhes assiste, temos de afirmar: Ou nossas fôrças armadas consideram a doutrina social da Igreja como subversão [...] ou não existe para nós liberdade de pensamento e nem democracia.[46]

O editorial acima é sintomático do desgaste que permeara a relação entre a Igreja Católica e as Forças Armadas do Brasil. Como representante e, também, porta voz dessa Igreja, o *C.S.* assume um tom de denuncismo, revelando a seus leitores sobre o desrespeito aos "direitos democráticos" e à pessoa humana de representantes do clero. É, portanto, um discurso de resistência, uma vez que contradiz o que afirma o não citado representante das Forças Armadas, deixando claro o clima de animosidade, divergência e perseguições que está por trás de uma declaração. Deixa, por fim, clara a situação que acomete a sociedade brasileira: não há liberdade de pensamento nem democracia.

46 *Correio da Semana*, 17 de fevereiro de 1968, p. 1. Grifos meus.

Deve-se ressaltar, ainda, que a ideologia da Lei de Segurança Nacional e a doutrina social da Igreja Católica relacionaram-se através de constantes atritos, uma vez que essa última era lida pelos militares como prática subversiva. Destaque-se, nesse aspecto, a existência de uma base militante da Igreja através dos trabalhos realizados nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), impulsionadas por padres e religiosos próximos ao Cristianismo da Libertação, disseminando as CEBs nas comunidades urbanas pobres.[47]

E não é somente através de editoriais que o *C.S.* evidencia para seus leitores a perseguição sofrida por representantes do clero, vítimas das arbitrariedades das Forças Armadas, que cada vez mais cerceavam as liberdades dos cidadãos, criando uma atmosfera no Brasil de perspectivas sombrias, que se agravaria mais ainda com a instauração do AI-5. Outro fato, portanto, evidenciado pelo jornal da Diocese, refere-se ao episódio envolvendo o bispo auxiliar do Maranhão, D. Edmilson da Cruz, e militares presentes à missa por esse celebrada que, dadas as circunstâncias de sua fala, acabara sendo processado pelas Forças Armadas:

> [...] Dom Edmilson celebrava a missa comemorativa da vitória das fôrças armadas brasileiras, contra o nazismo. Na oportunidade [...], falando sobre a liberdade em nosso país, em certa altura da prática, em virtude de verdades postas à reflexão, os militares, em sinal de protesto, retiraram-se do recinto da Igreja. Transcrevo do jornal "O Povo" edição de 15/5/68, o trexo [sic] que ocasionou o incidente: "[...] aproveitando diante dos senhores militares a ocasião propícia [...] faço as seguintes perguntas: será que na situação atual podemos dizer que no Brasil existe liberdade de imprensa? De Rádio? Sabe-se de passeatas impedidas pelas autoridades [...]". O trexo [sic] da homilia de Dom Edmilson, incerra [sic] uma dura realidade, e nossos militares não tiveram tranqüilidade para refletir sôbre a mesma. Consta que o Sr. bispo auxiliar estaria sendo processado pelas fôrças armadas. Pergunta-se qual o crime cometido pelo bispo? Encarar uma realidade?[48]

47 LÖWY, Michael. *op.cit*. p. 310.
48 *Correio da Semana*, 18 de maio de 1968, p.1. Grifos meus.

O editorial acima reforça a ideia apresentada anteriormente de que, antes mesmo da edição do AI-5, os meios de comunicação já vinham sendo censurados, evidenciando quão conflituosas já se encontravam não somente as relações do regime autoritário com Igreja Católica, mas também com os meios de comunicação, denunciando a falta de liberdade de imprensa, de rádio e a proibição de manifestações populares.

Mais que repassar o fato em si, o *C.S.* se preocupa em elaborar uma crítica à situação vivenciada, indagando, ao final, qual teria sido o crime cometido por D. Edmilson. Na mesma edição em que publicara sobre o episódio em questão, o jornal divulga um telegrama com mensagem de solidariedade enviado a D. Edmilson pelo bispo de Sobral, D. Walfrido Teixeira, bem como divulga telegrama nos mesmos termos enviado pelo diretor do jornal, Pe. Egberto Rodrigues.

É preciso, porém, ressaltar que, enquanto fazia suas incursões numa seara mais contestadora, o *C.S.*, concomitantemente, permaneceu, embora com menos intensidade, veiculando discursos de caráter conservador, enobrecendo a "Revolução de 64", nos mostrando que sua escrita é permeada por uma ambiguidade que torna arriscada qualquer definição mais exata sobre sua atuação durante a Ditadura. Acreditamos que, constituído de várias vozes, o *C.S.* não seguiu uníssono em seus discursos, que foram engendrados entre o falar e o calar. Bastar ver que, em 1968, ainda encontramos artigos, a exemplo do escrito por Humberto Rodrigues de Andrade, um dos colaboradores mais conservadores do jornal, que saem em defesa da Ditadura, enquanto na mesma edição encontramos textos que, na direção contrária, estão esboçando opiniões contestadoras. Assim, Humberto Rodrigues defende que,

> O Brasil deve muito à Revolução de 1964 [...]. Costa e Silva vem desempenhando com serenidade e espírito democrático suas altas funções de chefe de Estado. Não é porém, governante revolucionário, que se caracterize pela enérgica repressão às desordens e tumultos que intranqüilizam o povo. As greves estão voltando, sobretudo no meio estudantil, perturbando

> o ensino [...]. Se a brasileiros não é permitido a pregação da rebelião [...] muito menos o será a um estrangeiro, como está fazendo o padre belga Comblin É de pasmar que um forasteiro, de origem desconhecida, tenha o topete de propalar a subversão como remédio autêntico e imediato para resolver problemas nacionais[...] Pe. J. Comblin [...] o agitador que se aproveita do sacerdócio para apunhalar a Igreja e abuso da hospitalidade brasileira para pregar o comunismo, a ditadura e a violência[...].[49]

Entre o elogio e a queixa, Humberto Rodrigues se utiliza de denominadores tão corriqueiros no discurso reacionário do período ditatorial (desordens, tumultos, subversão, comunismo etc.), para denunciar a atuação do padre belga José Comblin, um dos representantes da Teologia da Libertação, bem como queixar-se pela maneira nem um pouco enérgica com que Costa e Silva trata os atos subversivos, dentre os quais os praticados por esse representante da Igreja Católica. Percebe-se, portanto, que mesmo percorrendo a seara dos discursos que põem em xeque as ações do governo ditatorial, há vozes conservadoras no *C.S.* incumbidas de fazer o contrário, evidenciando quão ambígua era a escrita jornalística do semanário da diocese de Sobral.

Autocensura: o silêncio como forma de defesa

Com a edição do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, nuvens negras encobririam, por um longo tempo, os céus do Brasil, iniciando o período mais negro da Ditadura Civil-Militar brasileira, e considerado por muitos estudiosos como o "golpe dentro do golpe", ganhando vez a chamada "linha dura". Nesse sentido, fazemos uso de Carlos Fico por concordamos que o AI-5 deve ser entendido como parte de um projeto de caráter mais radical, incumbido de construir um aparato global de controle da sociedade, que não apenas se resumia

49 *Correio da Semana*, 13 de julho de 1968, p. 3-4. Grifos meus.

na repressão ou na espionagem, mas também na censura e na propaganda política.[50]

A partir de então, com o recrudescimento ditatorial criando na sociedade conscientizada sobre a situação a sensação de uma arma apontada o tempo todo para a sua cabeça, o silêncio e o medo passaram a ser a bola da vez. Na imprensa não foi diferente. A censura prévia iniciou-se com a edição do AI-5, sendo constante a intervenção do Estado em muitos veículos de imprensa, determinando, em nome da segurança nacional, aquilo que poderia ou não ser veiculado.[51]

No decorrer da pesquisa, não encontramos vestígios, sejam documentais ou orais, de censuras ao *C.S.*, aplicada pelos agentes da repressão. Os vestígios nos mostram, entretanto, que diante da conjuntura repressiva aos meios de comunicação, recrudescida a partir do AI-5, o jornal tenha instituído sua autocensura,[52] adotando uma posição de cautela para evitar qualquer atrito com as Forças Armadas. Tanto que, a partir do final dos anos 1960, como forma de precaver-se contra qualquer discurso veiculado que pudesse ser lido pelos agentes da repressão como algo subversivo, o *C.S.*, na seção em que informava o seu expediente, advertia que *"Não nos responsabilizamos por conceitos emitidos em matéria assinada e não devolvemos originais não divulgados"*.

Acreditamos, portanto, que a postura cautelosa adotada pelo jornal – que, mesmo não sendo um veículo de crítica radical ao regime, esboçou discussões que não coadunavam com sua ideologia – venha a explicar os vazios que permeiam suas páginas durante o ano 1970, negligenciando questões que envolviam a vida política nacional de então.

50 FICO, Carlos. *Além do golpe*: visões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 81-82.

51 AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): O exercício cotidiano da dominação e da resistência: O *Estado de São Paulo* e *Movimento*. Bauru: Edusc, 1999, p. 212.

52 Na concepção de Maria Aparecida de Aquino, "[...] a autocensura representa uma capitulação, uma vez que o papel censório é transferido do Estado para a direção do órgão de divulgação, que assume a função de comunicar a seus repórteres o que podem ou não escrever". *Ibidem*. p. 222.

Um dos vestígios desta autocensura encontra-se no depoimento do Pe. José Linhares que, junto aos seus colegas da época que formavam o grupo "mal visto" e vigiado pelos agentes da repressão,[53] tinha seus artigos censurados pelo próprio *C.S.*, evidenciando a postura cautelosa adotada pelo porta-voz da diocese:

> O *Correio da Semana* na época ele era totalmente adesista, os bispos eram muito tímidos, e aderiam, tanto é que nós não podíamos nem escrever no *Correio da Semana*, os nossos artigos eram supremamente censurados , e a gente tinha, ... é ... boletins próprios, que circulavam ora clandestinamente, ora através de, daquela rede que se formava, mas nós não tínhamos acesso ao *Correio da Semana*, não. O *Correio da Semana* era... a palavra era essa, ele aderiu com medo, a Igreja teve, um grupo da Igreja é... ela recuou muito, um outro avançou muito, mas um outro grupo recuou muito e ficou submisso sem querer problema, não queria problema [...].[54]

Apesar de não censurado na forma da Lei, não podemos dizer que o jornal não tenha sido ameaçado ao longo da Ditadura. Na ocasião dos estudos sobre a vida do guerrilheiro Che Guevara, que resultaria na sua inserção como um dos homenageados da turma de 1967 do Colégio Sobralense, cogitou-se, segundo Pe. Osvaldo Chaves, veicular no *C.S.* as melhores redações sobre o guerrilheiro, escrita pelos alunos. Tal iniciativa, partindo do próprio diretor do jornal, Pe. Egberto, fora considerada pelos agentes da repressão como uma forma de disseminar ideias subversivas:

> Quando aparecia qualquer ideia, assim, qualquer ideia que cheirava menos bem ao nariz dos milicos, né, eles davam em cima do jornal. Foram ao *Correio*

---

53 Conforme relatório do DOPS-CE de 17 de setembro de 1968, os padres Pedro Van Ool, José Linhares Ponte e Osvaldo Chaves são fichados como "orientadores" de movimentos "contra-revolucionários" na cidade de Sobral. Além desses, Pe. José Linhares, em depoimento, indica também os nomes dos padres Luiz Dias Rodrigues (Luizito), Albani Linhares e Marcondes Montesuma.

54 PONTE, José Linhares. Depoimento (23 de novembro de 2012). Entrevistadores: SILVA, João Batista Teófilo; SILVEIRA, Edvanir Maia da. Meruoca, 2012.

> *da Semana* e disseram assim: "acabe com... com essas publicações de estudante, porque pra fechar um jornalecozinho desse como *Correio da Semana*, basta um sinalzinho da gente. O jornal fica fechado".[55]

Percebe-se, portanto, a partir das memórias de Pe. Osvaldo, em quais circunstâncias estavam inseridas as condições de produção do *C.S.*, restando ao jornal adotar uma postura cautelosa a partir da autocensura: "O Pe. Egberto disse que era bom a gente não publicar mais essas coisas, né? Ou então, quando publicasse, tivesse o cuidado de podar em qualquer ideia que cheirasse menos bem ao nariz deles, né?".[56]

É curioso, porém, que, dadas as circunstâncias de extrema vigilância que fizeram o jornal negligenciar em suas páginas qualquer discurso que pudesse infligir a Lei de Segurança Nacional, o *C.S.* atestava publicamente a conjuntura repressiva na qual se encontrava, limitando as atividades jornalísticas e, assim, evidenciando para os seus leitores, de certa forma, o porquê deste silêncio:

> [...] Esforçamo-nos por comunicar aos nossos ouvintes e leitores a expressão da verdade cristã. Nem sempre nos tem sido possível expressá-la em tôda a sua intensidade, em face das limitações que nos são impostas pelas leis e circunstâncias políticas que atravessamos. Dizer que na presente conjuntura política gozamos de liberdade de imprensa, é um 'blague'. As leis de segurança nacional, cujo critério de interpretação, cabe às forças armadas, deixam-nos em estreita faixa de liberdade de imprensa. Não nos assiste o direito de criticar as atitudes governamentais, embora que as vêzes não sejam perfeitas. A crítica construtiva seria uma ajuda. Mas até que ponto será julgada crítica construtiva ou subversão? Nesta situação não se pode falar de liberdade de imprensa.[57]

55 CHAVES, Osvaldo. Depoimento (23 de julho de 2004). Entrevistadora: BEZERRA, Viviane Prado. Sobral, 2004.
56 *Ibidem*.
57 *Correio da Semana*, 2 de maio de 1970, p. 1. Grifos meus.

Através de um editorial, o *C.S.* não poupou palavras para mostrar a ausência de liberdade de imprensa que o país sofria naquele momento. Assim, consideramos que, se por um lado o jornal optou pelo silêncio como forma de defesa, por outro, mostrou porque assim o fez. O editorial em questão é emblemático por ilustrar quão delicado era, neste caso em específico para a imprensa, fazer críticas ao governo.

Constata-se, portanto, que a perspectiva discursiva do jornal da diocese, com o passar dos anos, não se deu de maneira uniforme, estabelecendo fissuras nesta relação amigável com os militares quando da instauração do golpe. Os desdobramentos que advieram com a consolidação da Ditadura, no entanto, refletiram nos discursos do *C.S.*, que, conforme ocorrera com a imprensa do Brasil, de um modo geral, passou a manifestar o seu descontentamento.

Conclui-se que a conjuntura repressiva de então, recrudescida após a edição do AI-5, no final de 1968, explica os silêncios que permearam as páginas do jornal entre 1969 e 1970, entendendo tal postura como forma de defesa, evitando, assim, atrito com as Forças Armadas. O medo constante disseminado pelos agentes da repressão dispensou qualquer censura ao *C.S.* na forma da lei, pois esse adotara sua autocensura, numa medida cautelar, embora tenha evidenciado, por mais de uma vez, quão dificultoso era fazer jornalismo naquelas circunstâncias políticas. Cabe lembrar, porém, que em fins dos anos 1970 e início dos anos 1980, momento de abertura política, o *C.S.* rompe este silêncio, refletindo o momento político de então, e unindo-se à luta pelo restabelecimento da ordem democrática.

Por fim, entendemos que o discurso de um veículo de comunicação está inserido em um sistema repleto de poderes políticos e simbólicos, impregnado pelas intenções de quem o escreve. Neste sentido, analisar o discurso jornalístico é considerá-lo do ponto de vista do funcionamento imaginário de uma época, sendo constituído como uma prática social produtora de sentidos, como também, direta ou indiretamente, pelas várias vozes que constituem este imaginário.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart: entre a memória e a história.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ALVES, Márcio Moreira. *68 mudou o mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário* (1968-1978): O exercício cotidiano da dominação e da resistência: O *Estado de São Paulo* e *Movimento*. Bauru-SP: Edusc, 1999.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A ditadura militar em tempo de transição (1974-1985). In: MARTINHO, Francisco Palomanes (Org.). *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

BEZERRA, Viviane Prado. *Memória política de Sobral:* Ditadura militar em foco. Trabalho monográfico. Sobral: Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2004.

FICO, Carlos. *Além do golpe*: visões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2001.

GONÇALVES, Marcos. Missionários da "boa imprensa": a revista católica *Ave Maria* e os desafios da imprensa católica nos primeiros anos do século XX. *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v. 28, nº 55, 2008.

MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira* (1968-1978). São Paulo: Global, 1980.

MELO, J. M. de. *Para uma leitura crítica da comunicação.* São Paulo: Paulinas,1985.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso*: princípios e procedimentos. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

RANDINI, F.; PETRUCI, V.; DALE, Romeu O. P. *As relações Igreja-Estado no Brasil.* São Paulo: Loyola, 1986.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. Censura à imprensa e a busca de legitimidade no regime militar. In: *Vestígios do passado* – a história e suas fontes. Anais do IX Encontro Estadual de História. ANPUH-RS. Porto Alegre – RS, 2008.

SILVA, João Batista Teófilo. *Uma história desvelada*: A Ditadura Civil-Militar nas páginas do jornal *Correio da Semana* (1964-1970). Trabalho monográfico. Sobral: Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2012.

SILVEIRA, Edvanir Maia da. *Três Décadas de Prado e Barreto (1963-96):* a política municipal em Sobral-CE, do golpe militar à Nova República. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, 2013.

O CENTRO ESTUDANTAL SOBRALENSE E A "REVOLUÇÃO"

Tancredo Augusto Brito[1]

Introdução

Estudar esse período não é uma tarefa fácil, pela falta de documentação, os traumas deixados pelo autoritarismo e o tabu sobre o tema na cidade. Quase 50 anos depois, as leituras sobre o período são divergentes. De um lado, os que não falam sobre o assunto por medo, por traumas adquiridos pela repressão; do outro, os que não acreditam que houve ditadura na "Princesa do Norte," que por meio de uma imagem construída pelo senso comum, posa de pacata e tranquila cidade interiorana, com ares de metrópole e berço de uma cultura ímpar. Não era novidade quando me dirigia a alguém para perguntar sobre o período e logo me diziam que em Sobral não teve essas coisas não, "aqui não teve repressão, aqui não teve prisão, o povo aqui é pacifico" e outras afirmações dessa natureza.

Outro fator importante para a compreensão desse período aqui em Sobral é a preponderância da Igreja Católica na cidade, não é a toa que foi uma das poucas cidades do interior do Ceará que teve a instalação de uma cúria diocesana muito antes de outras cidades de porte maior. Investigar objetos dessa natureza é ainda mais instigante para o historiador.

Afirma-se que a ditadura não conseguiu e nem precisou apresentar suas facetas mais repressivas em cidades de menor porte, mas isso não quer dizer que nessas cidades suas populações tenham consenti-

1 O autor é graduando do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: tancredobrito2@gmail.com

do o governo de exceção. Os focos de resistência se expressaram por meio de passeatas estudantis, pichações e a publicação de artigos em jornais de circulação local.

Neste artigo procuramos descrever como se deu no meio estudantil de Sobral, especialmente no Centro Estudantal Sobralense, o processo ora de resistência, ora de colaboração com o regime militar na década de 1960, um tema iniciado na minha monografia, apresentada no curso de Historia da UVA.

Origens

As entidades estudantis são peças fundamentais para entendermos o posicionamento e a correlação de forças que disputavam a juventude brasileira no campo político, e em Sobral não foi diferente. Estudar o CES é retornar à década de 1930, quando foi criado o Centro Estudantal Cearense, em 11 de agosto de 1931. Uma entidade que exerceria uma política de assistência aos estudantes auxiliando na sua formação moral, intelectual e social.

Para alguns historiadores que se dedicam a esse assunto, o surgimento do CEC seria uma influência direta da criação da Casa do Estudante do Brasil (CEB). Fundada em 13 de agosto de 1929, também com uma postura assistencialista, a CEB "realizava quermesses e torneios esportivos, mantendo-se sempre nessa faixa inofensiva e inócua, na base de Rainha dos Estudantes e etc.".[2]

A existência de entidades centristas foi também estimulada pela criação da União Brasileira de Estudantes Secundaristas em 1948, que travaria sua luta em defesa do direito à meia entrada em cinemas e demais espaços culturais, fazendo assim com que os estudantes se organizassem para criar e consequentemente fiscalizar a aplicação correta do direito à meia entrada. De acordo com Altemar Muniz, nos anos 1940 o CEC, que representava estudantes secundaristas e universitários, perdeu lugar para o Centro dos Estudantes Secunda-

2 POENER, Artur. *O Poder Jovem*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1979. 143p.

ristas Cearenses e a União dos Estudantes Universitários (UEE-CE), entidades que se manifestaram contra o nazifascismo.[3]

Com o passar dos anos, as entidades passaram a ocupar espaços políticos e assim a despertar preocupação dos governos para com suas ações. As disputas por suas diretorias passam a chamar a atenção principalmente de partidos de esquerda e da Igreja Católica, através de suas correntes que atuavam no movimento estudantil, a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Estudantil Católica (JEC), respectivamente.[4]

O Centro Estudantal Sobralense (CES) surgiu na década de 1940, e passou por vários endereços. Um dos primeiros endereços foi próximo à praça da matriz, depois mudou-se para uma sede no prédio onde atualmente funciona a loja *Timbal*, no centro da cidade, e por fim no prédio da antiga Teleceará, conforme depoimento do senhor Edvar Linhares:

> [...] a sede, ela funcionou lá na praça da Sé, vizinho à casa do monsenhor Domingos que era o pároco da Sé..., depois funcionou no prédio onde hoje é o Timbal sapatos, aquele prédio alto, funcionou lá em cima o Centro Estudantal e a Polícia Estudantal e por fim ele funcionou no prédio onde foi o educandário São José onde hoje é a Teleceará, lá foi que acabou, desapareceu o assunto...[5]

O CES tinha uma articulação com o Centro dos Estudantes Secundaristas Cearense (CESC), que representava os estudantes em nível de estado, como demonstra um pequeno artigo publicado no *Correio da Semana*, do dia 18 de abril de 1964, *"O presidente do CENTRO ESTUDANTAL está mantendo contato com o CESC a fim de conseguir a filiação do CES aquela entidade"*[6]

3 MUNIZ, Altemar da Costa. *Movimento Estudantil e Estado Novo*. s.n.t. 24p.
4 POENER, Artur. *O Poder Jovem*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
5 Edvar Pereira Moura. Entrevista concedida à historiadora Edvanir Maia da Silveira em 26 de novembro de 2010.
6 *Correio da Semana.* Coluna Estudantil. Sobral, 18 de abril de 1964.

A Linha Nova

O importante papel político das entidades estudantis na construção da democracia era evidenciado no editorial do jornal *Correio da Semana* de 18 de julho de 1964:

> Entidades Estudantis
>
> MUITO se tem comentado sobre uma mensagem do governo federal, a ser levada a câmara para aprovação, extinguindo a UNE e outras entidades estudantis. O motivo da extinção seria a infiltração comunista que havia nestas entidades antes da Revolução.
> ESTE direito deve ser respeitado em toda democracia autêntica. Eis porque vemos com alegria a promoção que vem sendo realizada na classe estudantil de Sobral pelo CES (Centro Estudantal Sobralense) de orientação democrática e que grandes benefícios vem trazendo aos estudantes dentro de uma linha de formação autentica através de programas de rádio, jornal e defesa dos interesses legítimos da classe.
> O CES deve continuar a existir para continuar a formar os homens de amanhã dentro da participação ativa na vida social e pública de nossa nação, fadada a ser dos maiores países do mundo.[7]

As entidades estudantis são apontadas como elementos indispensáveis para salvaguardar a dignidade e a liberdade da pessoa humana. Ao longo das matérias do jornal essa concepção foi sendo discutida e valorizada por este formador de opinião. Podemos perceber neste artigo que o mais importante para o jornal era a preservação do espaço político que as entidades estudantis conquistaram. A forma como o jornal trata os comunistas nos leva a perceber que para o discurso pregado pelo CES os comunistas deveriam ser extintos, que entre extinguir o organismo e o "micróbio", extingue-se o micróbio.

Notamos que havia uma parceria da "linha nova" com a Igreja Católica em Sobral, já que a mesma disponibilizava suas estruturas

7 *Correio da Semana.* Editorial. Sobral, 18 de julho de 1964.

de comunicação, rádio e jornal, para que os "estudantes" pudessem manifestar suas ideias, considerando-os de "índole democrática", prega-se abertamente que a diretoria faz um bom trabalho com uma "formação autêntica". Nesse período a diretoria do CES era presidida pelo estudante Djacir Vasconcelos, que se caracterizava por uma postura moderada, aproximando-se da ala conservadora da Igreja Católica, nas palavras do ex-presidente do CES, Iran Bastos, era uma "pessoa independente e que não queria confronto com a ditadura".[8]

O Jornal "*O Estudante*" era o órgão de divulgação oficial do CES, junto ao programa de rádio *Hora Estudantil*, lançado pela gestão de 1964, que se autointitulava "Linha Nova". Pelos escritos em várias edições do *Correio da Semana*, do ano de 1964, é possível perceber uma renovação na entidade, com o início desta gestão. Os indícios de uma gestão alinhada com os princípios conservadores do Estado e da sociedade daquela época são expressos numa matéria do *Correio da Semana*, de autoria do membro do conselho superior do CES, Gomes de Moura, publicado em 20 de junho de 1964:

> Muitos estudantes tem perguntado, ultimamente, demonstrando uma curiosidade digna de elogio (o que muito nos alegra), como vai nossa entidade representativa: o Centro Estudantal Sobralense.
> Ora, quem pergunta alguma coisa, quem se interessa por algo, está naturalmente preocupado e desejoso em ajudar na promoção daquilo que despertou suas intenções. Esse interesse significa responsabilidade.
> Tentarei satisfazer esta vossa curiosidade, se vocês quiserem acompanhar-me até o fim, nesta minha exposição. O Centro, amigo como toda entidade de classe, tem uma diretoria. Esta diretoria tem se desdobrado muito ultimamente, num esforço quase sobre-humano para fazer com que o Centro satisfaça sua verdadeira finalidade: promover o estudante. Mas, promover mesmo, no verdadeiro sentido da palavra. Porque a finalidade de um Centro Estudantal não é somente expedir cadernetas que garantam ao estudante este ou aquele abatimento em passagens de

8 Iran Bastos. Entrevista concedida ao autor em 10 de maio de 2013.

onibus, em entradas de cinemas etc. Não porque isto não basta.
O Centro quer levar o estudante a uma descoberta da realidade, tirando-o da apatia em que ele se encontra, para levá-lo ao encontro do outro, fazendo-o comprometido com o meio. O CES quer dar ao estudante, aquilo que, muitas vezes, ele não recebe na escola: uma formação autêntica que o identifique com a realidade brasileira, despertando nele o senso de responsabilidade para com Deus e para com a Pátria. Dentro dos princípios de nossa Constituição Centrista, queremos levar o jovem estudante a realidade dos nobres ideais da juventude.
E para que se concretize tudo isto e mais alguma coisa, é necessário apoio e solidariedade dos verdadeiros estudantes da Princesa do Norte e da sociedade sobralense. Somente assim poderemos transformar em realidade, mais algumas metas que fazem parte dos nossos planejamentos.
Quando assumimos a direção do CES, até então portador de um grande descrédito (ninguém acreditava em movimento estudantil nesta terra), tratamos de fazer algo que despertasse as atenções de nossa população para a existência de Centro, que alguns já supunham haver falido. Até mesmo uma grande maioria dos estudantes, desconhecia completamente a sua existência. E foi para sanar este mal que realizamos (uma das primeiras iniciativas da <Linha Nova>, que há pouco havia assumido a diretoria) uma solene manifestação cívica popular ao mártir da Independência, Tiradentes, mostrando ao sobralense que o nosso Centro Estudantal ainda estava de pé. Em seguida, fundamos o DEPIM (Departamento de Imprensa) de nossa entidade, responsável pela irradiação do programa <HORA ESTUDANTIL> e que também edita o jornalzinho < O ESTUDANTE>, que muito tem contribuído para a formação moral e espiritual da juventude estudantil de Sobral.
Muitas outras realizações fazem parte do nosso<plano de ação>. Destacaremos algumas: escola de datilografia para alunos reconhecidamente pobres, círculos de estudo, conferências, cursos de formação para líderes estudantis etc, que faremos posteriormente com a ajuda dos estudantes e da sociedade em geral.

> Queremos que os colegas estudantes, conhecendo a realidade, sintam-se responsáveis pelo que nos pertence. O Centro é nosso, de todos os estudantes. A vitória ou a derrota final da atual diretoria, representará a vitória ou o fracasso de todos os estudantes de Sobral. Necessitamos muito da compreensão e do estimulo dos sobralenses que realmente amam sua terra, que certamente não deixarão de contribuir para a prosperidade de Sobral, ajudando nosso Centro Estudantal Sobralense.
> Concluindo, respondemos aos que nos perguntam como vai o CES; ele vai bem obrigado.[9]

Tal artigo parece mais uma resposta militante aos adversários da linha anterior, derrotados nas eleições, e à classe estudantil de modo geral, do que simplesmente um esforço informativo da nova linha de atuação do CES. Isso se evidencia no esforço de distinção dessa nova diretoria, quando esta se apega ao discurso de "autenticidade na formação do estudante", libertando-o da "apatia" e preparando-o para o mundo, lendo e atuando na sua "realidade". A nova direção lança no seu discurso ideias-força como comprometimento com o próximo, responsabilidade com Deus e com a pátria, ideias juvenis, demarcando assim uma ideologia bem aos moldes do autoritarismo do período.

Na pesquisa ao *Correio da Semana* ainda não foi possível identificar a composição anterior da diretoria do CES, mas percebemos que quase não existiram matérias referentes ao movimento estudantil naquelas gestões. O que encontramos foi uma sequência de artigos parabenizando a "Linha Nova" pela conquista da entidade, como se para o jornal ou para a Igreja a gestão anterior não interessasse.

Com relação ao fechamento das entidades estudantis, o jornal ainda publica uma matéria de capa da edição de 18 de julho de 1964[10], onde estampa a afirmativa de que o governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, de cunho conservador e grande defensor do regime, seria contra o fechamento da UNE. O referido governador argumentava que se o fechamento da UNE fosse justificado

9 *Correio da Semana.* Coluna Estudantil. Sobral, 20 de junho de 1964.
10 *Correio da Semana.* Editorial. Sobral, 18 de julho de 1964.

pela presença de comunistas, seria o mesmo que fechar a Presidência da República pelo fato de Goulart ter passado por lá. Mais uma vez se reforça o discurso de que o problema se resolveria com a expulsão dos comunistas da entidade e não necessariamente com sua extinção.

Segundo o ex-presidente Iran Bastos, as eleições do CES eram uma disputa acirrada, movimentando o cotidiano citadino: "escutavam-se fogos de artifício, eram comuns comícios em palanques"[11]. Na sua gestão o jornal *O Estudante* e o programa de rádio *Hora Estudantil* receberam nova denominação: *A voz do estudante.*

> Ficava na responsabilidade do secretário geral da entidade em seu mandato o estudante João Germano de Almeida Ponte, hoje professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e que era financiado pelos comerciantes da cidade através da venda de anúncios colocados no jornal.[12]

A Polícia Estudantal (PE)

O CES, assim como os demais centros estudantais, possuía em sua estrutura organizacional a Policia Estudantal (PE), órgão responsável pela fiscalização dos direitos e deveres dos estudantes centristas como, por exemplo, o direito de pagar 50 por cento do valor do ingresso em casas de diversão e o dever de estar em dia com a mensalidade do órgão. Os integrantes da PE se revezavam num sistema de escala diária para acomodar, patrulhar e disciplinar a vida dos estudantes. Essa prática era evidenciada nessa nota do *Correio da Semana,* de 30 de maio de 1964.

> POLÍCIA ESTUDANTAL
>
> Quinta-feira ultima foi realizada uma sessão conjunta da nova diretoria do CES com seu departamento de Polícia Estudantal.

11 Iran Bastos. Entrevista concedida ao autor em 10 de maio de 2013.
12 Iran Bastos. Entrevista concedida ao autor em 10 de maio de 2013.

> Na ocasião percebemos que a estrutura que era para proteger os estudantes e seus direitos, acabava por ajudar na repressão aos estudantes.[13]

Os integrantes da PE tinham suas carteiras pretas como os demais centristas, pagavam como os demais as mensalidades, mas segundo depoentes "possuíam privilégios como, por exemplo, não pagavam ingresso nos cinemas", assim como os diretores do CES que atuavam na PE tinham também um diferencial, que era uma carteira de cor amarela onde se lia: "policial", como uma forma de identificá-lo como integrante da PE.

A PE realizava reuniões semanais, aos fins de semana, momento em que era lido um relatório constando os possíveis desvios de conduta cometidos por integrantes da PE. Sua estrutura era baseada na hierarquia e disciplina, inclusive com uma comissão de sindicância para fiscalizar o comportamento dos membros, corrigindo e punindo os desvios de conduta praticados por estes estudantes, como por exemplo, fumar cigarros, é o que diz um ex-membro da PE, Edvar Moura.[14]

Como parte das funções da PE, ressalta-se ainda a escala de rapazes para os demais serviços, inclusive nos fins de semana, em que integrantes da PE eram obrigados a usar paletó e gravata, quando de serviço nas portas dos cinemas e casas de show. Era comum, segundo o entrevistado, chegarem moças pedindo acesso livre às salas de cinema sob o argumento de serem "namoradas de algum integrante da PE", como forma de burlar a fiscalização. Atitudes como essas eram reprimidas pois, segundo o entrevistado, caso fosse permitido, os mesmos seriam "punidos", demonstrando assim que dentro de uma estrutura organizacional como a PE integrada ao CES existia disciplina semelhante aos órgãos militares promoventes das arbitrariedades que, contraditoriamente, em algumas gestões eram fortemente questionadas pelo CES.

13 *Correio da Semana*. Coluna Estudantil, Sobral-CE, 30 de maio de 1964.
14 Edvar Pereira Moura. Entrevista concedida à historiadora Edvanir Maia da Silveira em 26 de novembro de 2010.

A PE trabalhava também em parceria com o Comissariado de Menores, naquele período chefiado pelo sr. Luis Arquelau, na fiscalização da idade dos estudantes no acesso a filmes adultos e aos bordéis da cidade, especialmente os da rua Joaquim Lopes, no centro da cidade, como se confirma na fala do entrevistado:

> [...] tinha uma função também muito chata que a gente também fazia, a gente fazia uma patrulha aqui em Sobral, porque aqui em Sobral, em todas cidades do porte de Sobral existia o baixo meretrício, Fortaleza tinha, tinha aqui em Sobral, era rua que é do..., a gente saía todo sábado, todo sábado saía dois elementos da polícia estudantal, dois elementos do comissariado de menor, e dois polícia militar, polícia militar fardado..., quando a gente encontrava um menor na arruaça, se o menor fosse estudante era com a gente e com o comissariado de menor, o polícia militar era para nossa segurança, segurança corporal, né... e uma segurança moral...,pois ao final da patrulha era feito um relatório onde era enviado ao colégio onde o mesmo estudava e dependendo do que ele estava fazendo o colégio tomaria as providências.[15]

Percebe-se que a PE acabava por fazer o papel do Estado no que diz respeito à questão da fiscalização no cumprimento da lei e à participação no serviço de patrulha junto com a Policia Militar, para garantir a "segurança moral" de seus integrantes. Outro fato importante é o de a PE funcionar como uma espécie de "órgão" garantidor da hierarquia e da disciplina dentro da entidade, fiscalizando os estudantes nos seus horários de lazer e levando ao conhecimento da comissão de sindicância para que se tomassem as providências legais no intuito de penalizar os "indisciplinados", quando ao final da "patrulha" enviava um relatório para as escolas com o nome dos estudantes "flagrados" em ambientes não "condizentes" com sua idade.

O CES nesse período funcionava mais como um delator do que como um garantidor dos direitos estudantis, munido de um teor moralista que vem de sua origem conservadora, buscava enquadrar os

---

15 *Idem*.

estudantes no que considerava a garantia da moral e dos bons costumes. Mesmo quando assumia o seu papel de proteção aos estudantes o fazia de forma discriminatória, conforme depoimento abaixo:

> [...] se fosse um menor que não tinha classificação nenhuma era com o comissariado de menor e a polícia,... se aquele menor fosse estudante a gente procurava se ele tinha carteira, ai então a gente já dava cobertura e procurava dar apoio, levar pra casa, comunicar aos pais..., era um modo de a gente proteger o estudante [16]

A segregação no tratamento dos estudantes pelo CES é confirmado no depoimento de Francisco Saboia, que afirma que os centristas eram, em sua maioria, oriundos de famílias abastadas da cidade, enquanto os estudantes de escolas públicas que não tinham condições de garantir o pagamento da mensalidade cobrada pela entidade não tinham acesso aos direitos dos demais estudantes centristas.

As relações entre a PE e o Estado vão além das fiscalizações em ambientes de baixo meretrício, se davam também nas concessões de direitos restritos, como o de portar arma de fogo quando em serviço. Os integrantes da PE podiam viajar portando arma de fogo, quando a serviço da PE, como rememora o sr. Edvar Moura:

> [...] se a gente fosse a passeio, a gente pedia licença, levava só a de estudante, aí deixava a carteira lá na PE, aí então a gente lá em Fortaleza tinha o direito só de estudante, mas eu fui a Fortaleza algumas vezes a serviço da PE e levei a carteirinha, inclusive ela era assinada pelo chefe de polícia, Gal. Sombra, tinha assim: Policial, sabe, dava o direito de a gente andar armado com revólver, a gente não podia usar arma branca, mas a gente podia usar arma de fogo, agora não podia ostentar, ... principalmente a serviço.[17]

16 *Ibidem.*

17 Edvar Pereira Moura. Entrevista concedida à historiadora Edvanir Maia da Silveira em 26 de novembro de 2010.

A PE assumia, assim, uma postura de conivência com a ditadura, de tal forma que se confundia com o próprio Estado repressor nas suas ações de fiscalização para garantir que o estudante centrista não frequentasse ambientes de "baixo nível", mas ao mesmo tempo também assumia uma postura de fiscalizar os direitos estudantis, principalmente no que se refere à meia entrada, oscilando entre os interesses do Estado repressor e dos estudantes, que naquele período lutavam pela liberdade e a garantia dos seus direitos.

A crítica à ditadura

Na gestão de 1968/70, sob a direção de Francisco Lopes, é possível notar uma mudança de postura do CES. Em depoimento à historiadora Viviane Bezerra, Francisco Lopes expõe as linhas de atuação da atividade estudantil nesta cidade, descrevendo como priorizavam as bandeiras de lutas locais, fazendo analogias com o que estava acontecendo no país, de modo a promover uma consciência nos estudantes pela experiência concreta de sua realidade local:

> O movimento partia daquilo que estava errado aqui, aí devagarinho a gente fazia comparações com o estado e com a união de modo geral, para manter o nível de consciência dos estudantes sempre aguçados, sempre em situação de preparo para o levante se fosse o caso. Nós quando fomos presos aqui em sobral com Fernando Agripino e mais algumas pessoas, nós fizemos uma passeata, porque naquela época falar em passeata...[18]

Esse exercício de partir do local para o geral facilitava, segundo o entrevistado, o exercício de aguçamento da consciência, tão necessário para esse período. Ressalta-se, também, o fato de que estariam preparados para o confronto, demonstrando que os resistentes não abandonavam a ideia de que a qualquer momento poderiam enfren-

18 Francisco Lopes. Entrevista concedida à historiadora Viviane P. Bezerra em 7 julho de 2003.

tar a ditadura. Estudar o CES requer de nós o entendimento de que a entidade muda de postura conforme suas gestões mudam.

Nas comemorações do *7 de Setembro* de 1968, o CES, em parceria em o CESC, distribui panfleto crítico ao evento:

> POR QUE MARCHAR?
>
> Liberdade significa justiça. Não é fome nem escravidão, mas como o Govêrno gosta sempre de botar o povo prá marchar obrigou a todos os colégios a desfilarem no dia 7 de setembro. E os estudantes vão, embora forçados, comemorar o que na realidade não existe: Liberdade. A prova de que não existe é que nesse dia vão desfilar forçosamente ombro a ombro com aquêles que os perseguem, que os maltratam e que os matam em praças públicas: os militares.
> Não será isso uma incoerência?
> Não será isso uma mentira pública, não será uma prova de que querem fazer do povo autênticos bestas? Será que êles pensam que o povo se conforma com a falta de condições de vida, com a falta de escolas e de tudo que êle precisa e que não tem?
> O dia há de chegar. Ainda acreditamos na bravura de nosso povo, que é pacato, mas quando não pisam nos seus calos. E êsse povo um dia há de sair às ruas, mas para comemorar a sua liberdade do regime capitalista, parasita e explorador. Avante/para frente é que se vai ainda que a opressão dos militares e do Govêrno queiram sempre nos botar para trás. O estudante sabe o que quer por isso é inconformado e inquieto com a desorganização que ora sofre o seu país.
> CESC e CES. [19]

Essa movimentação estudantil não passava despercebida pela repressão, uma cópia desse panfleto consta no acervo da Secretaria de Segurança Pública do Ceará. A fiscalização por parte da ditadura aos

---

19 CEARÁ. Secretaria de Polícia e Segurança Pública. Delegacia Regional e Especial de Polícia. *Relatório*. Sobral, 23 de setembro de 1968. Panfleto Anexo. APEC (Datilografado) Acervo Edvanir Maia da Silveira.

Francisco das Chagas Saboia. Entrevista concedida ao autor em 3 de novembro de 2006.

estudantes se manifestava quando da presença de pessoas estranhas nos lugares de agrupamento dos jovens sobralenses, conforme fala Paulo Graco Sales, filho do comunista João Sales e que pôde, mesmo "de fora" do movimento, vivenciar fatos do período.[20]

Nesse sentido, nas entrevistas, é sempre ressaltada a presença de pessoas ligadas ao DOPS, confirmando a ideia de vigilância, espionagem das manifestações e movimentações estudantis no interior do estado, conforme depoimento do sr. Francisco Lopes,

> Eles sabiam, sempre tinha uma pessoa do DOPs. A gente sabendo jogava confete, não, que nós éramos a favor da revolução, que viera pra moralizar....só que enquanto nós estávamos reunidos sendo fiscalizados nesta ordem, o movimento de vanguarda estava por trás, em outro local organizado para levar avante o movimento. Eles imaginavam que o comando do Centro Estudantal era aquele que se reunia lá, quando na realidade, toda programação era feita num canto completamente diferente daquele que tava sendo visto, por isso demorou pra fechar o Centro Estudantal de Sobral.[21]

A estratégia de marcar reuniões em dois lugares ao mesmo tempo demonstra uma tática política de sobrevivência à repressão, muito praticada pelos movimentos de esquerda para despistar os censores.

Mas, o movimento estudantil não se faz apenas nas entidades oficiais, em boa parte por ações independentes de grupos de estudantes que, às vezes, nem participam da direção das entidades, sendo ligados à Igreja, aos partidos comunistas ou a outras frentes de resistência, que se colocavam para os jovens daquela época. Em Sobral evidenciam-se alguns movimentos de contestação, principalmente, nas escolas da cidade, arregimentando um público de estudantes secundaristas que, apesar de muito jovens, estavam articulados com um movimento estudantil mais amplo, de âmbito estadual, e até

20 Paulo Graco Sales. Entrevista concedida ao autor em 9 de maio de 2013.

21 Francisco Lopes. Entrevista concedida à historiadora Viviane P. Bezerra em 7 de julho de 2003.

mesmo nacional, conforme demonstra a narrativa de Francisco das Chagas Saboia:

> nossos líderes maiores no Brasil, naquela época, eram Luis Travassos e Wladimir Palmeira, eram dois lideres estudantis fortíssimos. O Wladimir chegou a ser presidente da UNE, União Nacional dos Estudantes, e ele era uma pessoa muito benquista, nós recebíamos panfletos, folhetos. E mais, do Rio, de São Paulo, e até de Cuba, porque nós tínhamos um mentor aqui em Sobral muito culto que traduzia pra nós. Porque nós éramos garotos de dezessete, dezesseis, acho que não tinha ...sei nem se alguém com dezoito.[22]

É importante situar que os nomes citados na entrevista são nomes de referência da Ação Popular (AP), tendência que atuava no movimento estudantil, egressa da Ação Católica. Os documentos que afirmam receberem por intermédio de um padre reforçam a ideia de que esse movimento não era algo solto, desarticulado, mas sim um movimento que possuía uma orientação sistemática que os mantinham informados sobre os acontecimentos da ordem política nacional.

Mesmo os gestores do CES que não se envolveram nos movimentos de contestação confirmam a conexão entre o local e o regional. Em entrevista com Iran Bastos, presidente do CES por duas gestões, por volta dos anos de 1965 e 1967, o mesmo afirma: "sempre vinham estudantes, principalmente ligados ao Centro Estudantal Cearense, participar das reuniões do CES, pedindo para que nós endurecêssemos a luta contra o regime."[23]

Segundo Francisco Lopes, o movimento estudantil trouxe dom Fragoso para dar uma conferência no Palace Club. Fragoso foi um importante nome da luta contra a ditadura no Ceará. Para Lopes,

> o objetivo [do movimento] era deixar bem vivo o sentimento de protesto em toda a classe estudantil, e es-

22 Francisco das Chagas Saboia. Entrevista concedida ao autor em 3 de novembro de 2006.
23 Iran Bastos. Entrevista concedida ao autor em 10 de maio de 2013.

> tendia, o movimento não era só sobralenses... quando se estava aqui a nossa ação era visando o local, mas no entanto a gente mantinha relação com Fortaleza, com Recife, e sempre tinha alguns dos estudantes participando de movimento nacional para trazer o que de quente das informações da política nacional para gente devagarinho ir disseminando esse sentimento de consciência, porque hoje nós não temos.[24]

Ainda de acordo com Lopes, o ME em Sobral protestou contra a morte do estudante Edson Luis de Souto e contra a tortura de tantos outros colegas de militância em Fortaleza. Ele lembra que muitas vezes era abordado sob o seguinte comentário: "cuidado! Esse aí é o comunista filho de Jacó", mas Lopes ressalta que não era comunista, apenas um homem de consciência.[25]

O controle das atividades estudantis e dos movimentos sociais, de modo geral, passava também pelo controle dos meios de comunicação pelos quais esses movimentos se expressavam oficialmente. O programa *A Voz do Estudante*, assim como os programas do MEB (Movimento de Educação de Base) – "Programa Encontro com o MEB" e do Movimento do Dia do Senhor – "Programa Encontro das Comunidades", eram alvos de fiscalizações constantes.[26]

O CES esteve diretamente ligado à Igreja Católica, com o apoio da qual mantinha Casa do Estudante, que abrigava os estudantes que vinham de outras cidades. De acordo com o ex-presidente Francisco Lopes, a má administração da Casa do Estudante complicou a relação do CES com a Igreja, comprometendo a continuidade do movimento.[27]

24 Francisco Lopes. Entrevista concedida à historiadora Viviane P. Bezerra em 7 de julho de 2003.

25 *Idem.*

26 BEZERRA, Viviane Prado. *Porque se nóis* **não agir o** *pudê* **não sabe se** *nóis isiste nu mundo":* O MEB e o Dia do Senhor em Sobral (1960-1980). Fortaleza: UFC, 2008. Dissertação (Mestrado em História Social).

27 Francisco Lopes. Entrevista concedida à historiadora Viviane P. Bezerra em 7 de julho de 2003.

Considerações finais

Escrever sobre esse período em uma cidade tradicional e rodeada de tabus como Sobral é um desafio interessante que me motiva a buscar as peças desse quebra-cabeça.

A participação dos estudantes no processo de resistência ao regime ditatorial em Sobral existiu e foi marcado, como todo movimento social, por disputas e por tensões entre os grupos que disputavam a entidade estudantil. As entrevistas realizadas abriram um leque de questões para as quais não tinha atentado, como o depoimento de Antonino Melo e Iran Bastos sobre as tensões nas disputas eleitorais da diretoria do CES, me instigando a pesquisar sobre os grupos que perderam as eleições: quem eram? Quais as bandeiras de luta? As demandas? A ideologia política?

Resta agradecer à professora Edvanir Maia por esse convite tão desafiador que foi escrever esse texto, e à professora Viviane Prado pela companhia e estímulos nas entrevistas, que me motivaram a aprofundar as conversas.

REFERÊNCIAS

POENER, Artur. *O Poder Jovem*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1979.

MUNIZ, Altemar da Costa. *Movimento Estudantil e Estado Novo*. s.n.t. 24p.

BEZERRA, Viviane Prado. *Porque se nóis* **não agir o** *pudê* **não sabe se** *nóis isiste nu mundo*": O MEB e o Dia do Senhor em Sobral (1960-1980).Fortaleza: UFC, 2008. Dissertação (Mestrado em História Social).

"SUBVERSÃO" E REPRESSÃO NA PRINCESA DO NORTE

Edvanir Maia da Silveira.[1]

O estigma de cidade conservadora da ordem e dos "bons costumes" por vezes ofusca o reconhecimento de práticas transgressoras à normalidade citadina. Ainda soa muito estranho falar na existência de uma *oposição* à ditadura em Sobral, já que, para muitos, a ditadura não teria mesmo chegado à cidade. Todavia, as fontes sobre o tema apontam uma lista de sujeitos e práticas enquadrados como subversivos, o que leva a crer que nem todos aceitaram o regime.

Na obra *Direita e Esquerda,* Norberto Bobbio afirma que essas duas palavras podem designar diversos conteúdos conforme os tempos e as situações. Ele afirma que de todos os critérios propostos para tal distinção, o mais frequentemente adotado "é a diversa postura que os homens organizados em sociedade assumem diante do ideal de igualdade, que é, com o ideal da liberdade e [...] da paz, um dos fins últimos que os homens se propõem a alcançar e pelos quais estão dispostos a lutar".[2] Nessa perspectiva, a esquerda seria marcada pelo "artificialismo", a ideia de que mesmo as desigualdades naturais são socialmente modificáveis, enquanto a direita está mais disposta a aceitar aquilo que é natural e aquilo que é a segunda natureza, ou seja, o habitual, a tradição, a força do passado.[3]

É consenso na historiografia sobre a história política do Brasil República que a esquerda, representada por diversos partidos políticos, sindicatos classistas, organizações estudantis e movimentos

---

1 A autora é professora adjunta do curso de História da UVA. E-mail: didisilveira@bol.com.br

2 BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda*. Razões e significados de uma distinção política. São Paulo: UNESP, 1995. p. 95.

3 *Ibid.* p. 106.

sociais diversos, foi a principal personagem nas práticas de oposição à ditadura, embora não tenha sido a única. Partindo da hipótese de que não foi consensual a recepção da ditadura civil-militar em Sobral, este texto busca identificar essa cultura política nos discursos e práticas de diversos sujeitos históricos em Sobral, na vigência do regime autoritário.

A oposição à ditadura no Ceará

De acordo com os registros de práticas subversivas encontrados na documentação da DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) do Ceará, Fortaleza e Crateús aparecem como os principais focos de conflitos entre o regime e setores da sociedade local. As referências a Fortaleza são quase sempre remetidas à atuação do movimento estudantil. As obras de Bráulio Ramalho,[4] sobre a história do Movimento Estudantil Cearense; de Edmilson Maia Júnior,[5] sobre a memória dos estudantes universitários em Fortaleza e de Airton de Farias,[6] acerca da luta armada deixam muito evidentes que no Ceará, tanto a repressão quanto a resistência aconteceram logo após o golpe, e que os estudantes secundaristas e universitários foram os principais sujeitos dessa luta.

Bráulio Ramalho, em seu livro *Foi Assim*!, afirma que no dia 1º de abril de 1964, em Fortaleza, houve intensa mobilização de secundaristas, universitários e outras categorias no Clube dos Estudantes Universitários (CEU), que se alternaram em discursos inflamados pela legalidade, seguindo em passeata até a Praça José de Alencar, que foi invadida pelo exército. No dia seguinte, ocorreu uma concentração da mesma natureza no Sindicato dos Ferroviários, que também foi reprimida pelo Exército.[7]

---

4 RAMALHO, Bráulio. *Foi assim*! O movimento estudantil no Ceará (1928-1968). Rio de Janeiro; São Paulo; Fortaleza: ABC Editora, 2002.

5 MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. *Memórias de luta*: ritos políticos do movimento estudantil universitário (Fortaleza, 1962-1969). Fortaleza: UFC, 2008.

6 FARIAS, Airton de. *Além das armas*. Guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-72). Fortaleza: Livro Técnico, 2007.

7 RAMALHO, *op. cit*., nota 4, p. 191-2.

As principais correntes de esquerda que agremiaram estes estudantes foram: o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), a Ação Popular (AP) [vinda da Juventude Estudantil Secundarista Católica (JEC), da Juventude Universitária Católica (JUC)], o Partido Comunista do Brasil (PC do B), a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e a Frente Nordestina de Libertação (FNL). O Liceu e a Universidade Federal do Ceará (UFC) foram importantes palcos desses conflitos, onde os estudantes planejavam e debatiam a resistência à repressão. Grupos culturais como o CACTUS, criado em 1965, e o Grupo Universitário de Teatro e Arte (GRUTA), criado em 1966, bem como os festivais de música, contribuíram na disseminação de uma cultura de questionamento à ditadura.[8] Entre os eventos de repercussão nacional com participação de militantes cearenses estão: o *Congresso de Ibiúna-SP* (1968) e a *Guerrilha do Araguaia* (1967-1974).

No interior do estado, Crateús é lembrada mais pela ação da Igreja Católica do que do PC do B. As práticas político-religiosas do bispo dom Antônio Batista de Fragoso, o dom Fragoso, no município de Crateús, oeste do estado, é um primoroso exemplo de oposição da Igreja à ditadura, reconhecido internacionalmente.[9] As práticas políticas religiosas do bispo constituíram-se em referência de questionamento da ditadura dentro da Igreja Católica, as quais atraíram seguidores dentro e fora da instituição. Ele é referência da Igreja progressista, junto a dom Helder Câmara, dom Evaristo Arns e dom Aloísio Loscheider. Para Montenegro, nos textos produzidos por Fragoso, fica clara a união entre os conceitos marxistas e os princípios fundamentais do cristianismo, com mais clareza conceitual do que em dom Helder Câmara.[10]

A luta armada também teve atuação no Ceará. De acordo com Airton de Farias, em *Além das Armas*, os principais grupos foram a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), embora tenha ocorrido a ação pontual de outros grupos, como a Vanguarda Armada Revolucionária – Palma-

8 Cf. RAMALHO, FARIAS e MAIA JÚNIOR. *op.cit.*, notas 4, 5 e 6.
9 MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, metodologia e memória*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 107.
10 *Ibid*. p. 109.

res (VAR-Palmares) e a Frente de Libertação Nordestina (FLNE). Ele afirma que o PC do B, embora não tenha atuado diretamente, foi responsável pelo recrutamento e treinamento de guerrilheiros que atuariam na Guerrilha do Araguaia.[11]

O autor enumera algumas singularidades na luta armada cearense. Na década de 1970, enquanto as ações armadas no centro-sul diminuíam, no Ceará elas alcançavam seu ápice; a ALN tinha limites explícitos, sendo os militantes cearenses muitas vezes impedidos de agir por ordem da direção nacional, que tinha como foco Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte; os militantes do PCB foram sistematicamente vigiados e perseguidos pelo regime, enquanto no resto do país isso se deu principalmente a partir de 1974, quando a esquerda armada encontrava-se derrotada,[12] para ele, um equívoco da repressão, pois a luta armada cearense ficou a cargo de jovens militantes, que só seriam conhecidos pelos comunistas de 64 quando estavam todos presos na década de 1970.[13]

Em 1976, instalava-se o Movimento Feminista pela Anistia (MFPA), um dos primeiros do país, sob a presidência da professora Nildes de Alencar, irmã de Frei Tito de Alencar.[14] O Ceará também preconiza a campanha pelas Diretas. Um dos primeiros comitês pró-Diretas foi o do Ceará. Uma grande passeata a favor das *Diretas* e da

11 FARIAS, Airton de. *Além das armas*. Guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-72). Fortaleza: Livro Técnico, 2007. p. 25.

12 FARIAS, Airton de. *Além das armas*. Guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-72). Fortaleza: Livro Técnico, 2007. p. 26.

13 *Ibid*. p. 57.

14 *Ibid*. p. 441. Tito de Alencar Lima era cearense, foi diretor da Juventude estudantil Católica - JEC em 1963. Ingressou no noviciado dos dominicanos em Belo Horizonte em 1966 e fez a profissão de votos no ano seguinte, mudando-se então para São Paulo para estudar Filosofia na Universidade de São Paulo. Em outubro de 1968, foi preso por participar de um congresso clandestino da União Nacional dos Estudantes em Ibiúna. Foi fichado pela polícia e tornou-se alvo de perseguição da repressão militar. Em 1969, foi preso juntamente com outros dominicanos pelo Delegado Fleury, do DOPS. Durante cerca de trinta dias, sofreu torturas nas dependências deste órgão, as torturas sofridas nos porões da chamada "Operação Bandeirantes" foram por ele descritas num documento que correu pelo mundo e se transformou em símbolo de luta pelos direitos humanos. Exilado na França e traumatizado pela tortura que sofreu, Frei Tito submeteu-se a um tratamento psiquiátrico. Seu estado era instável, vivendo uma agonia da alternância entre prisão e liberdade diante do passado, suicidou-se em 10 de agosto de 1974. Sua história inspirou o livro Batismo de Sangue escrito por Frei Betto. Disponível em: www.torturanuncamais-rj.org.br. Acesso em 19 de junho de 2011.

redemocratização realizou-se em 1984, em Fortaleza, com a presença de mais de 40 mil pessoas. [15]

Os "subversivos" em Sobral – a Igreja, os estudantes, os comunistas e os artistas

A ideia de questionamento à ordem autoritária em Sobral aparece nos depoimentos de religiosos e leigos engajados nas ações da Igreja Católica, de ex-estudantes que militaram no movimento estudantil, na história de membros do Partido Comunista e, principalmente, nos relatórios de atividades políticas e sociais, realizados por agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em Sobral, em que são listados nomes de pessoas e descritos episódios caracterizados como práticas políticas questionadoras da ordem vigente, que deveriam ser prontamente reprimidas para a garantia da ordem e do desenvolvimento da cidade.

A Igreja

A Igreja Católica abrigou tanto os aliados como os opositores da ditadura. De acordo com a historiografia sobre o tema, desde fins dos anos de 1950/60 a Igreja Católica se aproximou dos movimentos dos trabalhadores rurais e urbanos, buscando neutralizar a influência comunista ou das esquerdas em geral junto aos trabalhadores. Com o golpe, a situação alterou-se e esses setores da Igreja passaram a ser rotulados de comunistas. Estabeleceu-se, então, uma verdadeira batalha discursiva, de acusação e defesa entre a Igreja e o regime, tendo a imprensa como palco privilegiado dessa disputa.[16]

Alguns autores chamam atenção para o fato de que a Igreja Povo começava a se concretizar nas práticas dos religiosos antes mesmo das deliberações do Concílio Vaticano II (1962-65) e das conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979). A experiência de dom Fra-

15 FARIAS, Airton de. *História da Sociedade Cearense*. Fortaleza: Livro Técnico, 2004. p. 445.
16 MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, metodologia e memória*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 111.

goso, ainda no Maranhão, constitui um exemplo disso.[17] Do mesmo modo, um episódio vivenciado pelo padre Osvaldo Chaves, em Sobral, no ano de 1952, acredita-se, também aponta nessa direção. Segundo Joan de Oliveira, a Semana Santa em Sobral é uma tradicional festa religiosa que mantém, ainda hoje, aspectos e características litúrgicas do século XIX, integrando o patrimônio cultural da cidade. Na Semana Santa de 1952, padre Osvaldo Chaves foi escolhido pelo bispo dom José Tupinambá da Frota para fazer o sermão do encontro, o momento mais importante da Procissão dos Passos, que é a principal procissão da Semana Santa. Pela primeira vez o sermão foi transmitido por uma emissora de rádio. Longe de fazer um sermão tradicional, padre Osvaldo Chaves falava do Cristo-Povo, expressão jamais esquecida por aqueles que o ouviam:

> Sermão do Encontro, Ave Maria, eu estava naquele dia, lá, o Cristo-Povo. Naquele dia eu fui com D. José, fui ajudar a missa do palácio no outro dia, e dom José "puto": *sermão comunista, cristo-povo!* Naquele tempo padre Osvaldo já tinha essas coisas, o cristo-povo lascado [...]. Dom José reclamou bem um ano. [...] Ele fala coisas da Teologia da Libertação trinta anos antes. Tudo aquilo que a Teologia da Libertação falou, o próprio Concílio, padre Osvaldo já tinha falado. Os poemas dele, nas aulas dele, os temas sociais, fortes, e eu acho que o seminário não comportava... Mas eu acho que naquele tempo, realmente, o padre Osvaldo falava do sofrimento do povo, ele distribuía pães, numa igreja de dom José. O bispo-conde nunca, jamais, faria isso. Quando o padre Osvaldo fala no cristo-povo, nas comunidades eclesiais de base, dom José ficou chocadíssimo, realmente. Foi chamado de comunista. Eu não sabia o que ele estava dizendo, mas depois eu via que ele se referia a essa visão do padre Osvaldo com o compromisso. Eu e dom José, temos certeza, jamais esqueceremos aquele sermão.[18]

17 *Ibid.* p.110.

18 OLIVEIRA, Joan E. *Nem um dia sem uma linha*. A oficina de trabalho do padre Osvaldo Carneiro Chaves. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009. p. 73-4.

Nos anos de 1970 e 80 ficaram cada vez mais frequentes os questionamentos da Igreja e de outros setores da sociedade à continuidade do regime. De acordo com Maria Paula Nascimento, a luta democrática que reuniria amplos setores da sociedade civil contra a ditadura se dá entre 1974 e 1985, com a derrota da luta armada. A Igreja Católica, os estudantes, o MDB, a imprensa alternativa, associações de bairros, de profissionais liberais e as minorias políticas: negros, mulheres e homossexuais constituíam os principais atores desse eclético grupo que compunha o novo cenário político nacional.[19]

Este texto, intitulado *o mito da revolução permanente,* encontrado no jornal *Correio da Semana,* questiona a continuidade da "revolução":

> Revolução e democracia são duas realidades visceralmente incompatíveis. Dizia Merleau Ponty que "as revoluções são verdadeiras como movimentos e falsas como regime". Isto é, valem para aquele momento fugaz em que os antigos donos do poder já caíram e os revolucionários ainda não assumiram o controle real da situação.
>
> ....
>
> Revolução no poder é terror. De esquerda ou de direita, as revoluções vitoriosas nutrem-se muito mais do ódio que destilam sobre os "contra-revolucionários" do que do amor à justiça e a liberdade.
>
> ....
>
> Conseguirão os atuais dirigentes do país convencer-se de que a opção pela democracia – tantas vezes reiterada pelo presidente Figueiredo – implica necessariamente o abandono da opção pela revolução permanente? Revolução que não se transforma em democracia se condena a negatividade histórica. Revolução permanente é repressão permanente![20]

19 ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In.: FERREIRA, J; REIS, D. A . (Orgs). *Revolução e Democracia* – 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (Coleção As Esquerdas no Brasil, vol 3). p. 342.

20 Antônio Carlos de Moura Campos. *Correio da Semana*. Sobral, 5 de janeiro de 1980.

Não foi encontrada referência sobre o autor do artigo; não obstante é notável que as suas ideias coadunem com a postura deste jornal, pela moderação. Do mesmo modo, a Revista *Risadinha* é outro periódico que circulou no período e reflete um pouco desse conflito entre a Igreja e o Regime. Esse periódico mesmo conservador, defensor dos princípios católicos critica a continuidade do regime:

> O nosso credo
>
> Do Partido Comunista – Livrai-nos Senhor.
> Do Regime Ditatorial – Livrai-nos Senhor.
> Das Línguas Ferinas – Valei-nos Senhor [...].[21]

Ora como aliada, ora como opositora, a Igreja Católica foi uma das principais personagens na trama política que consolidou o regime militar em Sobral: o Colégio Sobralense, o Movimento de Educação de Base (MEB), O Dia do Senhor, o Centro Estudantal Sobralense, o jornal *Correio da Semana* e a Rádio Educadora do Nordeste foram veículos por meio dos quais a diocese de Sobral manifestou seu apoio ou questionou a ditadura militar.

Ouviram-se, de vários depoentes, nomes de religiosos envolvidos em episódios de oposição ao regime. Sermões, palestras, textos ou proteção a estudantes militantes aparecem na lista das ações praticadas por esses padres, que representariam apenas uma parte da Igreja Católica em Sobral. Nos arquivos do DOPS, o seminário diocesano aparece como o principal reduto comunista na cidade.[22]

O semanário católico *Correio da Semana* circula ainda hoje na cidade como porta-voz da instituição. Era o único jornal impresso de grande circulação local, lido na cidade durante a instalação da ditadura. O periódico constitui-se numa das fontes mais importantes para a história de Sobral do século XX. Nele, é possível encontrar tanto o "*viva a revolução*", quanto o "*abaixo a ditadura*".

---

21 *Risadinha*. Revista crítica, humorística, noticiosa e literária (1979-1981). Sobral, 12 out. 1979. nº 1. p. 4.

22 ESTADO DO CEARÁ. Secretaria de Polícia e Segurança Pública. Delegacia Regional e Especial de Polícia. *Relatório de Viagens a Sobral*. 14 de dezembro de 1967. 5p.

Para a historiadora Viviane Bezerra, essa postura dúbia revela-o como um jornal moderado, visto que refletia a linha política adotada pela Igreja no período e seguida fielmente pelo bispo diocesano dom Valfrido Vieira. Para José Rabelo Filho, o semanário é um jornal conservador. As posições divergentes publicadas representavam apenas opiniões particulares dos colunistas que possivelmente fugiam ao crivo da direção do periódico. Analisando o material, dir-se-ia que ele, como todos os outros veículos de formação e informação da diocese, é a expressão dos projetos em disputa dentro da Igreja e da sociedade sobralense; por isso, ora conservador, ora progressista.

A Rádio Educadora do Nordeste também é de propriedade da diocese de Sobral. Fundada em 1959, tinha uma boa audiência na cidade na década de 1960. Pela direção da rádio, passaram monsenhor Sabino G. Loiola, padre Luizito Dias Rodrigues, Leunam Gomes, padre Egberto Rodrigues de Andrade e Carlos Gomes Carneiro, ou seja, aparecem tanto nomes de aliados do regime quanto de opositores. Monsenhor Sabino Loiola e padre Egberto Rodrigues são referendados como conservadores e aliados da ditadura. O primeiro é conhecido pela sua campanha anticomunista desde a década de 1940, disseminada em toda a região norte do estado por meio do jornal *Correio da Semana*, das Semanas Sociais e da criação de Comitês Anticomunistas.[23]

De acordo com o ex-estudante João Ribeiro Paiva, em fins dos anos 1960 o programa dos estudantes na Rádio Educadora mudou de nome e de conteúdo, tornando-se menos religioso e mais laico, abrindo espaço para a realidade social. *A Hora Estudantil* passou a chamar-se *A Voz do Estudante* e foi fechado por padre Egberto, à época diretor, quando foi posta no ar a leitura do polêmico discurso de dom Fragoso, em que ele afirma que Cuba poderia servir de exemplo para a América Latina:

> Nosso programa foi cortado. Nós tínhamos lido um desses pronunciamentos do dom Fragoso em que ele dizia que Cuba podia ser um exemplo para América

23 SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *Cidade Vermelha*. A militância comunista nos espaços do trabalho. Camocim-CE (1927-1950). Fortaleza, 2007. p. 47. (Coleção Mundos do Trabalho).

> Latina. Isso foi considerado pela censura algo muito desagradável pra eles, e foi cortado. E nós não fomos nem avisados disto. Eu soube por padre Osvaldo, que anotou num papel a mão. Tinha visto num quadro de avisos do rádio que eu, João Ribeiro Paiva, Antônio de Alcântara Macedo e Lauro Araújo Lima não podíamos entrar para os estúdios da rádio e nenhum programa, como perniciosos, adjetivo que padre Egberto encontrou para nos qualificar.[24]

Padre Luizito Rodrigues e o professor Leunam Gomes são citados na lista dos progressistas que driblavam a censura para garantir que os programas do MEB e dos estudantes continuassem no ar, mesmo sob a vigilância da repressão. Os depoimentos de ex-militantes do movimento estudantil dizem que os programas dirigidos pelo MEB e pelo movimento estudantil constituíam um veículo de resistência à ditadura na medida em que animava agricultores e estudantes a lutar pelos seus direitos, desafiando a vigilância do DOPS. Desse modo, fica evidente que o jornal e a rádio eram utilizados tanto para propaganda como para contrapropaganda da ditadura, já que os dois lados tinham acesso à estrutura desses órgãos de imprensa.

Os Estudantes

Conforme estudo de José Roberto Martins Filho, dois processos fundamentais explicam os episódios que marcaram a atuação do movimento estudantil nas décadas seguintes a 1950: a abertura da universidade aos setores médios e o surgimento de uma corrente política, vinculada à Igreja Católica – a Ação Popular (AP), que serviu como canal de introdução de setores importantes dos estudantes secundários e universitários no campo da política.[25]

Em um contexto de urbanização e industrialização aceleradas, de presença política da classe operária urbana e, mais tarde, eclosão das ligas e sindicatos camponeses, a militância católica constituía uma

24 PAIVA, João Ribeiro. Entrevista concedida à autora em 17 de agosto de 2010.

25 MARTINS FILHO. José Roberto. O movimento estudantil nos anos 1960. In.: FERREIRA, J.; REIS, D. A. (Orgs.). *Revolução e* democracia – 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 187.

terceira via entre o comunismo soviético e o capitalismo norte-americano. No clima geral de efervescência cultural, formou-se uma geração de estudantes imersos no nacionalismo e na preocupação com os problemas nacionais, principalmente com a questão do desenvolvimento e da responsabilidade das elites.[26]

O autor ressalta que, nos fins da década de 1950, o movimento se desarticulou, e por isso não foram poucos os estudantes a apoiarem o golpe. Mas os primeiros anos do regime decepcionaram os jovens estudantes, que a partir daí buscaram reconstruir entidades estudantis, entrando em choque direto com as políticas da ditadura militar.[27]

No Ceará, de acordo com Edmilson Alves Maia Júnior, houve reação estudantil. A AP, o PC do B e os trotskistas foram as principais organizações por meio das quais os estudantes, principalmente universitários, atuaram em reação à ditadura. Uma peculiaridade cearense, citada por vários autores que pesquisam o período, é que, ao contrário da maioria brasileira, o principal condutor das lutas estudantis no Ceará não foi a AP, e sim o PC do B. A razão apontada para o fracasso da primeira é o fato de vários militantes da AP terem sido presos e processados pelo AI-2, na tentativa de reconstituição da União Estadual dos Estudantes (UEE) e acabaram deixando o movimento nas mãos de militantes inexperientes. Quanto à ascensão da segunda, os motivos foram: a opção de investir nos Diretórios Centrais (DCEs) e a abertura política na relação com estudantes de outras agremiações e até mesmo os sem grupo.[28]

Dos principais eventos que marcaram a atuação desses estudantes na resistência ao regime em Fortaleza, Maia Júnior cita o *Massacre da José de Alencar* e a *Passeata dos Vinte Mil*. A primeira, era um protesto contra a repressão realizada no Rio de Janeiro na semana anterior – a Semana Sangrenta. Para Maia Júnior, a repercussão do episódio na imprensa local animou o movimento estudantil de tal forma que três dias depois, realizou-se a Passeata dos Vinte Mil, um dia depois da Passeata dos Cem mil, no Rio de Janeiro.[29]

26 *Ibid*. p. 188.
27 *Ibid*. p. 192-3.
28 MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. *Memórias de luta*: ritos políticos do movimento estudantil universitário (Fortaleza, 1962-1969). Fortaleza: UFC, 2008. p. 49-50.
29 *Gazeta de Notícias*. Fortaleza, 28 de junho de 1968. *Apud* MAIA JÚNIOR, *op. cit.*, nota 44, p. 124.

Tais eventos expressam que o movimento estudantil cearense estava sintonizado com movimentos de resistência à ditadura que ocorria em outras capitais brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo, e embora tivesse os universitários na linha de frente, estavam acompanhados dos secundaristas representados pelo Centro dos Estudantes Secundaristas do Ceará (CESC).

As práticas políticas dos estudantes durante o regime militar, em Sobral, apresentam-se de forma obscura. As informações obtidas se originaram do relato de ex-alunos e professores, atuantes no meio secundarista do Colégio Sobralense, escola privada, exclusiva para rapazes, sob a direção da diocese; e do Colégio Estadual, escola pública, aberta para ambos os sexos. Não há, nesses depoimentos, um discurso coerente sobre a organização do movimento estudantil na cidade, embora eles tenham participado dos mesmos episódios ou pelos menos tenham ouvido falar deles.

De acordo com o ex-estudante do Colégio Sobralense Edilson Aragão, a ação política estudantil no referido colégio aconteceu em diferentes gerações. O movimento dos anos 60 foi o mais perseguido. Aragão relata que houve um período de "pasmaceira", sem participação política, quando a geração de meados dos anos 70 reacendeu o movimento com a fundação do jornal *Quinzena Estudantil* e a realização de eventos literários, que não escaparam à vigilância do regime. Por falta de acesso às fontes em tempo hábil, este texto se deterá apenas a geração de 60.

De acordo com depoimentos de ex-estudantes, o Centro Estudantal Sobralense (CES) era a principal agremiação estudantil sobralense naquele contexto, embora existissem grupos informais construindo o movimento estudantil. Na fala de ex-presidentes do CES, fica claro o pouco interesse da entidade na agenda política local, embora fosse intensa a participação política nas eleições para a mudança de diretoria da agremiação, sendo comparada a uma eleição municipal. A gestão de 1968, sob a presidência de Francisco Lopes, é a única que aparece nos conflitos com a ditadura.

As principais ações dos estudantes da geração de 1960 foram: a homenagem a Che Guevara, proposta pelos Humanistas do Colé-

gio Sobralense, em 1967; a passeata pela construção da Avenida do Estudante, realizada pelo Colégio Estadual, em 1968, e o projeto de explosão do palanque das autoridades, nas comemorações do dia 7 de setembro de 1969.

A homenagem a Che Guevara

O líder revolucionário Ernesto Che Guevara morreu em 1967, com grande repercussão mundial. No mesmo ano, os estudantes do Colégio Sobralense[30] o elegeram para homenagem póstuma na festa de colação de grau. De acordo com depoentes, os estudantes tiveram conhecimento da história deste guerrilheiro por meio de trabalhos escolares, proposto na disciplina de Português. Segundo padre Osvaldo Chaves, à época professor da disciplina, depois de o tema ter sido explorado pela imprensa, ele sugeriu aos estudantes que pesquisassem sobre a vida do guerrilheiro. O professor de História Pedro Van'Ool, que apoiou a ideia do professor de português, disse ter auxiliado na pesquisa dos estudantes, quando o procuravam para compreensão dos quase 60 artigos que encontraram sobre o tema. Van'Ool afirma em seu depoimento, que a maioria dos artigos reproduzia a visão dos militares sobre o líder, mas que alguns pasquins traziam outra visão, e os meninos foram se animando com o tema. Próximo à festa de formatura, admirados com a coerência das práticas do líder revolucionário, os estudantes escolheram o guerrilheiro para uma homenagem póstuma, mas isso daria muito trabalho ao colégio, considerando o contexto político.[31]

Os pais, preocupados com a reação dos militares, procuraram a escola com o objetivo de evitar conflitos, mas o professor Van'Ool, em depoimento, disse que não interferiria na decisão dos alunos, por não achar necessário. A polêmica resultou em acaloradas reuniões de pais e mestres. Um dia antes da festa, com os convites manualmente confeccionados,[32] levando o nome do guerrilheiro na lista de homenagens, o DOPS reagiu. De acordo com o professor Van 'Ool,

30 O Sobralense era um escola dirigida pela diocese de Sobral, exclusivo para meninos, e o Colégio Santana, para meninas.

31 VAN 'Ool, Padre Pedro. Entrevista concedida à historiadora Viviane Prado Bezerra e gravada em 7 de julho de 2004.

32 PAIVA, João Ribeiro. Entrevista concedida à autora e gravada em 17 de agosto de 2010.

o mesmo foi procurado por militares vindos de Fortaleza, determinando o fim da homenagem, sob pena de uma intervenção militar:

> Quando eu estava terminando a missa no abrigo, chegaram oito militares, se identificaram, ***[...] "então, nós viemos aqui para acabar com essa bagunça".*** Que bagunça? [...] ***Essa bagunça, esses comunistas, o Senhor com o padre Oswaldo é que tão botando essa ideia.*** [...] Não tem nada de anarquia, nada de bagunça. [...]. O que houve foi um estudo crítico depois da morte de Che Guevara, para os alunos por conta própria, orientados por nós, pela gente, descobrirem o certo e o errado. Eles descobriram muita coisa errada, mas descobriram um pontinho certo – *a coerência no agir. O* que eles admiraram no Che Guevara? Só isso. E por isso eles querem fazer uma homenagem póstuma. Não faz mal a ninguém, não. Não vai contra o regime militar, não vai contra o capitalismo, não vai contra ninguém, nem contra a igreja nem contra aos pais nem contra aos senhores, ninguém. ***"Não, mas nós viemos pra brecar"*** [...] Ai eu fiz uma proposta, já que os senhores se deslocaram de Fortaleza pra cá, era domingo de manhã. Daqui a pouco esses moleques como vocês chamam vem brincar comigo, porque mesmo não sendo mais diretor eu ofereço esporte que é pra tirar a ociosidade. Daqui a pouco eles vêm. Já que os senhores estão convencidos de eles estão errados, porque nós não estamos, vamos fazer a mesa redonda e conversar com eles. ***"Nós não viemos pra perder tempo com moleques"***. Aí eu me ofendi de novo, aí eu me levantei e disse eu também não vou perder tempo, [...] com o Senhor, e fui-me embora [...] ***"De qualquer jeito se houver a festa, haverá intervenção".*** [...] logo em seguida chamei os alunos, contei o que tinha havido, e então eu disse, bom vocês é que decidam, seus pais tem medo, o exército vai interferir, a polícia federal vai interferir caso vocês promovam essa festa. Agora se quiserem dou uma sugestão, mas vocês decidam não sou eu não. Se com o Che Guevara não pode, sem o Che Guevara ninguém faz a festa. Eles aceitaram a idéia, não houve festa.[33] (Grifos nossos)

33 VAN 'Ool, Padre Pedro. Entrevista concedida à historiadora Viviane Prado Bezerra e gravada em 7 de julho de 2004.

A reação do professor rendeu-lhe o enquadramento na Lei de Segurança Nacional pela terceira vez. As outras duas vezes foram ocasionadas pela expulsão de um aluno da escola, porque o mesmo havia agredido o professor, como o estudante era filho de um deputado influente, o padre foi denunciado como subversivo.[34]

O diretor do colégio, padre José Linhares Pontes, descreve este como o mais ridículo espetáculo da história da "revolução", quando o colégio foi cercado por trezentos militares no intuito de reprimir a homenagem. O episódio teria sido noticiado pelo *Jornal do Brasil* e a *BBC* de Londres. Todavia, os estudantes não se curvaram à repressão, e em acordo com a direção do colégio, receberam os diplomas debaixo de uma árvore, passando despercebidos pelos militares, os quais pernoitaram à porta do Colégio Sobralense, por motivo de as luzes estarem acesas, esperando pelos aplausos que não aconteceram.[35]

O grande paradoxo é que Guevara era o terceiro homenageado numa lista que começava com o papa João XXIII, seguido do bispo dom José T. da Frota. Tinha como *Patrono* o deputado federal general Josias Ferreira Gomes e *Paraninfo* o prefeito Jerônimo Medeiros Prado, ambos membros da ARENA local. A justificativa de um aluno, do nome da turma ser o do general Josias F. Gomes, fazia parte de uma estratégia do grupo para não chamar muita atenção, já que naquela época, batizar turmas com nomes de personalidades era comum, e também eles precisavam de patrocinadores para uma excursão à Bahia. O ex-estudante diz que os dois líderes ficaram em maus lençóis por esta homenagem.[36]

O jornal *O Povo* publicou uma nota sobre o assunto sem nenhum comentário: "GUEVARA – os Humanistas de 1967, do Colégio Sobralense, assinalaram no convite para a sua festa de formatura uma homenagem póstuma ao guerrilheiro Che Guevara, recentemente morto na Bolívia".[37] Mas, o episódio não passou despercebido pelos

34 VAN 'Ool, Padre Pedro. Entrevista concedida à historiadora Viviane Prado Bezerra e gravada em 7 de julho de 2004.

35 PONTES, José Linhares. Entrevista concedida à autora em 23 de novembro de 2012.

36 PAIVA, João Ribeiro. Entrevista concedida à autora e gravada em 17 de agosto de 2010.

37 SOARES, José Maria. Coluna de Sobral. *O Povo*. Fortaleza, 27 de novembro de 1967. Acervo Biblioteca Nacional. RJ.

militares. Agentes do DOPS vieram a Sobral para proceder à investigação. O relatório confirma que a motivação para escolha do guerrilheiro foi a pesquisa proposta pelo professor de português.

Com o recebimento do telegrama da 10ª Região Militar, que segundo Ribeiro dizia: "*As Forças Armadas Brasileiras mobilizadas por mar, terra e ar não permitirão a realização desta festa*", a festa teria sido adiada para o dia 13 de dezembro e o fato teria causado indignação na sociedade local. O relatório diz que um cartaz encontrado num bar os concluintes foram chamados de *Guevaras*, e o padre Osvaldo Chaves de causador do movimento; um comerciante indignado reuniu pais de estudantes, prometendo acabar com a festa, se ela fosse levada adiante. Os agentes descrevem inclusive, que o delegado local teria se disponibilizado a proteger os humanistas, se a promessa do comerciante fosse levada a cabo, como forma de manter a ordem.[38]

Ainda de acordo com o relatório, o movimento recebia reação também de membros religiosos, alguns contrários aos estudantes e outros a favor. Em entrevista aos agentes, monsenhor Sabino Loiola afirmava estar disposto a fazer um abaixo-assinado junto à população e às autoridades para evitar a realização da homenagem. Sabino teria informado que a frase que aparece no convite: *"Ninguém tem maior amor que o daquele que dá a vida por seus irmãos",* teve a palavra irmãos colocada no lugar original bíblico de AMIGOS[39], e que tudo teria começado há quatro anos, quando um seminarista, depois padre, foi à França e manteve contato com essa linha doutrinária, fundando o jornal *Brasil Urgente*, em São Paulo, o qual o padre José Linhares, à época, reitor do seminário e diretor do colégio teria ajudado a divulgar entre os estudantes e seminaristas. Dom Fragoso, bispo de Crateús, aparece no relatório como uma referência para os estudantes sobralenses; os mesmos planejaram uma visita a Crateús, e distribuíram em Sobral uma pequena quantidade do manifesto de

38 CEARÁ. Secretaria de Polícia e Segurança Pública. Delegacia Regional e Especial de Polícia. *Relatório de Viagens a Sobral*. 14 de dezembro de 1967. 5p.

39 "Ninguém tem maior amor do que este: de dar a alguém a sua vida pelos seus amigos" (João, 15.13).

autoria do bispo: "*O bispo de Crateús e Cuba – trechos do discurso de D. Fragoso ao povo*". [40]

Sobre a confecção dos convites, o relatório confirma que os estudantes tiveram dificuldade em encontrar uma gráfica que os imprimisse e confirma a autoria do trabalho artístico por um fabricante de flâmula da cidade. Os estudantes teriam recebido a solidariedade de entidades estudantis, como a UNE, UBES, DCE, CESC e outras entidades de quase todo o Brasil.[41]

O orador da turma, João Ribeiro, confirma a versão dos professores sobre o episódio e lembra que, 40 anos depois, a turma GUEVARA pensou em por em prática o desejado projeto, chegando a contatar a filha de Ernesto Che Guevara para representar o pai na homenagem devida, mas não se consolidou. Quando descreve a confecção do convite e a escolha dos homenageados, ficam claras, na fala do depoente, que aquelas eram escolhas conscientes: um general no nome da turma e o Che Guevara no final da lista para não chamar a atenção. Os estudantes discordavam do regime vigente, mas sabiam que precisavam ser cautelosos para enfrentá-lo.

A Passeata pela Avenida do Estudante

O Colégio Estadual Dom José Tupinambá da Frota era a maior escola pública de ensino ginasial da cidade, muito respeitado pelo nível de ensino e aprovação nos vestibulares. Os professores eram os mesmos das boas escolas particulares da cidade, o Colégio Sobralense e o Colégio Sant'Ana, ambos sob a direção da diocese de Sobral. O Grêmio Estudantil Domingos Olímpio é citado como importante organização política dos estudantes dessa escola.

No ano de 1968, uma passeata dos estudantes do Estadual terminou em prisão de alguns dos manifestantes. Segundo depoimento do estudante Francisco Lopes,[42] presidente do Centro Estudantal

40 CEARÁ. Secretaria de Polícia e Segurança Pública. Delegacia Regional e Especial de Polícia. *Relatório de Viagens a Sobral*. 14 de dezembro de 1967. 5p.

41 Secretaria de Polícia e Segurança Pública. Delegacia Regional e Especial de Polícia. *Relatório de Viagens a Sobral*. 14 de dezembro de 1967. 5p.

42 LOPES, Francisco. Entrevista concedida à historiadora Viviane Bezerra Prado e gravada em 7 de julho de 2004.

Sobralense, que participou da manifestação, o objetivo da passeata era reivindicar a construção de uma avenida de acesso à escola, que ficava intransitável nos períodos chuvosos.

No mesmo ano, o jornal *Correio da Semana* discutia boletins escritos por estudantes reivindicando a solução do problema.[43] Foram encontradas ainda, no jornal, notícias de que o projeto da *Avenida do Estudante* estava em fase de conclusão e que seria uma grande realização do prefeito Jerônimo Prado; no entanto a passeata era um indício de que o projeto não foi posto em prática.[44]

Francisco Lopes e outros estudantes foram presos e levados à delegacia. As três principais escolas da cidade fecharam; estudantes e professores se aglomeraram em frente à delegacia em protesto. O ex-aluno Edilson Aragão relembra o episódio:

> E eu saí do Colégio Sobralense pendurado na rural do Pe. Luizito. Do São João descemos ali para a prefeitura que é o prédio da Câmara hoje [...]. O Chico Lopes foi preso naquele momento, e eu vi o sofrimento da mãe o tempo todo, e aquilo foi brotando em mim o sentimento de participação. Eu tinha 11 anos de idade e até hoje as imagens não me saem da memória.[45]

Para Chico Lopes, a manifestação de apoio ocorria por tais razões: a construção da avenida era fundamental para os estudantes terem acesso ao Colégio Estadual, durante o período de chuvas, já que a via ficava intransitável, e o fato de os detidos serem estudantes de conduta respeitável na sociedade local.[46] Ele acredita que o que os salvou efetivamente de serem enviados para o 23º Batalhão de Caçadores do Exército (23BC), em Fortaleza, um dos porões da ditadura no Ceará, foi a estratégia política de entregar a filha do coronel da polícia local como líder do movimento. Segundo ele, a filha do coronel Pratagil, comandante da Delegacia Regional e Especial de Sobral,

---

43 *Correio da Semana*. Sobral, 18 de maio de 1968.

44 *Correio da Semana*. Sobral, 29 de junho de 1968.

45 ARAGÃO, Francisco Edilson Ponte. Entrevista concedida à autora em 30 de novembro de 2012.

46 LOPES, Francisco. Entrevista concedida à historiadora Viviane Bezerra Prado e gravada em 7 de julho de 2004.

estava infiltrada no Centro Estudantal. Cientes desse fato, os estudantes a colocavam a frente de todas as manifestações, para que nos momentos da repressão eles fossem protegidos. Foi o que ocorreu no episódio da passeata, como a suposta líder do movimento era filha do Coronel, o caso foi encerrado e os estudantes liberados depois do interrogatório.[47]

Vários depoentes afirmam que depois deste fato, qualquer grupo de conversa pelo centro da cidade era disperso pela polícia. Não foi encontrada nenhuma referência a este episódio específico na documentação do DOPS, embora seja frequente a referência ao Centro Estudantal, como foco subversivo.

A explosão do palanque de 7 de setembro de 1969.

As comemorações do dia 7 de setembro, consolidada como data cívica, tornaram-se alvo de crítica dos movimentos populares ao longo da história do Brasil. Nas últimas décadas, diversos setores da sociedade civil, entre eles a Igreja Católica, têm aproveitado o evento oficial para protestar contra a exclusão social. Nas décadas de 1960/70, a comemoração da Independência do Brasil, para os opositores da ditadura, perdia sentido; marchar era uma apologia ao autoritarismo, empreendido pelos governos militares; portanto o desfile do dia 7 de setembro deveria ser boicotado pela categoria estudantil. Esse discurso aparece num panfleto distribuído pelo Centro Estudantal Sobralense, em parceria com o CESC, na cidade de Sobral em 1968.[48]

De acordo com relatório do DOPS, havia uma manifestação estudantil prevista para esse evento, mas foi previamente reprimida pela polícia. Este episódio está entre os fatos mais polêmicos na história do movimento estudantil sobralense. Segundo o ex-estudante Francisco Saboia, havia um projeto de explosão do palanque das autoridades nas comemorações do dia 7 de setembro de 1969:

47 LOPES, Francisco. Entrevista concedida à historiadora Viviane Bezerra Prado e gravada em 7 de julho de 2004.

48 CEARÁ. Secretaria de Polícia e Segurança Pública. Delegacia Regional e Especial de Polícia. *Relatório.* Sobral, 23 de setembro de 1968. Panfleto Anexo. APEC (Datilografado)

SABOIA, Francisco. Entrevista concedida à autora e gravada em 3 de novembro de 2006.

> E nós tínhamos um plano, a minha turma, da gente assaltar o Tiro de Guerra, retirar todas as armas e munições, e também, a gente tinha outro plano de explodir o palanque, no dia 7 de setembro. 1969. Com todas as autoridades presentes. [...] Primeiro, a gente tinha que detonar a ponte, que só tinha uma entrada mais acessível pra Sobral que era pela ponte velha, Oton de Alencar. A gente explodindo a ponte, pronto. Como é que ficaria a entrada? (Inaudível)... fosse de Fortaleza era muito difícil. Se viesse pela Serra Grande, demorava muito. Mas é... eu não sei se era utopia nossa, que a gente era muito jovem, então a gente sonhava alto.[49]

Saboia relata que o plano foi descoberto pelos militares e alguns dos seus colegas presos: Márcia Barreto, Fernando Agripino e Amilcar Ximenes Pontes, entre outros estudantes do Estadual e do Sobralense.

Um Dossiê do DOPS confirma, em grande parte, a versão contada pelo estudante Francisco Saboia. De acordo com a fonte, três pessoas foram presas, carregando instrumentos que seriam usados para explosão do palanque das autoridades, no dia 7 de setembro, e da Ponte Otton de Alencar, que liga Sobral a Fortaleza. A explosão da ponte, de acordo com os depoimentos dos detidos, objetivava o assalto ao carro pagador da REFESA, que em data programada, passava pelo local. Entre os detidos estavam um estudante menor e dois adultos; apenas um dos adultos foi preso, já que o segundo era delator da polícia e por sua vez ajudou-a na prisão dos envolvidos.[50] Os detidos foram acusados de prática de terrorismo[51]

De acordo com o ex-estudante do Colégio Estadual, Paulo Graco Sales, a prisão de Márcia Barreto e Fernando Agripino foi motivada por uma pequena explosão no palanque das comemorações do 7 de setembro. Márcia Barreto, quando fala da sua prisão, não

---

49 SABOIA, Francisco. Entrevista concedida à autora e gravada em 3 de novembro de 2006.

50 DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. Dossiê da Delegacia de Ordem Política e Social/Ceará. *Inquérito nº 41*. Início 10 de setembro de 1969.

51 PORTARIA. Delegacia Especial de Polícia em Sobral. 6 de setembro de 1969. p. 2. In: DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. Dossiê da Delegacia de Ordem Política e Social/Ceará. *Inquérito nº 41*. Início 10 de setembro de 1969.

faz referência ao episódio da explosão, justifica a detenção pela sua relação pessoal com Fernando Agripino, que militava no movimento estudantil em Fortaleza e Sobral, confirmando que Agripino também foi preso. Márcia Barreto admite que participou de algumas reuniões promovidas pelo padre Luizito, embora não fosse militante política.[52]

A atuação dos estudantes na oposição à ditadura em Sobral ainda é um quebra-cabeça a ser montado, embora não haja dúvida de que existiu.

Os Comunistas e o MDB

A atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na região norte do Ceará teve como principal cenário a cidade de Camocim, a 127 km de Sobral. Em a *Cidade Vermelha*, o historiador Carlos Augusto Pereira dos Santos analisa a atuação do PCB no meio operário na cidade de Camocim-CE. Ele afirma que num contexto em que a economia gravitava em torno do porto e da ferrovia, a militância comunista encontrou nesse operariado um terreno fértil para difusão das ideias socialistas e comunistas, fazendo dessa cidade um referencial na história do PCB no Ceará.[53]

Em Sobral, nesta mesma região, a atuação do partido aparece na história do marceneiro Francisco Albertino Silva, conhecido como Chagas Albertino, e do comerciante/garçom João Sales. A militância de Albertino, que tinha como nome de guerra "Sampaio", teve início nos anos 1950, transformando sua casa em quartel general do partido, local onde ocorriam reuniões, estudos, e se hospedavam companheiros. Dois jornais eram lidos pelos militantes: *A Voz Operária*, editado no Rio de Janeiro e o *Democrata*, em Fortaleza, os mesmos lidos pelos comunistas em Camocim.

Segundo o ex-militante Raimundo Constâncio (conhecido como Raimundo Albertino), a perseguição era muito forte, por isso a atuação do partido se dava principalmente por meio de pichações. *"Paz, pão, terra e liberdade"*, era uma das frases mais pichadas. A única

52 Márcia Barreto. Entrevista cedida ao historiador José Valdenir Rabelo Filho em 2013.
53 SANTOS, Carlos A. Pereira dos. *Cidade Vermelha* – a militância comunista nos espaços de trabalho. Camocim-CE (1927-1950). Fortaleza, UFC/UFRJ, 2007.

prisão política do seu pai, Chagas Albertino, foi no início dos anos 1950. Ele descreve que houve um saque ao mercado de Sobral pelos flagelados da seca de 1958; na oportunidade, o senhor Albertino fazia compras no local; reconhecido por um policial como militante comunista, Chagas Albertino foi acusado e preso pela autoria do episódio. Outros companheiros de Albertino foram presos em suas residências e todos enviados à sede do DOPS, em Fortaleza, onde permaneceram por mais de 20 dias. De acordo com o depoente, nenhuma prova foi encontrada e os suspeitos foram liberados, sem sofrer torturas.

O aniversário da Revolução Russa de 1917 e da fundação do Partido Comunista no Brasil (1922) também eram motivos de manifestação dos militantes. Segundo o depoente, cada militante soltava um rojão, altas horas da noite, em diversos pontos da cidade, em comemoração a essas datas.[54] Um relatório do DOPS, de 1967, descreve que na semana do aniversário da Revolução Comunista russa, a cidade foi pichada com frases do tipo: "*Os intelectuais também querem o socialismo*"; "*Uma bomba atômica tem poder para destruir uma cidade de 200.000 pessoas*"; "*Viva Prestes*"; "*Viva o Partido Comunista do Brasil*", e uma grande quantidade de panfletos foi distribuída nas fábricas.[55]

O nome de Chagas Albertino aparece nos relatórios policiais de Práticas Políticas e Sociais em Sobral, em 1967 e 1968, atuando com João Sales,[56] o nome mais conhecido da presença do PCB na cidade durante a ditadura de 1964. Sales foi comerciante proprietário dos bares *Antártica e Crepúsculo* na década de 1960. Segundo fontes da Associação Anistia 64/68 em Fortaleza, João Sales militava na esquerda desde a década de 1930, como membro da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que resultou em duas prisões (1935 e 1936). Foi preso pela terceira vez como membro do Partido Republicano So-

54 CONSTÂNCIO, Raimundo, filho de Chagas Albertino. Entrevista concedida à autora e gravada em 27 de fevereiro de 2011.

55 ESTADO DO CEARÁ. SECRETARIA DE POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA. DELEGACIA REGIONAL E ESPECIAL DE POLÍCIA. Relatório. Sobral, 14 de dezembro de 1967. p. 3. 5p.

56 ESTADO DO CEARÁ. SECRETARIA DE POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA. DELEGACIA REGIONAL E ESPECIAL DE POLÍCIA. Relatório. Sobral, 14 de dezembro de 1967. p.3. 5p.

cialista (PRS), também em 1936, e na quarta vez, pela militância no Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1940. De acordo com as mesmas fontes, suas atividades políticas se iniciaram em Fortaleza, onde residiu durante boa parte de sua vida, como proprietário dos bares/restaurantes *Gruta* e *Flôr do Mar*. Entrou na clandestinidade nos fins dos anos 1940, refugiando-se na Amazônia, onde passou a viver como garimpeiro. Voltou ao Ceará nos anos 1960, instalando--se na cidade de Sobral, onde foi preso pela quinta vez, acusado de incentivar a formação de uma *Frente Familiar Cristã*, contra a ditadura:

> Nesta data [26-09-68] foi constatado que JOÃO SALES vem mantendo contactos constantes e sucessivos com operários e camponeses, fazendo abertamente proselitismo do comunismo. Juntamente com Chagas Alberino [Albertino], carcereiro da CADEIA PÚBLICA DE SOBRAL vem promovendo pichações esquerdistas, nos principais pontos da cidade. O epigrafado fez abertamente uma arrecadação para financiar os movimentos esquerdistas, indo às residências de SOBRAL, além de organizar reuniões nas casas de família, estimulando a formação de uma "FRENTE FAMILIAR CRISTÃ", contra a ditadura.
> Preso nesta data [14-10-1968] por exercer atividades subversivas e entregue à SDR DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL.[57]

Em relatório do DOPS, sobre as atividades políticas e sociais em Sobral, Sales também aparece próximo a religiosos, conforme segue:

> No dia 7 de setembro, das 17:00 as 18:30 horas, vimos reunirem-se em tôrno de uma mesa, na capela do Colégio Sobralense, o Pe. José Linhares Ponte, o Pe. Luizito e o comunista João Sales e mais quinze mulhe-

57 DEPARTAMENTO DE ORDEM PÚBLICA E SOCIAL – DOPS. Secretaria de Polícia e Segurança Pública – SPSP. Secretaria de Investigação e Segurança Política – SISP. In: *Processo de Indenização de João Sales*. Dossiê do DOPS. p. 18. Acervo Associação Anistia 64/68. Fortaleza-Ce.

> res de classe operária, onde parecia tratar de assunto extra religião, animadamente. [58]

Nesse documento ele é descrito como autêntico comunista, que afirma ter uma filha vivendo na URSS, prega a doutrina comunista aos seus fregueses; como líder está sempre em contato com camponeses e operários e é um pichador ativo, acompanhado pelo carcereiro Chagas Albertino.[59] Raimundo Constâncio lembra que seu pai participava das reuniões no Abrigo e diz que quando interrogado pela polícia, a primeira pergunta feita a qualquer militante de esquerda era se participava das reuniões do padre Luizito.[60]

Paulo Graco Sales, filho de João Sales, o qual o acompanhou durante muitos anos de sua vivência na cidade de Sobral, diz que a Frente acima citada era um grupo político-religioso, formado por pessoas que liam a realidade nacional à luz da Bíblia. As reuniões ocorriam no Abrigo, mas a Frente foi suprimida pela ameaça dos militares, que viam naquilo um movimento subversivo.[61] Para Graco, Sales era um "comunista católico". Para justificar aos militares a justeza de seus atos ele afirmava: "Jesus Cristo era socialista".[62]

A prisão de Sales foi noticiada em vários jornais da capital no dia 16 de outubro de 1968: *Comunista Preso* – Tribuna do Ceará; *DOPS prende em Sobral acusado de subversão* – Gazeta de Notícia; *D.O.P.S prende comunista e apreende material subversivo* – Unitário[63], mas para Graco, o motivo da prisão foi um desentendimento com um cliente policial. Por este crime, Sales foi processado. Julgado inocente, foi absolvido pela Auditoria Militar da 10ª Região, no Ceará.[64]

---

58 CEARÁ. Secretaria de Polícia e Segurança Pública. Delegacia Regional e Especial de Polícia. *Relatório.* Sobral, 23 de setembro de 1968. 3p.

59 CEARÁ. Secretaria de Polícia e Segurança Pública. Delegacia Regional e Especial de Polícia. *Relatório*. Sobral, 14 de dezembro de 1967. p. 5. 5p.

60 CONSTÂNCIO, Raimundo. Entrevista concedida à autora em 27 de fevereiro de 2011.

61 SALES, Paulo Graco. Entrevista concedida à autora em 15 de setembro de 2010.

62 CEARÁ. Secretaria de Polícia e Segurança Pública. Delegacia Regional e Especial de Polícia. *Relatório*. Sobral, 14 de dezembro de 1967. p. 5. 5p.

63 CEARÁ. Secretaria de Polícia e Segurança Pública. Delegacia Regional e Especial de Polícia. *Relatório*. Sobral, 14 de dezembro de 1967. p. 5. 5p.

64 DEPARTAMENTO DE ORDEM PÚBLICA E SOCIAL – DOPS. Secretaria de Polícia e Segurança Pública – SPSP. Secretaria de Investigação e Segurança Política – SISP. In: *Processo de Indenização de João Sales*. Dossiê do DOPS. p.18. Associação Anistia 64/68. Fortaleza--Ce.

Sales foi eleito suplente de vereador por duas legislaturas. Como o PCB estava na ilegalidade, candidatou-se pelo MDB, um importante aliado do PCB no período. O MDB, apesar de criado para representar uma oposição consentida, teve sua estrutura aproveitada pelas esquerdas, criando os "autênticos do MDB". Com a vitória eleitoral de 1974, ele passou a canalizar o descontentamento dos mais variados setores da sociedade contra o regime militar, tendo papel importante na "Campanha pelas Diretas" e na negociação que levou ao fim do regime.[65] Segundo o historiador Rodrigo Motta, o PCB foi o único grupo organizado de esquerda que se ligou ao MDB desde o início:

> O MDB se ajustava bem à estratégia estabelecida pelo PCB para enfrentar o regime militar. Na sua avaliação, era necessário construir uma frente democrática para tornar possível a derrota da ditadura, envolvendo todos os setores da oposição. Assim, o MDB foi encarado como espaço privilegiado para o estabelecimento da almejada frente democrática. O PCB manteve sua estrutura clandestina em funcionamento, mas orientou a maior parte de seus militantes para a atividade legal dentro do MDB, partido a que deveria filiar-se e ajudar a construir.[66]

João Sales faleceu no ano de 1987, com 81 anos na cidade de Sobral.[67] Em texto usado como subsídio para o relatório no processo de indenização da Comissão de Anistia, sua filha Glice Sales, assim o descreve:

> [...] sempre foi **duro na queda**, íntegro, autêntico que sempre se opunha a qualquer gesto arbitrário, quando via o mais fraco oprimido pelo mais forte. Aquilo era incompatível a sua natureza. O homem que era

65 ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, J; REIS, D. A . (Orgs). *Revolução e Democracia* – 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (Coleção As Esquerdas no Brasil, vol 3). p. 336.

66 MOTTA, Rodrigo P. Sá. O MDB e as esquerdas. In.: FERREIRA, J.; REIS, D. A . (Orgs). *Revolução e Democracia* – 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (Coleção As Esquerdas no Brasil, vol 3). p. 291.

67 Morreu de Acidente Vascular Cerebral, Diabete Mellitus e Hipertensão Arterial. Fonte: Certidão de óbito. João Sales. Cartório Édison Almeida, 16.07.1999. Sobral-CE.

visto sempre arrodeado de gente, tão simples quanto ele, dando cor e sentido à palavra igualdade, alentando os fracos que se fortaleciam do seu entusiasmo, de sua fé nos homens, quando estes despertam para uma retomada de direitos. Quando erguia a voz, expressivamente calma, era movido pelo entusiasmo de esclarecer, com firmeza e convicção, o que aprendera dele mesmo, do seu contexto de menino sem infância e sem livros, avaliando os gritantes contrastes humanos desta vida, com seus olhos ávidos e sua mente livre.
Nos bares de sua propriedade, não lhe faltavam ouvintes, nem nas praças abertas para a liberdade de seus pensamentos. Uns, assustados, outros, coniventes com as suas ideias de fraternidade e desejo de luta.
....

Meu pai era imprescindível!! [68] (Grifo da autora)

Os artistas – a música e o teatro

De acordo com Marcos Napolitano,[69] os Festivais de Música Popular televisivos no Brasil ocorreram com mais frequência entre 1965 e 1968, tendo como palco as TVs Excelsior e Record, constituindo de certo modo uma oposição ao iê-iê-iê da jovem guarda. Embora a canção de protesto não fosse a sua principal característica, é nesse meio que a mesma se consolida, paralela a uma nascente indústria cultural que viu nesse estilo um promissor investimento. Entre 1966-67, diz o autor, "o triunfo da MPB era, ao mesmo tempo, um triunfo político, termômetro da popularização de uma cultura de resistência civil ao regime militar", que incluía desde membros da corrente engajada e nacionalista até a imprensa liberal, decepcionada com o que se mostrava ser a consolidação do golpe que eles haviam apoiado, certos de que seria provisório.[70]

68 Texto de Glice Sales, filha de João Sales, anexado ao relatório do processo de indenização de João Sales. Acervo Associação Anistia 64/68. 2p.

69 NAPOLITANO, Marcos. Os festivais da canção como eventos de oposição ao regime militar brasileiro (1966-1968). In: REIS, D. A . *O golpe militar e a ditadura* – 40 anos depois. São Paulo: Edusc, 2004. p. 205.

70 *Ibid*. p. 210-211.

Napolitano diz que esse modelo de festivais praticamente se esgotaria em fins de 1968, não apenas pela repressão política, mas também pela aceleração de produção da indústria cultural que acabou minando muitas fontes de arte musical. E esse ciclo ficaria para história do Brasil como um "tesouro perdido" da experiência cultural coletiva em que arte, política e lazer pareciam se confundir.[71]

Essa cultura dos festivais se estenderia por todo o Brasil, ocupando também os espaços do rádio, do teatro, praças e universidades. No Ceará, segundo Wagner Castro,[72] a reorganização musical cearense, ocorrida a partir da década de 1960, tem duas matrizes: uma no Conservatório, organizando festivais, e a outra, com a nascente 'Música Popular Cearense', que buscava novas melodias e referências poéticas. Não havia uma preocupação com a estética musical a seguir, mesmo com as referências da Bossa Nova e do Tropicalismo. A singularidade da música popular cearense apareceria nos Festivais Nordestinos de 1969, com letras mais verbalizadas na visualização da cidade, um forte teor poético, quase sempre sem refrão.[73]

Os festivais viraram um meio de expansão cultural da música cearense, originária principalmente da universidade, embora não necessariamente com engajamento político. Fortaleza, Crato e Sobral eram as sedes dessas disputas em nível local, mas eles se estenderiam aos níveis regional e nacional. A expansão da música cearense na voz dessa geração constituiria o que se chamou de *Pessoal do Ceará.* De acordo com Castro, esse título foi atribuído a alguns jovens cantores como Fagner, Belchior, Ednardo entre outros, quando eles se aventuraram no Rio de Janeiro e São Paulo em busca de uma carreira musical, embora não tenham constituído propriamente um grupo.[74] O *Pessoal do Ceará,* embora não contemple todos os músicos dessa geração, acabaram virando o referencial da MPB no Ceará das décadas de 1960 e 1970, período em que eles gravaram LPs e voltaram ao estado como júri de outros festivais, principalmente

---

71 *Ibid*. p. 216.

72 CASTRO, Wagner. *No tom da canção cearense* – do rádio e tv, dos lares e bares na era dos festivais (1963-1979). Fortaleza: Edições UFC, 2008.

73 *Ibid*. p. 269- 270.

74 CASTRO, Wagner. *No tom da canção cearense* – do rádio e tv, dos lares e bares na era dos festivais (1963-1979). Fortaleza: Edições UFC, 2008.

como artistas consolidados da música brasileira, divulgando seus trabalhos, afirma Castro.[75]

Os trabalhos sobre os festivais de música no Ceará não fazem nenhuma referência à cidade de Sobral, contudo foram encontradas na pesquisa da história local fontes que informam sobre a ocorrência de vários festivais. Segundo o músico Vicente Lopes, premiado em três festivais sobralenses, o primeiro festival de música em Sobral ocorreu em 1973 – o *Festival Intercolegial da Canção,* realizado pelo Colégio Sobralense, do qual ele era estudante. Ele reforça a informação de que o Sobralense foi celeiro da cultura em Sobral no período, ao lado do Colégio Estadual. Isso para ele, teria inspirado a produção de outros festivais.

Em 1975, aconteceu o I FEMUTE – Festival de Música do Tesoura.[76] Nesse mesmo ano, teria início o mais consistente dos festivais sobralenses, o *Festival do Mandacaru*. De acordo com Haroldo Holanda, que coordenou as quatro versões do festival, junto com Clodoveu Arruda e muitos colaboradores, o Festival Musical do Mandacaru era de âmbito estadual, e aconteceu de 1975 a 1978, sempre com o Teatro São João lotado nos seus dois dias de realização. O evento, que tinha como slogan em seus cartazes "*a serviço da música popular brasileira*", mostrou o talento de muitos músicos cearenses e marcaria a reabertura do teatro na cidade.[77]

A cultura dos festivais do período teria contribuído para o sucesso do evento, que se repetiu por mais quatro versões e iria até 1986, ganhando dimensão estadual, conforme se constata em notas de jornais da capital, que divulgaram várias versões do festival. Esse dado é importante, considerando que alguns dos festivais ocorridos em Fortaleza foram pouco divulgados por essa mesma imprensa.[78] No festival de 1977, o colunista do jornal *O Povo* e membro da comissão julgadora do festival, Eliezer Rodrigues, fez duras críticas à organi-

75 *Ibid*.
76 *A Tesoura*. Órgão da 1ª série de 2º grau do Colégio Sobralense. Encarte da Tribuna do Ceará produzido por estudantes do Sobralense em nov. de 1975. 8p. (última edição).
77 *Correio do Ceará*. Fortaleza, 4 de novembro de 1975. Acervo José Maria Soares. MUSEU D. JOSÉ.
78 Castro afirma isso quando fala da dificuldade das fontes.

zação do festival, mas elogiou a qualidade dos vencedores como "*jovens irrequietos em busca de mudanças no seu tempo*".[79]

Vicente Lopes foi vencedor em três primeiras versões do festival, com as músicas *Canto do Cisne, Anonimato* e *Viravento*, respectivamente.[80] Ele era muito bem relacionado com os músicos de Fortaleza do mesmo período. Compôs junto com Ednardo as músicas *Lagoa de Aluá* e *Fornalha*, gravada em seu disco. Foi contratado pela Polygram, no Rio de Janeiro, e trouxe para o júri dos festivais de Sobral músicos conhecidos da MPB cearense, como Petrúcio Maia, Ricardo Bezerra e Fausto Nilo, nas quatro versões de que participou.

Ao fazer referência ao regime militar, o depoente afirma que todas as músicas a serem apresentadas no festival passavam previamente pela censura. Foram encontradas letras de músicas com o carimbo do DOPS e também ofícios da comissão organizadora, solicitando a liberação das letras para dar início ao festival. Reproduzindo informações do colega Haroldo Holanda, Vicente Lopes reforça que no primeiro festival, as letras das músicas foram vistoriadas e liberadas pelo delegado local; contudo, poucas horas antes do show, ele foi abordado por um tenente coronel da Polícia Federal que o inquiriu sobre a liberação das músicas e o comunicou que no próximo evento as letras deveriam ser analisadas em Fortaleza. Nesse Festival nenhuma música foi censurada.[81]

Vicente Lopes diz que sua geração não percebia a ditadura com tanta clareza, mas sabia das restrições de direitos individuais e contestava dentro das possibilidades:

> O Festival Mandacaru foi uma iniciativa desses estudantes sobralenses que por inquietação, motivados também pela necessidade de ter um espaço para apresentar as suas músicas, [...] nós não tínhamos aonde dar eco, [...] e também já estimulados pelo que estava acontecendo em nível nacional, os festivais. Então nós fizemos aqui o Festival Mandacaru cujo marketing

79 *O Povo*. Fortaleza, outubro de 1977. Acervo José Maria Soares. MUSEU D. JOSÉ. Sobral.
80 LOPES, Vicente. Entrevista concedida à autora e gravada em 7 de dezembro de 2010.
81 LOPES, Vicente. Entrevista concedida à autora e gravada em 7 de dezembro de 2010. Os discos do "Pessoal do Ceará" tiveram músicas censuradas.

> era o próprio violão apoiado no mandacaru. Aquilo ali era a própria expressão muito emblemática da nossa realidade. A gente tinha o comportamento de contestação, bastava ver as figuras: eu tinha o cabelo enorme, andava de macacão [...] eu tinha uma conduta que colocava em xeque o *status quo*, eu tinha consciência disto. Mas por outro lado, eu tinha um álibi que era ser universitário, estudante de engenharia.[82]

Apesar de não ter militado em nenhuma organização política, Lopes diz que notava o contexto citadino bastante movimentado. Lembra da homenagem ao Che Guevara, quando cursava a quarta série no Sobralense, da passeata dos estudantes e até presenciou a prisão de um manifestante, que morava na sua rua, acusado de envolvimento no episódio do projeto da bomba. As rodas de violão nas praças da cidade e o próprio festival eram momentos de apreensão dos quais sua geração tinha consciência.

Não foram encontradas referências ao quinto festival, mas quase dez anos após o quarto festival, 1986, aparece num jornal local a notícia do VI Festival Mandacaru, lembrando o trabalho do grupo anterior, referendando-se como continuidade do projeto.[83] Essa cultura dos festivais na cidade e região continuaria por toda a década de 1980.

O movimento teatral sobralense na década de 1980, de acordo com o historiador Edilberto dos Santos, caracterizava-se pelo engajamento político, fase já superada pelo movimento teatral em outras regiões do país. Com raízes na Teologia da Libertação, praticada pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), pastorais de juventude e partidos de esquerda (PT e PC do B), as peças denunciavam a violência no campo, a repressão política, a luta pela democracia, dentre outras temáticas presentes na pauta dos movimentos sociais desde a década de 1970. Mesmo depois da ditadura, em 1987, o grupo teatral

82 LOPES, Vicente. Entrevista concedida à autora e gravada em 7 de dezembro de 2010.
83 *Coluna da Hora*. Sobral, março de 1986.

Reluz exibiu o espetáculo *Tumulto Negro,* que discutia a guerrilha do Araguaia.[84]

Apesar da leitura pouco aprofundada das fontes sobre as práticas culturais em Sobral no período em análise, é possível afirmar que os festivais de música e o movimento teatral em Sobral são indícios de que, do ponto de vista cultural, a cidade estava sintonizada com o restante do país, reproduzindo práticas que despertavam a vigilância do regime, o que significa que incomodavam.

Eles eram "subversivos" e não sabiam?

Embora não tenha sido possível detectar a filiação ideológico-partidária do movimento de oposição à ditadura em Sobral, os depoimentos e a documentação do DOPS são fortes indícios de que havia um movimento político organizado, aliado a outras regiões do estado, empenhados na oposição à ditadura, que incomodou visivelmente o regime por meio de pichações, panfletos, reuniões secretas, passeatas, programas de rádio, festivais de música e teatro etc.

Os relatórios da polícia dão conta do conteúdo das pichações espalhadas pela cidade, as quais a polícia assumia sua incapacidade de evitar, dada a escassez de praças no contingente policial da cidade:

> ....
>
> **2.2. Pichamentos**
>
> [...] Queremos socialismo cristão, + escolas – quartéis, queremos a liberdade do camponês, o estudante é a única esperança, 7 de setembro é ilusão, abaixo a ditadura, UNE, abaixo o clero burguês, o povo no poder, 7 de setembro é mentira, 30º congresso da Une, abaixo a burguesia, cooperar com a ditadura é não ser patriota, real liberdade só virá com a derrubada da ditadura, quando será a nossa independência? A

84 SANTOS, Edilberto Florencio dos. *Existir – fazendo, atuando*: o movimento teatral na cena sobralense (1983-1996). 2012. Monografia (Licenciatura em História). Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, 2012.

revolução popular dará melhores condições, Brasil dominado pelos militares.[85]

Alguns panfletos também chegaram às mãos da polícia, como este distribuído pelo movimento estudantil, no dia 7 de setembro de 1968, que questionava as desigualdades sociais, agravadas pelo governo dos militares:

AOS ESTUDANTES E AO POVO EM GERAL

Em 1964, o Brasil contava com quase 60% de analfabetos, 500 mil tuberculosos sem hospitais, a fome matando mais de duas mil crianças por dia um grande número de desempregados, caristia, salários baixos...
O povo ia solucionar êsses problemas, mas no dia 1º de abril daquele mesmo ano os militares se apossaram do poder: deram o golpe de estado, e ficou governando o Brasil sem faculdades humanas, anticristão e sem idoneidade cívica.
Hoje a situação continua mais alarmente: mais desempregados, mais carestia, mais salários de fome, mais analfabetos e maior número de mortandade infantil.
O Govêrno temendo o povo prega uma revolução, cujos princípios se resumem em dois:
1º - Tirar o pão de quem tem pouco, para dar aos que tem muito.
2º - Deixar o povo analfabeto para explorá-lo mais.
Portanto, dizer que o Brasil é independente, é ignorar os princípios de justiça e liberdade, é fechar os olhos para a grande maioria de brasileiros que vivem mergulhados no infortúnio da fome, da nudez, da doença e do analfabetismo, é apoiar o neo-colonialismo americano, com sua sêde insaciável de exploração.
Chegou a hora companheiros, de derrubarmos as estruturas superadas da política suja do Brasil. Chegou a hora de deixarmos para as gerações do futuro um belo exemplo de patriotismo, é para todos os brasileiros condições de vida digna de uma pessoa humana.

85 Estado do Ceará. Secretaria de Polícia e Segurança Pública. Delegacia Regional e Especial de Polícia. *Relatório*. Sobral, 23 de setembro de 1968. APEC (Datilografado) p. 2.

> "Não há foice contra a espada, não o fogo contra a pedra, não o fuzil contra a enxada".
> Granada contra a granada/ Metralhadora contra Metralhadora/
> É a nossa guerra, é sagrada, a nossa guerra não falha.
>
> CENTRO DOS ESTUDANTES SECUNDÁRIOS DO CEARÁ
> CENTRO ESTUDANTAL SOBRALENSE.[86]

As reuniões secretas realizadas pelo movimento estudantil não estavam fora do alcance da repressão, como os estudantes acreditavam:

> ....
>
> 7. Reuniões suspeitas
>
> 7.1. As atividades do Colégio Sobralense, normalmente desenvolve-se pela manhã e a tarde, entretanto a partir das 17:00 horas, estudantes penetram no recinto do Colégio para reuniões, esportes, etc.
>
> ....
>
> 7.4. Domingo próximo passado, dia 22, o Centro Estudantal Sobralense realizou reuniões em sua séde para tratar de assuntos não chegados ao nosso conhecimento e, está programado para o próximo outras reuniões de caracter suspeito.[87] (Grifo nosso)

Do mesmo modo, os programas de rádio foram, muitos deles, gravados pelos agentes do DOPS, descrevendo em seus relatórios os temas explorados nesses programas e os nomes dos sujeitos que deveriam ser considerados subversivos.

A Igreja, os estudantes e os comunistas aparecem integrados na oposição à ditadura tanto na fala dos depoentes, quanto nos docu-

86 CEARÁ. Secretaria de Polícia e Segurança Pública. Delegacia Regional e Especial de Polícia. *Relatório.* Sobral, 23 de setembro de 1968. Panfleto Anexo. APEC (Datilografado).

87 CEARÁ. Secretaria de Polícia e Segurança Pública. Delegacia Regional e Especial de Polícia. *Relatório.* Sobral, 23 de setembro de 1968. APEC (Datilografado) p. 3.

mentos policiais. Vários padres contribuíram com a luta, incentivando leituras e análises críticas acerca da realidade social e política; escondendo estudantes da polícia e principalmente falando de liberdade, de esperança, de um mundo novo.[88] O informativo católico *Brasil Urgente*, que circulava no movimento estudantil fortalezense durante a Ditadura, também era lido em Sobral.[89] Padre José Linhares confirma sua colaboração na divulgação do periódico na cidade.[90] Entre os nomes mais citados por essas práticas estão os padres Osvaldo Chaves, Pedro Van 'Ool, Luizito Dias Rodrigues e José Linhares. Há também muita referência ao bispo dom Fragoso, de Crateús, citado como a fonte de muitas inspirações "subversivas".

Padre Luizito Rodrigues é descrito como uma figura fascinante: culto, carismático, irreverente e um grande crítico do regime militar. Professor nas escolas públicas e privadas da cidade, é lembrado como mentor intelectual dos estudantes; defendeu os estudantes presos na passeata, mesmo não sendo advogado; protegeu os programas do MEB e dos estudantes quando era diretor da Rádio Educadora.

Padres Osvaldo e Pedro Van 'Ool aparecem nos episódios do Sobralense, e padre José Linhares, protegendo os estudantes da repressão. Nos documentos do DOPS, esses mesmos nomes são citados na lista de subversivos. Numa biografia sobre a atuação de padre Osvaldo Chaves, como professor, Joan de Oliveira assim o descreve:

> Padre Osvaldo sempre se soube um homem do seu tempo. Não fugiu a isso. Não buscou na ignorância vigente no sertão pobre, espoliado, desculpa para não saber e não conhecer as coisas. Não buscou, na clausura do seminário, se esconder de sua época, do seu século turbulento e tumultuado [...]. Quando pronunciou a expressão cristo-povo no Sermão do Encontro de 1952, padre Osvaldo o fez compreendendo, como Drumond o afirmara pouco antes em *A rosa do povo*, que aquele era um tempo de partido, tempo de

---

88 OLIVEIRA, Joan E. *Nem um dia sem uma linha*. A oficina de trabalho do padre Osvaldo Carneiro Chaves. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009. p. 122-128.

89 CEARÁ. Secretaria de Polícia e Segurança Publica. Delegacia Regional e Especial de Polícia. *Relatório*. Sobral, 14 de dezembro de 1967. p. 3. 5p.

90 PONTES, José Linhares. Entrevista concedida à autora em 23 de novembro de 2012.

> homens partidos. Padre Osvaldo nunca teve filiação partidária mas jamais deixou de ter posições políticas firmes, sólidas, posições sociais, posições humanas. [...] Agiu da mesma forma quando se antecipou à chamada *Teologia da Libertação*, quando das palavras do seu sermão, lembrado por muitos como digno de um Vieira, quando daquele sermão passou das palavras aos gestos e aos atos. A pastoral do padre Osvaldo era uma pastoral do povo, do seu povo. Fez uma opção de vida e enfrentou o que tinha que ser enfrentado por conta dela. Pagou o seu preço. Não é exagero dizer que ele enfrentou os poderosos de plantão, ele os desafiou [...] Com gestos simples, com atos simples, com suas reuniões e suas orações nas casa do bairro dom Expedito. Ali, [...] padre Osvaldo desafiou a ditadura militar com o seu trabalho pastoral. Levou a pecha de comunista, em uma época em que esse epíteto poderia lhe render a prisão, a tortura e até a morte. Picharam a sua igreja, atentaram contra ela. Recebeu a "visita" dos meganhas, dos "homens da lei", que o pressionaram, que diziam abertamente: "nós prendemos e arrebentamos". Padre Osvaldo, mancando, puxando da sua perna (herança da poliomielite), pedalando a sua bicicleta, não se rendeu, não se dobrou, continuou com o seu trabalho. [...].[91]

As informações chegavam ao DOPS por meio de relatórios produzidos pela delegacia regional ou por agentes enviados de Fortaleza para investigar episódios específicos. Vários depoentes relataram a presença de pessoas estranhas no ambiente citadino.

Memórias em conflito

As histórias locais têm peculiaridades que muitas vezes inviabilizam o uso de teorias generalizantes. As relações familiares e de amizade numa cidade pequena, como era Sobral no período da ditadura, tornava peculiares as relações de poder. Muitas vezes o aliado local/

91 OLIVEIRA, Joan E. *Nem um dia sem uma linha*. A oficina de trabalho do Padre Osvaldo Carneiro Chaves. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009. p. 140.

interno não era identificado ao inimigo nacional/externo, o que modificava tanto as práticas transgressoras, quanto as repressoras.

Os professores do Colégio Sobralense, Osvaldo Chaves, Pedro Van 'Ool e José Linhares, lembrados como aliados pela oposição, e acusados de subversão pela sociedade e pelo Estado, 40 anos depois deixam claro que não houve resistência à ditadura em Sobral e que os episódios de "subversão" e repressão foram fatos isolados. Mesmo quando reconhecem a ação repressora do Estado autoritário, identifica-a como equivocada, já que não havia ação "subversiva" na cidade. A Faculdade, os meios de comunicação, a polícia local não teriam tido sequer trabalho em manter a ordem, as agremiações políticas apenas cuidaram de não desagradar os militares, portanto a reação da cidade de Sobral ao golpe teria sido de neutralidade.[92]

"Traídos" pela própria memória, esses sujeitos no mesmo depoimento afirmam a presença do regime autoritário em Sobral, quando descrevem as práticas "subversivas" e repressivas vivenciadas nos órgãos da Igreja Católica de Sobral: a presença de pessoas estranhas nas missas, nas reuniões do círculo bíblico e nas aulas da Faculdade; proibição da homenagem a Che Guevara; o enquadramento do professor de história na Lei de Segurança Nacional; as pichações na cidade, acusando padres de comunistas; a censura aos programas de rádio da diocese; a proteção aos estudantes militantes; exílio forçado, tudo isso evidencia claramente uma mudança no cotidiano da cidade, propiciada pela instalação do regime militar.

Vários ex-presidentes do Centro Estudantal, mesmo reconhecendo-se neutros em relação ao regime, admitem a existência de um movimento de esquerda na cidade, quando relatam que eram convidados para fazer curso de guerrilha em Cuba e estudar na União Soviética.

As ambiguidades permeiam também a memória dos que se identificam com a oposição. Em alguns momentos, parece um movimento radical, bem organizado e com orientação esquerdista (passeata,

92 VAN 'OOL, Padre Pedro. Entrevista concedida à historiadora Viviane Prado Bezerra e gravada em 7 de julho de 2004; CHAVES, Padre Osvaldo. Entrevista concedida à historiadora Viviane Prado Bezerra e gravada 23 de julho de 2004.

panfletos, reuniões clandestinas, estratégias para driblar a censura, percepção da espionagem, articulação com outros grupos e regiões) despertando a preocupação do regime; em outros, assume características bem moderadas, não chegando a incomodar as estruturas (bons alunos, boas relações com o prefeito, a Igreja e a "boa sociedade"), por isso não sendo reconhecidos como subversivos. Isso diz que, assim como os aliados, os opositores da ditadura em Sobral também ganhavam feições muito peculiares à estrutura política local, as relações pessoais mediavam tanto a subversão quanto a repressão, obscurecendo o lugar político desses sujeitos, o que não significa que não houvesse divergências.

Concluímos que a linha que separa aliados de opositores da ditadura em Sobral é muito flexível, obscurecendo o lugar dos sujeitos, mas tão nítida que não passa despercebida. A ditadura foi tão arbitrária que mesmo sujeitos que nunca tiveram experiência com os movimentos sociais ou partidos de esquerda subverteram a ordem autoritária em Sobral na vigência da ditadura civil-militar, e por isso foram vigiados, intimidados e muitas vezes punidos. As ideias expressas nos discursos desses grupos revelam muitos projetos em disputa, entre eles o de uma cultura de esquerda, de resistência, praticada em muitos outros pontos do país.

Por fim, o nosso propósito foi refletir sobre a diversidade de práticas "subversivas" e repressivas, que neste momento nos permitem afirmar que nem toda a sociedade sobralense apoiou a ditadura civil-militar instaurada com o golpe de 1964.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, J,;REIS, D. A . (Orgs). *Revolução e Democracia* – 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (Coleção As Esquerdas no Brasil, vol 3).

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda*. Razões e significados de uma distinção política. São Paulo: UNESP, 1995.

CASTRO, Wagner. *No tom da canção cearense* – do rádio e tv, dos lares e bares na era dos festivais (1963-1979). Fortaleza: Edições UFC, 2008.

FARIAS, Airton de. *Além das armas.* Guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-72). Fortaleza: Livro Técnico, 2007.

FARIAS, Airton de. *História da Sociedade Cearense*. Fortaleza: Livro Técnico, 2004.

MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. *Memórias de luta*: ritos políticos do movimento estudantil universitário (Fortaleza, 1962-1969). Fortaleza, UFC, 2008.

MARTINS FILHO. José Roberto. O movimento estudantil nos anos 1960. In.: FERREIRA, J. ;REIS, D. A. (Orgs.). Revolução e democracia – 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, metodologia e memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. O MDB e as esquerdas. In.: FERREIRA, J.;REIS, D. A . (Orgs). *Revolução e Democracia* – 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (Coleção As Esquerdas no Brasil, vol. 3).

NAPOLITANO, Marcos. Os festivais da canção como eventos de oposição ao regime militar brasileiro (1966-1968). In: REIS, D. A . *O golpe militar e a ditadura* – 40 anos depois. São Paulo: Edusc, 2004.

OLIVEIRA, Joan E. *Nem um dia sem uma linha*. A oficina de trabalho do Padre Osvaldo Carneiro Chaves. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

RAMALHO, Bráulio. *Foi assim*! O movimento estudantil no Ceará (1928-1968). Rio de Janeiro; São Paulo; Fortaleza: ABC Editora, 2002.

SANTOS, Carlos A. Pereira dos. *Cidade Vermelha* – a militância comunista nos espaços de trabalho. Camocim-CE (1927-1950). Fortaleza, UFC/UFRJ, 2007.

SANTOS, Edilberto Florencio dos. *Existir – fazendo, atuando*: o movimento teatral na cena sobralense (1983-1996). 2012. Monografia (Licenciatura em História). Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, 2012.

OS AUTORES

Edvanir Maia da Silveira

Doutora em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2013). É professora Adjunta da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Atualmente está cursando Pós-Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará-UFC. É líder do Grupo de Pesquisa – História e Cultura Política, e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cidades, ambos cadastrados no CNPq. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Republicano, atuando principalmente nos seguintes temas: ditadura, partidos políticos e cultura política. E-mail: didisilveira@bol.com.br

João Batista Teófilo Silva

Doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É membro do Núcleo de Estudos Culturais: História, Memória e Perspectiva de Presente, da PUC-SP, e do grupo de pesquisa História Política e Culturas Políticas, da UFMG. Atuou como pesquisador bolsista do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: ditadura militar, políticas de memória, esquecimento e reparação no Brasil pós-ditadura, história oral e imprensa. E-mail: joaoteofilo.hist@gmail.com

José Valdenir Rabelo Filho

Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2014. Tem experiência na área de História Social, com ênfase em História do Brasil, dedicando-se principalmente ao estudo de regimes autoritários, memória, história oral e ensino de história.

Atualmente é leitor crítico e autor de livros didáticos (Ensino Fundamental I, II e Médio), e Coordenador Pedagógico do SAS Plataforma de Educação. Email: rabelo.filho@hotmail.com

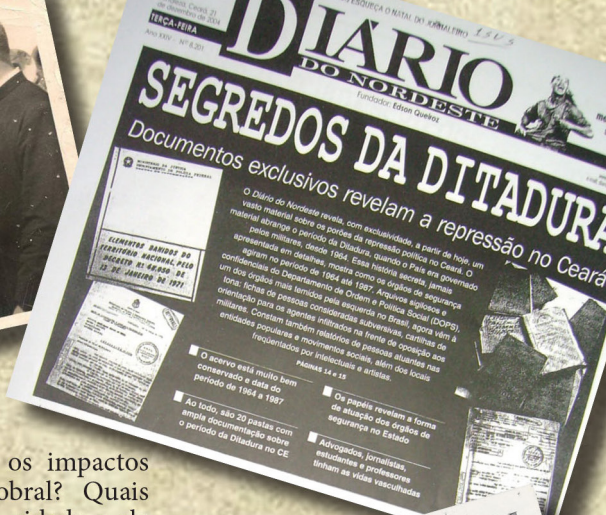
Viviane Prado Bezerra

Doutoranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense (DINTER UFF/URCA). Possui Mestrado em História Social pela Universidade Federal do Ceará – UFC (2008). É professora substituta da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas de História Oral do curso de História da UVA, atuando nos campos de pesquisa de História Social, com ênfase em movimentos sociais, camponeses, história das mulheres e história oral. E-mail: vivianclio@yahoo.com.br

Tancredo Augusto Almeida Brito

Graduando do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú, atuou como presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE/UVA). É membro do grupo de estudo História e Cultura Política. Defendeu a monografia intitulada: Da cruz à foice e o martelo: a participação dos estudantes sobralenses no combate a ditadura militar (1964-1970), 2012. Atualmente é policial militar do Ceará e diretor da Associação dos Cabos e Soldados Militares do Ceará. E-mail: tancredobrito2@gmail.com

Filiada a

Este livro foi composto em fonte Minion Pro, impresso no formato 14 x 21 cm,
com miolo em papel off set 75 g e capa em supremo 250g,
tiragem de 300 exemplares em maio de 2017.

O que se tem a dizer sobre os impactos da ditadura civil-militar em Sobral? Quais forças políticas e atores sociais da cidade a ela se aliaram ou se opuseram? Os artigos desta coletânea, resultado do trabalho de diversos historiadores especialistas no tema, se debruçam sobre aspectos essenciais da ditadura em Sobral, clareando zonas deste período que até então se encontravam na penumbra. Trata-se de um trabalho pioneiro que vem trazer a público questões importantes para se compreender de que maneira o golpe de 1964 e a ditadura que a ele se seguiu interferiram na vida citadina. Alianças políticas, subversões, movimento estudantil, imprensa e Igreja Católica são alguns dos temas aqui tratados, a partir dos quais será possível constituir uma visão mais ampla deste período. Passadas mais de cinco décadas do golpe, se faz imprescindível compreender este momento histórico, que é central na história política recente do país, para além do eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Há questões cruciais a serem respondidas sobre outros espaços da vida nacional. Contemplar Sobral e mesmo o Ceará é o grande mérito deste livro.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-9539-004-1
9 788595 390041